

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
NÍVEL MESTRADO

CRISTÓVÃO ATÍLIO VIERO

LINGUAGEM PRIVADA, SIGNIFICADO E COMUNITARISMO NAS *INVESTIGAÇÕES  
FILOSÓFICAS* DE WITTGENSTEIN

SÃO LEOPOLDO  
2011

Cristóvão Atílio Viero

LINGUAGEM PRIVADA, SIGNIFICADO E COMUNITARISMO NAS *INVESTIGAÇÕES  
FILOSÓFICAS* DE WITTGENSTEIN

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em  
Filosofia, pelo Programa de Pós-Graduação  
em Filosofia da Universidade do Vale do Rio  
dos Sinos - UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito

São Leopoldo  
2011

V665L	<p>Viero, Cristóvão Atílio Linguagem privada, significado e comunitarismo nas Investigações Filosóficas de Wittgenstein / por Cristóvão Atílio Viero. -- São Leopoldo, 2011.</p> <p>133 f. ; 30 cm.</p> <p>Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, 2011. Orientação: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Ciências Humanas.</p> <p>1.Wittgenstein, Ludwig, 1889-1951. 2.Wittgenstein, Ludwig, 1889- 1951 – Filosofia – Crítica e interpretação. 3.Linguagem e línguas – Filosofia. 4.Linguagem privada. 5.Kripke, Saul – Linguagem e línguas – Filosofia. I.Brito, Adriano Naves de. II.Título.</p> <p>CDU 1WITTGENSTEIN 800.1</p>
-------	---

Catálogo na publicação:  
Bibliotecária Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

*Para Maiara e Murillo*

## AGRADECIMENTOS

*Aos meus pais Ronaldo e Anelise pelas lições de vida;*

*À Maiara e Murillo, pelo amor, carinho e força para a realização deste estudo;*

*Ao Vô Inácio (“Meu amigo”) e à Vó Marlise pelo companheirismo e carinho de sempre;*

*Ao Professor Adriano, pelas experiências enriquecedoras no grupo de pesquisa Quíron, pela orientação sábia e paciente e pelo aprendizado das aulas;*

*A Ricardo de M. Menna-Barreto, Cláudia Wagner e Luis Fernando Moraes de Mello pelo excelente convívio e grande amizade;*

*À Nani, pelo grande apoio e incentivo, sem os quais este trabalho não ficaria pronto;*

*À memória de Leonora Harff, sogra querida e incentivadora deste trabalho, por ter compreendido a minha falta a alguns almoços de domingo devido aos compromissos com o mestrado e com o encaminhamento deste texto;*

*Ao Professor Mário Fleig, por ter estado presente no início desta caminhada.*

*Aos colegas do grupo Quíron, pelas agradáveis discussões nas reuniões;*

*À minha irmã Marina, pelo exemplo de dedicação ao estudo do alemão e do inglês;*

*A meus tios, tias e primos que, de alguma forma ou de outra, também fazem parte da realização deste trabalho e se fazem sempre presentes por meio de diversas demonstrações de afeto: Dedê, Derba, Diogo, Lucas, Paula, Robi, Fernanda, Germano e Ana Cláudia;*

*para Dinorá e Márcia, pela torcida, prestatividade e ajuda fornecidas para o encaminhamento do trabalho;*

*Ao apoio da Capes.*

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto principal de estudo o Argumento da Linguagem Privada, de Wittgenstein. Saul Kripke, em *On Rules and Private Language (1982)*, propõe uma interpretação do argumento, vinculando-o à questão do seguir regras e do ceticismo. O resultado é a elaboração de uma visão “comunitarista” sobre ele. Assim, partimos de um estudo dos argumentos de Wittgenstein e do Wittgenstein de Kripke, para uma posterior confrontação entre ambos. Esta confrontação visa destacar os pressupostos característicos da interpretação kripkeana, possibilitando avaliá-la em termos de sua correção ou incorreção em relação à visão apresentada pelo próprio Wittgenstein. Visa também analisar fundamentalmente se ela faz justiça à questão “comunitarista” sobre o significado que o Argumento da Linguagem Privada suscita. Assim, defendemos a possibilidade de uma visão comunitarista do significado partindo do Argumento da Linguagem Privada e uma abordagem de como ela pode ser desenvolvida em adequação ao pensamento wittgensteiniano das *Investigações Filosóficas*, apoiados no resultado da confrontação entre os já mencionados argumentos de Wittgenstein e de Kripke sobre Wittgenstein.

Palavras-chave: **Linguagem Privada. Significado. Comunitarismo. Segundo Wittgenstein. Investigações Filosóficas. Kripke.**

## ABSTRACT

This work has as its main subject the study of the Private Language Argument, by Wittgenstein. Saul Kripke, in *On Rules and Private Language* (1982), developed an interpretation of the Private Language Argument, attaching it to the question of rule-following and skepticism. As a result, is the development of a “communitarian” view on Wittgenstein’s argument. Thus, we start from a study of the arguments of Wittgenstein and of Kripke’s Wittgenstein, aiming to a confrontation between them. This confrontation seeks to throw some light in the characteristic presuppositions of Kripke’s interpretation, making possible to evaluate it in terms of his correction or not concerning Wittgenstein’s own view. Too, it analyses if it correctly considers the “communitarian” question about meaning that the Private Language Argument raise. Taking this point in relation to the question of meaning, we defend the possibility of a communitarian view of the Private Language Argument and how it can be developed adequately concerning the wittgensteinean thought, based on the results of the confrontation between the arguments by Wittgenstein and by Kripke on Wittgenstein.

**Key-Words: Private Language. Meaning. Communitarianism. Philosophical Investigations. Wittgenstein. Kripke.**

## LISTA DE ABREVIATURAS

ALP	=	Argumento da Linguagem Privada
LP	=	Linguagem Privada
<i>Investigações</i>	=	L. WITTGENSTEIN, <i>Investigações Filosóficas</i>
<i>Tractatus</i>	=	L. WITTGENSTEIN, <i>Tractatus Logico-Philosophicus</i>
<i>ORPL</i>	=	S. KRIPKE, <i>Wittgenstein on Rules and Private Language</i>



## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 LINGUAGEM PRIVADA, SIGNIFICADO, COMPREENSÃO E SEGUIR REGRAS NO SEGUNDO WITTGENSTEIN .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 Linguagem Privada e Significado no Segundo Wittgenstein .....</b>	<b>13</b>
2.1.1 Como podemos dizer algo com sentido mediante a linguagem?.....	13
2.1.2 A natureza de nossa experiência de objetos.....	16
2.1.3 Sobre a especialidade dos objetos mentais, ou mentalismo .....	17
2.1.4 A implicação extrema da visão privatista: o solipsismo .....	21
2.1.5 Normatividade, privatividade e definição ostensiva.....	23
2.1.6 Compreensão e regra .....	25
2.1.7 Crítica à definição ostensiva.....	26
2.1.8 Aparência de linguagem .....	31
2.1.9 Conclusão .....	33
<b>2.2 A Discussão Prévia ao Argumento da Linguagem Privada: Sobre Compreensão e Seguir Regras .....</b>	<b>33</b>
2.2.1 135 a 242 das Investigações filosóficas.....	34
2.2.2 O tratamento da compreensão: sobre entidades, processos e estados mentais.....	35
2.2.3 Implicações dessa concepção para a visão da intencionalidade.....	38
2.2.4. O argumento da máquina como símbolo.....	40
2.2.5 Compreensão e prática.....	42
2.2.6 Normatividade e forma de vida .....	44
2.2.7 Conclusão .....	46
<b>3 A VISÃO “COMUNITARISTA” DE WITTGENSTEIN A PARTIR DE KRIPKE .....</b>	<b>48</b>
<b>3.1 É Apenas na Prática que o Significado Pode Interagir com a Realidade.....</b>	<b>48</b>
<b>3.2 A Interpretação Kripkeana de Wittgenstein em <i>On Rules and Private Language</i> .....</b>	<b>48</b>
<b>3.3 A Importância seminal de 139 a 242 das Investigações Filosóficas .....</b>	<b>49</b>
<b>3.4 Ceticismo e Regras .....</b>	<b>50</b>
<b>3.5 As Condições para a Refutação do Cético .....</b>	<b>55</b>
<b>3.6 Regras e Linguagem Privada .....</b>	<b>58</b>
<b>3.7 O Disposicionalismo .....</b>	<b>60</b>
<b>3.8 A Teoria da Hipótese Mais Simples, Respostas Hipotéticas e Experiência Sui Generis ..</b>	<b>64</b>
<b>3.9 Regras Privadas e Modelos Privados .....</b>	<b>66</b>

<b>3.10 Nova Aproximação à Questão das Regras e do Significado .....</b>	<b>67</b>
<b>3.11 O “Comunitarismo” .....</b>	<b>68</b>
<b>3.12 Condições de Afirmação da Noção de Jogos de Linguagem .....</b>	<b>70</b>
<b>3.13 Agreement.....</b>	<b>73</b>
<b>3.14 A Refutação da Visão Tractariana .....</b>	<b>75</b>
<b>4 AVALIAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO KRIPKEANA DE WITTGENSTEIN .....</b>	<b>77</b>
<b>4.1 Avaliação Negativa .....</b>	<b>77</b>
4.1.1 Avaliações negativa e positiva.....	77
4.1.2 As questões do ceticismo e da justificação.....	78
4.1.3 Jogos de linguagem em contexto e a instância básica da ação.....	84
4.1.4 Kripke e o modelo tractariano .....	89
4.1.5 As questões da “multiplicidade de interpretações” e da “regra para interpretar uma regra” sob a perspectiva do ceticismo .....	91
4.1.6 A visão de Kripke sobre o Argumento da Linguagem Privada.....	94
4.1.7 Teoria e a questão do solipsismo no segundo Wittgenstein.....	95
4.1.8 A imagem do contexto intersubjetivo a partir do ceticismo e a questão do <i>agreement</i> ...	98
4.1.9 Inclinação e disposição .....	101
4.1.10 Conclusão: o superdimensionamento do desafio cético .....	102
<b>4.2 Avaliação Positiva .....</b>	<b>103</b>
4.2.1 Pontos importantes da interpretação de Kripke.....	103
4.2.2 Condições normativas e exigências mútuas.....	103
4.2.3 A visão comunitarista.....	105
4.2.4 Conclusão .....	105
<b>5 LINGUAGEM PRIVADA, SIGNIFICADO E COMUNITARISMO NAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS DE WITTGENSTEIN: O A PRIORI PÚBLICO DA LINGUAGEM E DO SIGNIFICADO .....</b>	<b>107</b>
<b>5.1 Esboço Para uma Visão “Comunitarista” de Wittgenstein: A Colocação da Questão ..</b>	<b>107</b>
<b>5.2 A Visão Combatida por Wittgenstein .....</b>	<b>108</b>
<b>5.3 Conteúdos Mentais e Normatividade.....</b>	<b>109</b>
<b>5.4 A Sublimação do Funcionamento da Linguagem .....</b>	<b>112</b>
<b>5.5 A Visão Defendida por Wittgenstein.....</b>	<b>114</b>
<b>5.6 Regularidade .....</b>	<b>115</b>
<b>5.7 Normatividade, Coletividade e Aprendizado Inicial.....</b>	<b>117</b>
<b>5.8 Regularidade e Práticas Comunitárias – A Prática Primordial de Seguir Regras .....</b>	<b>122</b>

<b>5.9 Conclusão.....</b>	<b>127</b>
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>128</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>131</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema do presente trabalho é a diferença entre duas formas de compreendermos a linguagem e o significado. Trataremos a primeira dessas formas como a “privatista”. A segunda será dada na forma de um pensamento que oporemos à primeira como sendo a “comunitarista”. Ambas, no entanto, terão suas leituras apresentadas a partir das reflexões de Wittgenstein sobre a possibilidade de uma LP. Fazer a oposição entre a forma privatista e a comunitarista de linguagem, no entanto, pode não encontrar ou designar uma nomenclatura propriamente existente nos escritos de Wittgenstein. A designação “comunitarista” aqui usada é oriunda da caracterização de um ponto interessante da interpretação que Kripke faz do ALP de Wittgenstein<sup>1</sup>. Falaremos sobre a diferença que existe entre a forma “privatista” e a forma “comunitarista” de compreender a linguagem e o significado e sobre o que constituiria o conteúdo apropriado de um comunitarismo atinente a esses pontos, contando com um estudo de textos em torno das obras de Wittgenstein e de Kripke. Portanto, o tema do comunitarismo é oriundo particularmente da interpretação kripkeana de Wittgenstein e do que ela levanta como problema.

A menção ao texto de Kripke será constante e de grande importância, pois, ao mesmo tempo em que ele configura um aspecto fundamental do que exporemos, haverá a confrontação com muitas de suas ideias. Podemos considerar esse fato, em que ocorre a adoção de algumas de suas teses e a rejeição de outras, como gerado a partir de um esforço avaliativo do trabalho exposto em *On Rules and Private Language* (1982) (= *ORPL*), cujo resultado será apresentado no decorrer do texto. A partir daí, há pontos que se coadunam e pontos que não se coadunam com a nossa leitura. Porém, podemos adiantar que, apenas considerando a existência de pontos relevantes na leitura de Kripke, concedendo a ele a realização de um trabalho atento a questões tipicamente wittgensteinianas, e que colaboram para avançar sua interpretação, como é o caso do “comunitarismo”, já está colocado algo que destoa de boa parte da literatura crítica sobre o texto de Kripke, que não concede nada à sua interpretação e a rechaça por inteiro<sup>2</sup>.

Assim, a provocação inicial para a realização desta investigação foi fornecida pela leitura de *On Rules and Private Language*, não tanto pela questão de se o conteúdo interpretativo é considerado como próximo a Wittgenstein, mas mais em consideração às

---

<sup>1</sup> Há outras formas de caracterizar a posição de Kripke. David Bloor usa também os termos “coletivista” (*collectivist*) e “sociológica” (*sociological*) (BLOOR, 2002, p. 79).

<sup>2</sup> Como em Baker e Hacker (1984).

propostas e resultados alcançados pelo autor. Afinal, lá é trabalhado um filósofo amplamente discutido e comentado do século XX. Essa discussão encontra no livro de Kripke um contributo importante e provocativo. O resultado é uma enorme bibliografia sobre “Kripkenstein”, o Wittgenstein das leituras de Kripke. Foi a partir desse texto que se organizou a forma aqui exposta do presente trabalho.

De início, usaremos um capítulo para definir o que implica discutir a possibilidade de uma linguagem privada em Wittgenstein. A pretensão é que ele sirva como ponto inicial à temática que será tratada no restante do texto, tanto em vias de proporcionar uma visão das questões que serviram de subsídios à leitura de Kripke, como de expor a posição de Wittgenstein em seus pontos principais. Para dar conta dessa dupla tarefa, o capítulo será dividido em duas partes, a primeira direcionada para a questão da linguagem privada propriamente dita e a segunda voltada para a questão da compreensão e do seguir regras nas *Investigações filosóficas*.

O terceiro capítulo servirá para abordar como os pontos trabalhados no segundo capítulo são relidos por Kripke, dando origem a *On Rules and Private Language*. A pretensão dessa parte é expor o argumento kripkeano em seus pontos principais da forma mais ampla possível, atentando para aqueles que se tornaram mais debatidos. Ao mesmo tempo, ele visa também cumprir essa tarefa de forma a evidenciar pontos que serão abordados no capítulo seguinte.

O quarto capítulo buscará mais propriamente a avaliação da e o posicionamento frente à obra de Kripke, utilizando-se para isso da sua confrontação com as *Investigações* e do trabalho de alguns autores. O resultado pretendido por este capítulo é levantar questões e especulações em torno das *Investigações* e da obra de Kripke, de forma a permitir a obtenção de pontos e problemas relevantes para a discussão do tema. Por este motivo, consideramos que ele tem uma forma mais indireta, talvez especulativa, em que aparecem reflexões de autores que guiaram nossa leitura, tomados por nós como fundamentais para a compreensão do Wittgenstein das *Investigações*.

Como resultado final, já tendo sido exposto o balanço sobre a discussão em torno do texto de Kripke e de qual seria a posição do próprio Wittgenstein sobre os pontos lá trabalhados a partir de alguns estudiosos importantes, inserimos o esboço de uma posição comunitarista em Wittgenstein a partir das lições aprendidas. Ela visa abarcar alguns pontos fundamentais que parecem faltar ao comunitarismo de Kripke. Nesse sentido, o caráter desse comunitarismo ficaria distante de ser uma resposta a uma discussão cética, como quer Kripke. Ele se aproxima da exploração de um caráter mais naturalizado das lições de Wittgenstein nas

*Investigações*, em que valem as análises que visem explorar essas questões. Neste capítulo, muitos temas de partes anteriores do trabalho reaparecem, principalmente do primeiro capítulo, visando situá-los em paralelo às visões dos autores trabalhados.

Para situar a importância geral de uma investigação e discussão sobre o “comunitarismo” que envolve a questão da LP, podemos, de saída, evocar o alvo principal desse argumento: a tentativa de dar significado às palavras independentemente de qualquer linguagem compartilhada, de qualquer relação intersubjetiva preexistente ou mesmo de qualquer comunidade linguística. O seu alvo é a tentativa de fundar regras para o uso das palavras independentemente de qualquer uso intersubjetivo das palavras ou de qualquer prática comunitária. Colocado dessa maneira, o antagonismo entre estas visões aparece mais fortemente, abrindo espaço para elucidar como essa questão do comunitarismo pode ser trabalhada em Wittgenstein. Para isso, devemos também avaliar a posição kripkeana sobre o assunto.

Cabe mencionar que tomamos o conceito de “significado” como sendo uma noção normativa, análoga a de uma regra. Essa conotação provavelmente tem origem na leitura de ORPL, embora também apareça em outros autores.<sup>3</sup> Mas esse uso do conceito também é oriundo da atenção dos autores mencionados abaixo à idéia de significado como uso, de Wittgenstein, gerando o entendimento de que os usos das palavras estão associados a práticas normativas.<sup>4</sup>

Expostos esses pontos, salientamos que o tema principal deste texto é a questão da linguagem privada em Wittgenstein, sendo ela tomada fundamentalmente como uma discussão sobre o significado. Já o problema, por sua vez, é a questão do comunitarismo. Ela assim aparece como um legado da interpretação kripkeana, tão discutida por tê-la enfatizado à sua própria maneira. É para ela que, ao final do trabalho, buscaremos não tanto uma resposta, mas principalmente subsídios para trabalhá-la de forma adequada, conforme as anotações de alguns estudiosos.

---

<sup>3</sup> Como em (GLOCK, 2008, p. 2) e (WILLIAMS, 2002, p. 40)

<sup>4</sup> A discussão sobre o significado produziu uma das mais abundantes literaturas no âmbito da filosofia da linguagem, como em (QUINE, 1951, 1960) e (BURGE, 1979), mas não é nosso objetivo nos determos nesse tema devido às limitações deste trabalho. Sobre o assunto trabalha Brito (2003, p. 89-108).

## 2 LINGUAGEM PRIVADA, SIGNIFICADO, COMPREENSÃO E SEGUIR REGRAS NO SEGUNDO WITTGENSTEIN

Dividido em duas partes, este capítulo buscará trabalhar temas centrais das *Investigações* que se farão presentes em todo o trabalho. A primeira delas será dedicada ao Argumento da Linguagem Privada propriamente dito, analisado como uma reflexão com foco na questão do significado. Na segunda parte, serão trabalhados os tópicos da compreensão e do seguir regras. Ambas visam destacar a posição do próprio Wittgenstein quanto a esses temas e antecipar o conjunto de questões que se farão presentes na interpretação de Kripke do argumento da linguagem privada.

### 2.1 Linguagem Privada e Significado no Segundo Wittgenstein

Uma parte significativa da discussão sobre a obra de Wittgenstein gira em torno de seu argumento da linguagem privada. Com ele, Wittgenstein está, fundamentalmente, analisando a possibilidade de dizermos algo com sentido mediante a linguagem. O objetivo de sua reflexão é fazer perceber que, em termos de uma linguagem privada, isto não é o caso. Nessa discussão, é o próprio *modelo semântico* que torna possível a alguém aceitar que uma linguagem intrinsecamente privativa ao sujeito seja algo razoável e com sentido que estará em jogo.

#### 2.1.1 Como podemos dizer algo com sentido mediante a linguagem?

Wittgenstein deseja apontar à má compreensão que comumente temos do papel que exerce na atividade linguística o modelo “*objeto/designação*”<sup>5</sup>, que passa necessariamente por um engano radical acerca do funcionamento e da essência da linguagem como um todo<sup>6</sup>. Este engano é proeminente e ilustrado naquilo que Wittgenstein chama de modelo agostiniano de linguagem. É uma visão que carrega uma ideia de significado sedutora, presente na história da filosofia e em nossa compreensão comum do que seja linguagem, como sendo a de que o significado dos termos é dado pelas entidades que eles denotam. Daí para frente, para cumprir o papel de entidades ou objetos que os termos denotam, há uma série de candidatos, desde

<sup>5</sup> Explicando a posição de Wittgenstein, Barbosa filho diz: “Em outros termos: esse conceito pressupõe e, ao mesmo tempo, veicula, uma filosofia da essência cujo paradigma, do ponto de vista semântico, é uma teoria do sentido que toma como modelo a ‘*Bild*’ do ‘objeto – designação’ (293) [...] Nessa imagem (*Bild*) da linguagem encontramos, as raízes da seguinte ideia: Cada palavra tem uma significação. Essa significação é coordenada à palavra. Ela é o objeto pelo qual a palavra está” (BARBOSA FILHO, 1973, p. 78).

<sup>6</sup> Ainda o professor: “A tendência a conceber a totalidade da linguagem sob o modelo do ‘objeto-designação’ só interessa enquanto fonte de mistificação filosófica” (BARBOSA FILHO, 1973, p. 82).

físicos até mentais. A adoção de algum dependerá da inclinação filosófica que se tem para dizer qual deles é mais capaz disso.

O que é importante perceber a esse respeito é que, em geral, o modelo “objeto/designação” está colocado no patamar mais elevado dos componentes necessários para o exercício da linguagem, como a função que o exprime por excelência. Enfim, compreende-se que a atividade fundamental da linguagem é denotar objetos através de seus termos e descrever fatos por meio das proposições.

O significado da linguagem exerce seu papel na forma de um objeto a ser referido ou descrito. Portanto, carregamos a ideia de que a atividade de denotar objetos e transmitir pensamentos compõe o núcleo duro do funcionamento linguístico.<sup>7</sup> Por sua vez, o modelo agostiniano de linguagem ganha uma versão peculiar em sua adoção pela visão privatista.

A assim chamada linguagem privada é a imagem de uma linguagem que tem os significados de suas palavras, em última instância, enraizados no interior da mente do indivíduo. Eles aparecem na forma de conteúdos propriamente mentais, tais como experiências internas, sensações ou estados psicológicos. Conceber tal linguagem significa dizer e aceitar que os sentidos das palavras são privativos ao sujeito. Por assim dizer, é a concepção de uma linguagem que tem seus conteúdos incomunicáveis, sendo este um corolário do fato de o significado linguístico estar associado a conteúdos mentais privados e experiências e de que só a pessoa que os *tem* pode *conhecê-los* diretamente.

Aceitando-se a ideia de que os significados das palavras sejam entidades privadas ao indivíduo, resulta que todo o nosso vocabulário psicológico é privado e que todo o nosso vocabulário de objetos é privado, embora até possamos, na comunicação (já num certo grau de concessão do adepto do privatismo, dizendo que os conteúdos e as experiências dos indivíduos sejam qualitativamente semelhantes), tematizar a mesma coisa. Compartilhando essa concepção, torna-se natural dizer, por exemplo, que “eu *tenho* meu significado de poste, tu tens outro”; que “o meu verdadeiro significado de poste só eu posso *conhecer*”. No caso da palavra “poste”, o conhecimento do seu significado se daria pela posse de um correlato mental do objeto físico, que consistiria no “meu significado de poste”. Também ocorreria o mesmo com a palavra “dor”, sendo significada por uma experiência psicológica exclusiva do sujeito. Segundo essa concepção, “eu tenho o meu significado de dor e tu tens o teu”. “Só eu conheço a dor que sinto, pois a dor que sinto é a *minha* dor, e ela é a dor verdadeira para mim”.

---

<sup>7</sup> “A única concepção da linguagem que ela autoriza é puramente instrumentalista: a função primordial do discurso é de comunicar pensamentos constituídos independentemente de toda linguagem, que podem ser, indiferentemente, a respeito de casas, de dores do bem e do mal (304, 317, 501)” (BARBOSA FILHO, 1973, p. 84).



O argumento da linguagem privada propriamente se inicia em 243<sup>8</sup> das *Investigações*. Nele, está colocada uma caracterização prévia do que podemos compreender por LP, na menção a uma das características dessa imagem de linguagem que podemos por ora observar. Isto é: outra pessoa nunca poderia compreender essa linguagem. Isto não é o caso, como ajuda a esclarecer Glock (1998), por exemplo, de uma pessoa falando em monólogo, falando para si mesma, de uma forma linguística que poderia ser traduzível e compreensível a outros<sup>9</sup>. Ou seja, é uma linguagem que não pode ser compartilhada.

Essa linguagem é denominada de privada em relação à natureza do significado que ela carrega, já que, nesses termos, ela se refere ao que só pode ser conhecido pelo indivíduo, isto é, às suas sensações imediatas. O pressuposto aqui é que o próprio conteúdo mental é caracterizado como privado e, assim, sendo a linguagem associada a esses conteúdos, ela conseqüentemente seria privada. O nome de linguagem privada é este devido à forma de compreensão que é dada aos significados dessa linguagem, os conteúdos mentais e experiências imediatas dos indivíduos.

Os conteúdos mentais ou os objetos aos quais as palavras dessa linguagem se referem, apenas podem ser *cognoscíveis* pelo indivíduo e apenas podem ser *possuídos* por ele. Estes são os dois sentidos de privacidade apontados por Hacker (1986, p. 254) para caracterizar a LP: a privacidade epistêmica e a posse privada<sup>10</sup>. Nesse sentido, a privacidade epistêmica e a privacidade da posse são fatores fundamentais para explicar o sentido de linguagem privada. Em virtude disso, compreende-se que Wittgenstein está investigando as questões de nossa experiência de objetos<sup>11</sup> e de como um objeto desempenha um papel linguístico. Nesta investigação, em relação a esta discussão sobre nossas experiências de objetos e da forma

---

<sup>8</sup> Wittgenstein, em 243: “A human being can encourage himself, give himself orders, obey, blame and punish himself; he can ask himself a question and answer it. We could even imagine human beings who spoke only in monologue; who accompanied their activities by talking to themselves. – An explorer who watched them and listened to their talk might succeed in translating their language into ours. (This would enable him to predict these people’s actions correctly, for he also hears them making resolutions and decisions). But could we also imagine a language in which a person could write down or give vocal expression to his inner experiences – his feelings, moods, and the rest – for his private use? – Well, can’t we do so in our ordinary language? – But that is not what I mean. The individual words of this language are to refer to what only be known to the person speaking; to his immediate private sensations. So another person cannot understand the language” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 88).

<sup>9</sup> Diz Glock: “Essa linguagem não é um código pessoal [...], nem tão pouco uma linguagem utilizada somente em monólogos [...], nem mesmo uma linguagem falada por uma só pessoa [...]. Não se trata de uma linguagem que não é compartilhada por uma questão de fato, mas sim uma linguagem que, por princípio não pode ser compartilhada ou ensinada, dado que suas palavras referem-se ao que só pode ser conhecido pelo falante, a saber, suas experiências privadas imediatas” (GLOCK, 1998, p. 230).

<sup>10</sup> Isto é, “*privacy of ownership*” e “*epistemic privacy*”.

<sup>11</sup> Hacker diz que a questão de fundo do argumento da linguagem privada é sempre lançar luzes sobre a nossa concepção do que seja a relação entre objetos e nossa experiência de objetos. “It is experience in general and it’s ‘phenomenal contents’, conceived of under the spell of a misguided metaphysics, that are his target” (HACKER, 1986, p. 254-255).

como entendemos que eles ocupam lugar em nossa linguagem, passa por questionamento a visão privatista de mente e da nossa compreensão comum da dicotomia “externo-interno”. É o conteúdo de nossa experiência que está sob investigação, dado que esse seria o ponto de partida para o significado linguístico.

Dessa forma, numa versão particular da visão agostiniana de linguagem, nossas sensações ocupam o lugar de objetos a que os termos se referem. A implicação que advém daí é que todo o vocabulário dessa linguagem é privado. Assim, o material ao qual ela se refere se mostra na forma de conteúdos mentais, como objetos no campo visual, estados, processos ou representações. Ou seja, é tudo aquilo que cai diante do “olho da alma” e que visualizamos internamente por introspecção.

### 2.1.2 A natureza de nossa experiência de objetos

A nossa experiência de objetos é comumente pensada por meio de uma conotação que a coloca como algo interno ao indivíduo e, portanto, oculto ao conhecimento direto por parte de outros. Ela é pensada como oposta àquilo que está aberto à verificação de todos nós, ou seja, aos comportamentos de outras pessoas. Temos aqui uma oposição entre aquilo que é cognoscível diretamente e aquilo que é cognoscível indiretamente, ou seja, entre interno e externo. A forma de analogia que sustenta essa comparação se refere a uma forma de ver e observar objetos e descrevê-los. Se em nosso campo visual podemos apontar objetos e descrever estados de coisas, podemos proceder igualmente em relação a objetos e conteúdos que sejam internos à nossa mente, descrevendo-os e observando-os com o “olho da alma”, por introspecção. Dessa forma, há como que um dualismo, que faz oposição entre o campo visual interno e o externo. É sobre essa oposição que a suposição da LP está fundada.

Ou seja, ela pensa a relação entre nossa experiência de objetos e os objetos em termos dualistas, dando origem a uma visão que opõe mundo mental e mundo físico. No entanto, podemos diagnosticar na origem deste erro, uma visão enganosa sobre a nossa experiência de objetos, uma visão enganosa sobre como compreender o conteúdo de nossa experiência. A partir daí, podemos estabelecer uma série de respostas e noções filosóficas que aceitam este dualismo e oferecem uma compreensão de verdade, certeza, usados para explicar o funcionamento da linguagem e do significado linguístico. O resultado da analogia e da origem do dualismo é que o “interno” é tomado em consonância com aquilo a que podemos ter acesso imediato e sem falhas, portanto, oferecendo a nós o conteúdo de certeza e solidez que

necessitamos para explicar as coisas comuns a todos, ou externas, como o funcionamento da linguagem. O interno é o lugar da certeza.

Mesmo o funcionamento da linguagem é compreendido como tendo raiz em conteúdos fornecidos mentalmente, cognoscíveis por si mesmos, portanto, anteriores à própria linguagem. O interno funciona como fornecendo um critério anterior à linguagem para explicar o funcionamento intersubjetivo da linguagem e o estabelecimento do significado. Atento ao fato normal de que para o funcionamento linguístico os significados já devem estar, de alguma forma, disponíveis, esta visão resolve este problema postulando um critério não linguístico para o significado, calcado em experiências internas cognoscíveis por si mesmas. Segundo esta visão que se instala, o funcionamento da linguagem é calcado no mental.

### 2.1.3 Sobre a especialidade dos objetos mentais, ou mentalismo

Temos até agora que, na concepção privatista de linguagem, está presente a concepção de objetos mentais portadores de significado, dotados de propriedades ocultas que subsistem por si mesmas e garantem a estes objetos mentais suas próprias identidades significativas. Dessa maneira, eles são colocados num patamar epistemológico e semântico privilegiado, sendo passíveis de cognoscibilidade imediata pelo indivíduo e de autonomia semântica em relação às mudanças contextuais. Eles são cognoscíveis por si mesmos e desempenham um papel linguístico que denota sua supremacia semântica frente aos diferentes contextos de usos dos termos. Assim pensados, sua integridade e identidade semânticas são mantidas a salvo dos diferentes usos que se possa fazer das palavras ao referi-los, e sua acessibilidade imediata ao sujeito, devido à sua natureza de conteúdos mentais, permanece garantida.

Ocorre que, sem a postulação da especialidade dos objetos mentais, não se compreenderia como o significado poderia subsistir, como os padrões de referência poderiam continuar a indicar a identidade do objeto a ser denotado em contextos diferentes e nem garantir um padrão de uso posterior para as palavras. O objeto, segundo esta orientação, adquire um padrão de uso que está acima dos contextos de uso das palavras. Esta é a forma pela qual a corrente privatista explica como fica garantido o uso correto das palavras em diferentes contextos e a base do significado linguístico.

A mente é tomada como portadora dos significados, uma vez entendido que eles estão presentes *na* mente de alguém. Lá estando, eles são mantidos em sua especialidade semântica e epistêmica, independentemente das práticas linguísticas e dos objetos físicos. O resultado

desse raciocínio e objetivo da corrente privatista é que, a partir daí, a significatividade das palavras se mantém, apesar dos usos linguísticos.<sup>12</sup>

Podemos dizer que o estatuto assumido pelo significado nestes termos é o de uma *experiência irreduzível autônoma*. O seu conhecimento prévio, como dito acima, se dá de forma independente da linguagem, de forma não proposicional ou conceitual, ocorrendo diretamente pela experiência sensível ou intelectual do sujeito<sup>13</sup>. É um conteúdo que apenas é tematizado linguisticamente na formação de conceitos e no estabelecimento de definições<sup>14</sup> para estes conteúdos, onde palavras e objetos internos são propriamente conectados. Os termos elementares de uma linguagem privada tem seus significados assentados sobre estas experiências irreduzíveis autônomas, pelo fato de elas estarem “guardadas” no lugar privilegiado, que é a mente do sujeito<sup>15</sup>.

O estatuto de especialidade atribuído aos objetos mentais garante a estabilidade necessária ao significado. Isto é, a identidade do significado dos termos linguísticos permanece, mesmo quando os contextos de aplicação das palavras possam ser diferentes. Sem apelar à especialidade semântica, não poderia haver padrão para a manutenção do significado. Ou melhor, sequer poderia haver significado e a comunicação humana seria impossível<sup>16</sup>.

Desse modo, temos uma pista sobre qual é a natureza do significado para a concepção privatista: ela refere-se a uma natureza imutável e indestrutível do significado, justamente para preservar a integridade semântica, sob pena de vermos o significado linguístico destruído. Logo, a prática linguística, pela sua mutabilidade e contingência constantes, sujeita a percalços e mal-entendidos, não parece ser o caminho apto a responder à questão de como as palavras se mantêm em seu sentido por meio dos usos linguísticos<sup>17</sup>, pois as expressões ordinárias parecem impuras, incompletas e insuficientes em comparação com o que o ‘*Bild*’ sugere. Ao contrário, a prática linguística pode denunciar a falta de estabilidade da linguagem, opondo-se aos moldes rígidos exigidos pela corrente privatista.

<sup>12</sup> Sobre a reificação do significado está 120 das *Investigações* (1995, p. 48-49).

<sup>13</sup> Williams (2002) trabalha estas questões também nas páginas 16 e 19 de seu livro.

<sup>14</sup> Sobre a definição ostensiva falam 38 e 182 das *Investigações* (1995, p. 18 e 73).

<sup>15</sup> A LP é a imagem da linguagem que vê o essencial para o funcionamento da linguagem como fundado no mental, nas experiências e conteúdos mentais que o indivíduo possui. Ela atribui o estatuto de inefabilidade às experiências internas elementares que dão a base do funcionamento linguístico. Neste sentido, ver 275 e 276 das *Investigações* (1995, p. 96).

<sup>16</sup> Uma caracterização da visão mentalista está em 55 das *Investigações* (1995, p. 27).

<sup>17</sup> Barbosa Filho explica a posição que toma a significação de forma reificada: “Com efeito, quando perguntamos pela significação de uma expressão (por exemplo, ‘cadeira’, ‘dois’, ‘jogo’, ‘linguagem’, ‘compreender’, ‘não’), nós perguntamos, em primeiro lugar, por aquilo que nos autoriza a (i. e, pelo critério que utilizamos para) aplicá-la à diversidade dos casos particulares. Ora, se a significação é o (ou um) objeto que ela designa, procurá-la equivale a procurar por aquilo que é comum à multiplicidade das instâncias visadas pela expressão. (65-67, 71-73, 164, 172, PS. p. 17). Somos obrigados, então, a encontrar a essência dos fenômenos, só a qual pode dar conta do sentido e da sua unidade” (BARBOSA FILHO, 1973, p. 79).

As palavras, a partir daí, têm significado, pois estão relacionadas a conteúdos mentais que se apresentam (como ideias, imagens, sensações, frutos de experiências psicológicas) ou que se produzem na pessoa, ou que surgem na mente sempre que a palavra à qual ela corresponde for mencionada em qualquer contexto. Nesse caso, perguntamos se a palavra gera uma imagem tal e apelamos à memória, já depois de estabelecida a identidade entre a palavra tal e a experiência tal, dado que, a partir de uma definição, estabelecemos o significado do termo, unindo-o à uma experiência. Assim, no futuro, a memória trará *aquela* experiência e saberemos o significado da palavra. Por este motivo, o modo fundamental de esta linguagem reportar-se a objetos é referindo-se a conteúdos ou experiências privadas do falante.

A analogia entre externo e interno, que está na origem dessa concepção, permite que expliquemos os conceitos e significados das palavras, possibilitando basear-nos em conteúdos mentais que funcionam como modelos, padrões do significado, como tabelas guardadas em nossa mente. Ela supõe a necessidade de haver modelos internos à mente, que contém e servem como critério para identificarmos as coisas como elas mesmas. Um exemplo com que Wittgenstein trabalha é a questão das cores. Para afirmarmos “isto é vermelho” apontando para um morango maduro, podemos realmente comparar a cor do morango com uma tabela de cores que exista. A analogia que se procede a partir desse caso de afirmarmos a cor de um morango é que podemos também fazer uso de tabelas internas à mente como garantia das afirmações e juízos que fazemos sobre termos psicológicos: “eu vejo”, “eu sinto”, etc. O caso exemplificativo paradigmático de Wittgenstein no argumento da linguagem privada é falar das sensações, como a de dor. Haveria um modelo privado, como uma imagem, sensação ou conteúdo qualquer, como paradigma de significação de “dor de cabeça”, por exemplo. E faríamos referência a ele para fundamentar um juízo, como “eu estou com dor de cabeça”. Afinal, apontando internamente ao modelo privado de dor, tenho certeza disso. Nessa leitura, o significado das palavras para sensações faz referência a experiências ou modelos privados de dor que só eu posso conhecer e possuo. A garantia da significação linguística são modelos privados de sensações e experiências que eu observo internamente.

Estabelecer a união entre ideias e palavras e sensações e palavras é uma parte fundamental. As funções dessa linguagem são *referir* a sensações e experiências internas à mente e *descrevê-las*, como quem descreve um objeto físico para o qual esteja olhando, só que olhando para dentro de si com o “olho da mente”. Da mesma forma, haveremos de ter um exemplar dos objetos físicos guardados em nossa mente, além dos conceitos psicológicos, dado que está em jogo aí um modelo amplo de linguagem, que vai desde os termos psicológicos até termos para objetos físicos que têm sua imagem guardada na mente da

pessoa. No entanto, esses objetos físicos são apenas objetos em hierarquia inferior de significação, comparado com os correlatos mentais que se têm. Devido à característica supostamente autoconsciente de nosso conhecimento do mundo e de nós mesmos, a certeza se dá no autoconhecimento daquilo que está e se passa em minha mente, mediante um exercício de introspecção. E essa consciência interna funciona, novamente, em analogia com o conhecimento externo, onde observamos objetos e os definimos ostensivamente, porém, usando agora uma definição ostensiva privada para definir nossos conteúdos e experiências mentais. Isto é, o privatista faz funcionar sua linguagem mediante definições ostensivas privadas, feitas em relação a experiências internas suas, que só ele pode conhecer.

Essa suposição de que o autoconhecimento se dê mediante introspecção e reconhecimento interno, a partir de uma analogia de conhecimento e percepção de objetos externos, é muito cara à ideia da linguagem privada. O sujeito é conhecedor do que ocorre em seu interior, numa visão reflexiva em relação ao que se passa com ele.

Mas para onde nos levaria essa concepção de linguagem, senão à suposição de que poderíamos ter significados diferentes de cada palavra? Já que o que realmente importa são os conteúdos mentais, o fundamental é que, para que na comunicação intersubjetiva possamos falar da mesma coisa, os conteúdos mentais, e não as palavras, sejam os mesmos. Porém, como vimos, dada a privacidade, nunca poderemos garantir que falamos da mesma coisa.

Justamente um dos pontos de chegada dessa concepção é uma espécie de relativismo semântico. Os significados seriam diferentes para cada um, podendo assim haver uma infinidade deles, considerando que cada pessoa tenha o seu próprio significado. Devido à tese da privacidade do mental, esta é uma conclusão lógica. É por este motivo que, em sua análise, Hacker (1986) coloca a suposição privatista de linguagem na origem de posições filosóficas como o idealismo, o ceticismo e o solipsismo. Em 271 das *Investigações*, está a referência de Wittgenstein à relatividade conceitual e ao idealismo mental como duas consequências inaceitáveis da tese da LP, duas provas de seu absurdo filosófico<sup>18</sup>. A partir daí, a posição solipsista de que podemos, na verdade, dizer cores diferentes pela palavra “vermelho” está a um passo. Mas, defendendo que a linguagem é em essência privada, como explicar que a comunicação comum estaria garantida? Enfim, como responder à questão da determinação do significado?

O fundamento da significação não pode ser dado apontando-se para um conceito de significação fundamental, pois dessa forma não fugiríamos do recurso ao infinito. Assim

---

<sup>18</sup> Sobre o assunto também fala o parágrafo 272 das *Investigações* (1995, p. 95).



sendo, compreende-se que o fundamento da significação da linguagem não pode estar na linguagem, mas sim em experiências fornecidas pelo aparato perceptual e mental de cada um. Cada uma dessas experiências seria cognoscível e definível por ela mesma. O critério último para o funcionamento da linguagem é, dessa forma, mental, imediatamente acessível ao indivíduo. Os fundamentos da linguagem estão em experiências irreduzíveis e autônomas. Esse âmbito é o que garante a objetividade da linguagem. O critério para a significação é privado e, nesse sentido, sem necessidade de justificação.

Tanto para o privatista quanto para o que compreende a linguagem como fenômeno público deve haver algo de pressuposto para o funcionamento da linguagem; a diferença é que o privatista pensa que a justificação não é necessária em virtude de os significados se apresentarem clara e indubitavelmente à mente do sujeito. Para ele, é o âmbito mental que garante o funcionamento da linguagem. Dessa forma, compreende-se que “não precisamos de critérios externos no âmbito mental” (JOURDAN, p. 2).

#### 2.1.4 A implicação extrema da visão privatista: o solipsismo

Percebemos que o significado da linguagem é sempre passível de conhecimento pelo sujeito, ou seja, a relação com o significado é uma relação epistemológica, uma vez que ele é o objeto a ser conhecido, mas localizado no interior do sujeito. É o conhecimento de um objeto interno à mente do indivíduo que lhe permite falar do significado de uma palavra. Só falamos do significado dos termos quando conhecemos esse objeto que cumpre o papel de objeto privado da experiência do indivíduo.

Dessa forma, há alguns pressupostos aceitos pela visão privatista que, se levados ao extremo, levam-nos a uma posição solipsista. Eles são decorrentes das duas formas de privacidade aceitas pelo defensor da LP: a privacidade epistêmica e a privacidade da posse. Entende-se que apenas podemos conhecer com certeza nossos próprios conteúdos mentais, e apenas indiretamente os dos outros, sendo esse conhecimento apenas indutivo. Assim, eu apenas tenho certeza de meus estados mentais e psicológicos, não podendo me enganar quanto a eles, mas eu não posso ter certeza dos estados mentais dos outros e nem eles dos meus. Meu acesso a seus estados é apenas indireto, o mesmo ocorrendo com o conhecimento que eles podem ter de meus estados psicológicos. O resultado é que experiências psicológicas em geral são privadas e as pessoas não podem ter as dores das outras.

No caso do solipsista, como o exemplo mais radical dessa postura<sup>19</sup>, ele leva a visão do significado e da experiência privada a seus limites. A mente das outras pessoas é inacessível, pois apenas podemos ter certeza de nossa própria mente. Mais ainda, é fugir completamente à razoabilidade o mero supor que as demais pessoas tenham mentes ou estados psicológicos, pois não há a possibilidade de qualquer experiência de verificação dessa suposição. Os significados de minha mente são inacessíveis aos outros. Eles nunca poderão tê-los da forma como eu os tenho. Não há como verificarem os verdadeiros significados que dou às palavras olhando em minha mente. Eles nunca verão ou terão meus conteúdos mentais, nem nada garante que falemos das mesmas coisas.

Na visão privatista, podemos dizer que, estando em nossa mente os paradigmas da significação da linguagem, resta-nos fazer as conexões entre as palavras e as sensações a que elas devem se referir. Mas as palavras devem se referir a seus objetos *corretamente*. Palavras e ideias ou sensações devem estar conectados corretamente: “dor” com o modelo de dor, “alegria” com o modelo de alegria, ou falaríamos, em nossa comunicação pública, de coisas diferentes com um mesmo termo, tornando a comunicação impossível. É justamente este o caso do solipsismo: não podemos garantir que a comunicação seja possível. Diz Hacker:

Ultimately the tough-minded solipsist will castigate the weak-kneed skeptic, for not only is the private language unintelligible to others, but it does not make sense to talk of *believing* as opposed to knowing that others have experiences. The very idea of experiences belonging to another, and *a fortiori* of believing them to belong to another, must, in all consistency, be nonsensical. For ‘experience’ means something which is uniquely mine. To suppose that there could be other subjects is nonsense, for I alone am the locus of all experience. To believe that others have experience is to make a hypothesis which transcends all possible experience (BB, p. 48). (1986, p. 263-264)

O solipsista leva a concepção de significado privado ao limite em suas conclusões. Ele torna a comunicação sobre experiências psicológicas impossível. A afirmação “apenas eu sei o que quero dizer por vermelho” é perfeitamente aceitável para o solipsista.

O pressuposto inicial do privatista é dizer que experiência é algo somente meu e que ninguém mais pode tê-la ou conhecê-la da forma como eu a conheço, por acesso direto a ela. Este é o ponto que nos interessa aqui: é o solipsista que leva a comunicação à sua impossibilidade devido aos pressupostos privatistas que ele esposa e radicaliza. Compreender o que outro diz envolve ter os mesmos objetos para os quais as palavras estão, conhecer o que

---

<sup>19</sup> Assunto tratado por: Hacker (1986, p. 263); e Tugendhat (1992, p. 48-49). Tugendhat caracteriza o solipsismo como a posição segundo a qual “só eu tenho estados internos”. Ele mostra que combater esta visão é o objetivo principal do ALP de Wittgenstein.



se passa em sua mente em termos de suas experiências que dão conteúdo à linguagem. Isto é impossível de ser garantido intersubjetivamente, tornando a própria comunicação algo fadado ao fracasso. Apenas supor que outro poderia ter experiências já é um exagero para o solipsista.

#### 2.1.5 Normatividade, privatividade e definição ostensiva

A crítica de Wittgenstein à LP encontra na questão da normatividade um ponto chave para refutá-la. O privatista parte de um fato acerca da linguagem que é evidente, qual seja, o de que a linguagem é uma atividade normativa. Ele compreende que usar a linguagem é uma atividade normativa e, a partir daí, posiciona-se caracteristicamente acerca da determinação do significado para explicar o funcionamento do fenômeno linguístico em geral. Porém, o ponto peculiar desta concepção é que, com a visão privatista de significado, ela compreende a questão das regras igualmente de uma forma privatista. O privatista compreende as regras em termos de definições ostensivas privadas que devem guiar o uso das palavras. A partir daí, o privatista tem subsídios para explicar como, na sua visão, opera a linguagem pública e a comunicação intersubjetiva, mas dando a elas um fundamento privado.

Há conteúdos prévios que povoam a mente do indivíduo, cabendo a ele a tarefa de, mediante definição ostensiva interna, conectar as palavras com as sensações que lhes correspondem, definindo o significado desses termos e resolvendo a questão do uso futuro dessa palavra, que *deverá* sempre ser feito em referência *àquele* conteúdo ou *àquela* experiência mental.

Neste ponto, podemos nos deter mais na questão da definição ostensiva. No modelo da linguagem privada, é forte a confiança num ato de definição ostensiva privada para estabelecermos as regras de uso dos termos da linguagem, ou seja, para fixação de um padrão semântico. Afinal, pensar que os conteúdos mentais são facilmente acessados pelo sujeito e diretamente conhecidos por ele mediante a experiência da interioridade de sua mente é dar subsídios para tornar a definição ostensiva privada o modelo apropriado para estabelecer a relação entre os termos da linguagem e os conteúdos mentais.

Associando diretamente a sensação com um termo da linguagem por meio de um ato de definição ostensiva privada, fixando o significado, estabelece-se uma regra para o uso dos termos.

Enfim, a ideia do significado compreendido como presente *na* mente de alguém enquanto um objeto originado da experiência sensível (sensação) ou pelo acesso intelectual do indivíduo a ideias ou conceitos especiais é amplamente dependente de uma compreensão

específica do papel desempenhado pela definição ostensiva na fixação das regras para o funcionamento da linguagem. Porém, em relação à LP, a definição ostensiva é aplicada a uma versão particular.<sup>20</sup>

Da mesma forma que, na nossa compreensão, a definição ostensiva desempenha um papel importante para realizar a ligação entre um termo linguístico e um objeto físico, aplicamos o modelo ostensivo de ligação entre termos e objetos aos conteúdos mentais, como uma definição ostensiva privada. Nessa versão, a definição deverá, dali para frente, isto é, depois de estabelecido o significado de uma palavra por referência a um conteúdo mental, ser observada pelos utentes da linguagem nas aplicações subsequentes dos termos, sob pena de não estarem realizando usos corretos das palavras.

É justamente o ato de definição realizado pelo sujeito que fixa e estabelece uma regra para os usos futuros do termo, com a união de significado e palavra. Daí para frente, o que resta é aplicar os mesmos termos aos mesmos conteúdos, sejam sensações, imagens, processos, anteriormente definidos. Para que a regra seja corretamente obedecida, é fundamental que haja certa semelhança entre as aplicações antecedentes e subsequentes dos termos aos seus significados, identificadas com o que está estabelecido pela regra de aplicação originária. Do contrário, o uso das palavras estará errado e a comunicação linguística se tornará impossível.

A normatividade do uso das palavras está fundada em um ato de concentração de atenção do indivíduo. Ocorre que cada pessoa, mediante esse procedimento associativo interno, funda a possibilidade de comunicação intersubjetiva.<sup>21</sup> Mas como explicar que há uma linguagem comum? Como sair da privacidade e explicar o fato de que falamos uma linguagem comum?

Mas é importante a comunicação comum, se estamos falando de uma linguagem que, como implicação de seus dois sentidos de privacidade (privacidade epistêmica e privacidade da posse), não pode ser comunicada? Quer dizer, como ela poderia ser comunicada se está fundada em *conteúdos e experiências que só podem ser conhecidos por aquele que detém esses fenômenos*? Antes de respondermos, perguntemos o que há realmente de errado nessa suposição. Este é o ponto sobre o qual Wittgenstein deseja levantar uma reflexão. Em suma, será abordado o problema da normatividade. Em outras palavras: será que a linguagem privada faz sentido mesmo para aquele que a postula e que crê que ela faça sentido? O

---

<sup>20</sup> A questão é tratada em 258 das *Investigações* (1995, p. 92).

<sup>21</sup> O primeiro Wittgenstein adotava a perspectiva privatista. Para ele, a comunicação é possível, pois deve haver um isomorfismo entre a linguagem e seus conteúdos, uma mesma forma lógica entre a linguagem e o mundo.

privatista realmente sabe do que ele está falando com suas proposições e afirmações? Se a suposição fundamental do privatista é dizer que não pode duvidar de seus conteúdos mentais, a estratégia é minar essa concepção.

Pode haver um critério de identidade privado? Isto é, para que possamos falar em comunicação intersubjetiva e, antes disso, para que o próprio privatista possa usar e compreender sua linguagem, é necessário que possamos reconhecer a experiência A toda vez que ela ocorrer no privatista e que haja um padrão de identidade para identificarmos que as experiências de A sejam idênticas às de B. Devemos poder dizer, para a comunicação intersubjetiva e para o próprio privatista: “esta é *a mesma* sensação de antes”. Wittgenstein mostrará que a tentativa de estabelecermos tal padrão no que tange uma linguagem privada é falha. A ideia de uma regra privada é ininteligível, o mesmo ocorrendo, concomitantemente, para a visão de significação que ela defende.

Se o ato de dar nome a uma sensação, estabelecendo um conceito do conteúdo mental ou da experiência, pode constituir uma regra de uso é uma questão à qual o privatista deve responder positivamente.

#### 2.1.6 Compreensão e regra

A respeito da questão das regras, nós devemos poder distinguir claramente entre o fato de alguém apenas *pensar* estar seguindo uma regra e o fato de alguém realmente seguir uma regra. Ou seja, devemos ser capazes de diferenciar aquilo que é uma prática normativa disfarçada, de uma prática normativa autêntica, onde a normatividade, isto é, o que enseja uma avaliação de “certo” e “errado” sobre uma ação, seja cabível e faça sentido. O ponto é demonstrar que a linguagem privada não tem as características de linguagem autêntica. Tudo aquilo que é essencial a uma linguagem genuína, a saber, a falada intersubjetivamente, desaparece. Não poderemos falar de normatividade, critérios de identidade para os usos dos termos, fixação de significado de forma privada, padrões semânticos privados, nem recorrer com sentido à definição ostensiva privada para ensinar-nos usos dos termos. Isto é, não podemos falar de significado em geral. Diz Hacker:

For there are here no genuine samples or any real ostension, no real rules or any technique of applying rules, no correctness or incorrectness, no meaning or any explanation of meaning, no understanding or anything to understand. (HACKER, 1986, p. 265-266)

Assim, minar uma certa concepção do que seja uma regra e compreender uma regra é a tarefa de Wittgenstein. Para esta concepção, compreender uma regra é ter acesso intelectual a ela e conhecer todos as suas aplicações futuras previamente.<sup>22</sup> Ter uma sensação tal implica compreendê-la imediatamente, uma vez que sempre é acessada de forma clara. A nomeação dessas sensações, estabelecendo um conceito delas, é importante para reidentificá-las todas as vezes que elas ocorrerem, para guardá-las na memória. O que se deve fazer corretamente é associar a palavra apropriada à sensação apropriada. “Dor” à sensação determinada, “alegria” à sensação determinada. Mas como podemos nomear uma sensação que temos, conhecendo-a como ela mesma, e depois reidentificá-la dizendo: “esta é a sensação ‘S’”? Wittgenstein mostrará que essa ideia é confusa. Ela pressupõe que o privatista já conheça a gramática da palavra “sensação” e que dê a atribuição de um nome ‘S’ à sensação como verdadeiro antecipadamente.

O ato de atenção do privatista à sua sensação para defini-la com um termo é explicado por Wittgenstein na crítica à definição ostensiva.

### 2.1.7 Crítica à definição ostensiva

O caso paradigmático a ser examinado por Wittgenstein é referente à privacidade do significado das palavras para sensações. A discussão se volta para o tema da nossa tentação natural de fazer uma analogia entre “externo” e “interno”, que nos faz lançar mão do modelo “designação-objeto” para definir o significado dos termos psicológicos. Da mesma forma como a definição ostensiva serve para nos ensinar o uso de palavras para objetos externos, ela serviria para nos ensinar e fixar o significado de palavras para objetos internos, como sensações e emoções.

O fundamental a ser verificado neste caso é que o privatista não pode definir um significado *original* ao termo. Não pode estabelecer, com este ponto de partida, um princípio de *identidade* para o uso do termo, possibilitando identificar, no futuro, os conteúdos ou experiências aos quais ele esteja relacionado.<sup>23</sup>

<sup>22</sup> A implicação mais grave desta visão privatista é que transformamos a natureza normativa aparente e aberta do significado da linguagem em uma noção metafísica. Filósofos partidários da corrente privatista de linguagem identificam as propriedades das normas como sendo propriedades metafísicas, cognoscíveis a partir de proposições normativas rígidas para os usos das palavras. Na crítica de Wittgenstein que continuaremos a explorar, busca-se desfazer esta confusão para poder fazer com que a mosca saia do apanha-moscas. O parágrafo 75 das *Investigações* (1995, p. 35), ilustra isso.

<sup>23</sup> Hanfling fala sobre o que está sendo propriamente tratado em 258 das *Investigações*. “What is not in question is that the private ‘ostensive definition’ that Wittgenstein describes cannot ‘serve to establish the meaning of a sign’ (PI 258); and this, I believe, is what the example, or the sign itself, are altogether meaningless” (HANFLING, 2002, p. 24).

Simplesmente não fica determinada a normatividade para os usos dos termos, pois não se distingue entre uma forma de uso de um termo *de acordo* com a regra e o mero *pensar-se* estar usando o termo de acordo com a regra. No caso da sensação ‘S’, não posso ter certeza de que, ao dar nome a uma sensação que eu tenha num dado momento, no futuro eu realmente tenha certeza de que *seja* ela ou que apenas *pareça* ser ela própria, quando eu pensar ser a mesma dor. No final das contas, não passará disso, pois a mim apenas parecerá ser aquela dor. A *certeza* de que é ela não será possível. Na verdade, nunca houve um modelo da dor fixado anteriormente a ser comparado com a dor atual, uma vez que a tentativa de estabelecer o significado do termo para uma sensação tinha a intenção de ser estritamente privada ao indivíduo.

Observando o caso de 258 mais detidamente, perceberemos que não há o estabelecimento de nenhum critério de *identidade por meio da definição privada*. Afinal, como eu posso nomear uma sensação que eu tenho seguidamente, podendo, a partir de minha própria experiência, fundar um critério de identificação da mesma (=) dor no futuro? Eu não posso. Eu não saberei se no passado eu falava dessa mesma dor ou se agora me *parece* ser a mesma dor; não há como, com base na memória, lembrar qual a sensação que eu quis denotar pelo signo ‘S’. O uso futuro de ‘S’ permanecerá indeterminado. Podemos usar ‘S’ para designar uma sensação qualquer, mas como saber, apenas a partir de minha experiência interna, se, na verdade, o termo correto para designar a sensação não deve ser ‘S-’? Nem eu tenho critério para isso, pois a sensação ainda pode parecer mal definida para mim mesmo. Posso tentar designar a sensação que tenho dizendo, por exemplo, ao médico, que ela é tão peculiar “como se houvesse um alfinete dentro de meus pulmões toda vez que inspiro”. Esta seria uma tentativa de descrever uma dor que sinto e que não sei como descrevê-la adequadamente. Mas ainda assim isso faria parte de um jogo de linguagem sobre sensações. É o jogo de tentar nomear sensações que temos dificuldade de expressar. Porém, não será possível encontrar uma definição a partir de minhas experiências internas e fundar sobre elas um critério de identidade. A pessoa é incapaz de dar privadamente um tipo de definição ostensiva e fixar um critério para o uso da palavra.

Podemos usar um termo para definir uma sensação estranha, pois podemos, na linguagem, falar de sensações que não têm nome.<sup>24</sup> Porém, não será possível originar uma

---

<sup>24</sup> Diz Hanfling: “A definition should ‘bring it about that I remember the connection right in the future’, and the private ostensive performance cannot provide a distinction between ‘right’ and ‘seems right’. It does not follow, however, that ‘S’ is altogether meaningless. What ‘S’ means is: ‘a sensation that seems to recur from time to time and for which no specific name is available’. It is only the diarists attempt at turning ‘S’ into a specific name that is incoherent” (HANFLING, 2002, p. 35).

possibilidade de sentido estritamente privada por intermédio da definição, para dar a ela um uso significativo que envolva normatividade e regularidade, pois não daremos um critério de identidade a essa sensação.

Isto é, como pode ser admitido existir um ato ostensivo de nomeação prévia que possa instaurar, junto com o significado, as regras de aplicação dos termos? Como pode haver um ato de batismo original realizado com base no conteúdo mental a ser classificado? Como pode ser possível que se admita pegar o modelo de definição ostensiva para objetos físicos e aplicá-lo às sensações, aceitando-se que ela funcionaria perfeitamente para objetos internos à mente? Não pode.

A questão é que, para definir uma sensação privada, o privatista está usando um conceito público, o de “definir”, “nomear”. Ou seja, no mero ato de definir devemos pressupor muitas coisas, como categorias de classificação, que são de uso comum. A diferença é que o nomear público, usado aqui, é feito com referência a entidades e objetos também públicos. O mesmo se dá com a palavra “sensação”. Para usá-la de alguma forma, o privatista já deve ter pressuposto o que seja uma sensação, ou como ela é referida no uso comum das pessoas. Assim, ele usa “sensação” como uma “sensação” no seu jogo. Isto é, mesmo pressupondo uma linguagem privada, a única maneira de explicar a si mesmo os termos e as tarefas que ele se impõe a fazer, é como se ele estivesse falando a outra pessoa, isto é, num falar que outros poderiam compreender, pressupondo um contexto intersubjetivo de explicação. Diz Tugendhat:

Assim, chegamos ao resultado de que também ali onde se poderia pretender que há um emprego rigorosamente privado – não comunicável a outros – de palavras para sensações, esse emprego, na medida em que tem a pretensão a uma determinação (e de outro modo não se pode falar de um significado), liga-se na realidade a critérios observáveis. Isso quer dizer que, se examinarmos mais de perto como alguém estabelece o significado de tal palavra para si mesmo, constatamos que isso acontece exatamente da maneira em que se poderia explicar o significado a uma outra pessoa: tal e tal gosto é o gosto de tal e tal uva. Não é *concebível* nenhum outro modo de se estabelecer o significado. (TUGENDHAT, 1992, p. 62)

E Hacker:

But if the private linguist is to invoke it, he must justify its use in a way that is intelligible to us all, i.e. in a way that is recognizably part of the familiar use of the word ‘sensation’. But in that case he might just as well explain ‘pain’ likewise, i.e. not by reference to a ‘private sample’ that is in principle unusable by anyone else (*PI*, 261). (HACKER, 1986, p. 267)

A forma de explicar um conteúdo privado nesse caso pressupõe o discurso intersubjetivo. Já há, antecipadamente, um critério público para a escolha dos termos e das tarefas a serem executadas pelo privatista. Ele já deve conhecer a gramática de “sensação”, de “nomeação”, de “definição”, de “lembrança”. Não é questão de falarmos de uma definição ostensiva privada, dada por um ato de atenção do indivíduo, que grave batismalmente nele o conceito da sensação, de forma a que ele se lembre corretamente no futuro.<sup>25</sup> Ou seja, mesmo para falar de uma linguagem privada, ele já está supondo um critério para os usos dos termos a serem feitos por ele. A sua cerimônia privatista é, dessa forma, inútil, para usar as palavras de Wittgenstein. A definição ostensiva privada de uma sensação já pressupõe o uso de “definição ostensiva” e de “sensação”, não sendo suficiente para ela mesma estabelecer uma regra de uso para estes termos.

Para desfazer as confusões acerca da definição ostensiva como instauradora das regras para os usos dos termos está levantada a tese de que a própria definição ostensiva já deve pressupor algo, ou seja, um domínio prévio da linguagem, para realizar sua função de nomear.<sup>26</sup> Esse domínio prévio é possibilitado por uma iniciação pública no uso da linguagem. A definição ostensiva não pode desempenhar o papel fundamental de conferir uma regra de aplicação ou a determinação do significado das palavras por pressupor uma competência linguística prévia do falante. E, uma vez pressupondo uma competência linguística prévia, o ato fundamental de significação não pode estar nela. Para o mero ato de nomear implicado na ostensão fazer sentido, já deve ter se iniciado a atividade de aprender a usar a linguagem no jogo de linguagem da nomeação. Com base apenas na definição ostensiva não pode haver o estabelecimento de uma regra privada para a aplicação significativa das palavras e nem uma regra para reaplicação das mesmas em usos subsequentes.

Na crítica a essa imagem de linguagem, vai ficando claro que o significado privado não tem autonomia para servir como base fundamental para a comunicação, sobre a qual qualquer ato linguístico que tenha pretensão de significação deve estar fundado. E também que não é a definição ostensiva que fundamentalmente confere significado ou fixa regras para aplicações dos termos de qualquer linguagem, mesmo numa linguagem privada. A ostensão (tanto pública quanto privada) não pode ser a fonte de significados ou do estabelecimento de regras. Porém, mesmo diante dessa demonstração, ela tem uma *aparência* de verdade.

---

<sup>25</sup> Mas a pergunta a ser colocada em seguida é se uma justificação privada, como esta realizada com base na memória do sujeito, pode ser considerada uma justificação genuína.

<sup>26</sup> Ver o parágrafo 30 das *Investigações* (1995, p. 14-15).



Apenas parece estar sendo estabelecido um uso e um critério, quando na verdade essa discussão se faz apenas em torno de regras de usos de termos. É apenas uma discussão de afirmações gramaticais. A discussão do privatista é uma discussão conceitual sobre a aplicação dos termos. Apenas a partir dessa determinação do significado, que é pública, é que podemos falar em usos corretos e incorretos, e diferenciar aquilo que de fato é seguir uma regra do que não é.

No caso do linguista privado, ele, por suas próprias forças, não estabelece um critério para “sensação”, motivo pelo qual não se pode falar de certo e errado ao afirmar “esta é a sensação A”, ou que “esta sensação atual se parece com A”. O jogo da linguagem privada não apresenta um critério de normatividade, motivo pelo qual falar em *parecer* e *ser* é sem sentido. Não se pode compreender o que é certo ou errado nessa situação. Na privacidade, não podemos sequer recordar se é a mesma sensação anterior que temos agora, pois não podemos conferir na mente o modelo privado que significa a palavra. Não podemos fazer isso de forma análoga à que fazemos quando comparamos algo com um modelo ou padrão real, tomando, porém, o modelo como sendo interno.<sup>27</sup> Aquilo a que ele apelaria para fazer a comparação com uma sensação, ao conteúdo da memória, não seria algo independente, de forma a que não podemos garantir que ele lembre corretamente. Enfim, como estar garantido de que aquilo a que ele apela é realmente a memória *daquela* sensação determinada que ele anteriormente definiu? A própria memória não pode garantir que ele lembra corretamente. Mas é apenas dela que o privatista dispõe para fazer a comparação, e de nenhum critério independente. Ele apenas compara a memória com ela mesma. O que aparece aqui é apenas a ilusão de que haja lembrança genuína e a ilusão de que estejam presentes características de uma linguagem genuína.

Dessa maneira, a própria ideia de um conteúdo mental ou de uma experiência mental que confere significado aos termos é sem sentido. O objeto mental pode ser considerado como inútil, e podemos parar de falar nele, sem nenhuma consequência para a significação: “o objeto mental cai fora de consideração”. Ou seja, falar de algo que só eu posso saber é inútil para a comunicação, e não constitui o essencial para a linguagem.<sup>28</sup> Nisso culmina a crítica à ideia de uma linguagem que faça referência a sensações e experiências privadas. O objeto,

---

<sup>27</sup> A questão da justificação pela memória está em 56 e 265 das *Investigações* (1995, p. 27 e 93-94).

<sup>28</sup> Isso é mostrado em 293 das *Investigações* (1995, p. 100). Williams explica o ponto do argumento defendendo que ele combate a ideia de que a sensação pode ser dissociada do comportamento e do contexto reativo no qual a sensação está imersa. (WILLIAMS, 2002, p. 29 e 32). O privatista separa a consideração do objeto semântico das referências comportamentais, tornando-as meramente recursos contingentes para a sua consideração. O objeto permaneceria puramente significativo, mesmo se as *circunstâncias* nas quais ele aparece não existissem. Wittgenstein mostra que devido à impossibilidade de acesso a este objeto por cada um, ele poderia ser qualquer coisa, ou mesmo nada. Ele não faz diferença alguma para a comunicação.



conforme mostra o argumento do besouro, já referido, ou é, de um lado, inútil à comunicação linguística, ou, de outro, ele torna a comunicação impossível se ele desempenha algum papel. Ou seja, Wittgenstein mostra que a hipótese da LP, se levada a seus limites, torna a própria questão do significado sem sentido.

A discussão filosófica sobre os significados não é uma discussão sobre objetos, devido aos enganos a que essa visão nos induz. A discussão sobre significados deve se dar de outra forma. Estabelecendo a noção de significado como uso, Wittgenstein centra a discussão sobre o significado em outro eixo. Não mais o eixo que coloca os fundamentos da linguagem no mental, mas sim o que aponta para a *práxis*, isto é, para os usos das palavras como o lugar da significação: o significado é aquilo que aparece quando explicamos o significado de alguma coisa. Com a explicação do significado, ensinamos usos das palavras, damos as regras de usos das mesmas. Portanto, a investigação do significado deve estar atenta às formas como usamos as palavras em diferentes contextos e como explicamos os significados dos termos às outras pessoas. Ela não é a investigação sobre um objeto, um fenômeno mental ou físico, mas sobre os usos que fazemos dos conceitos em nossas afirmações e nossos juízos. O problema do significado se resolve, então, no plano da linguagem, descrevendo usos que fazemos das palavras em nossa comunicação.

#### 2.1.8 Aparência de linguagem

A linguagem privada apenas tem aparência de linguagem, sendo na verdade uma ilusão. Ela nos engana acerca de estarmos realmente falando da possibilidade de que essa linguagem tenha sentido. Mas o que podemos falar sobre os conteúdos mentais que dão significado à linguagem do privatista? Nada. Nem sequer ele pode.

Não há a normatividade e a regularidade necessárias para que a linguagem faça sentido. Esses dois fatores apenas são conseguidos de outra maneira, que não apele aos esforços mentais de um indivíduo isolado. Não podemos falar nada por meio de significados privados. A linguagem não pode funcionar segundo esse mecanismo. Uma linguagem que apenas tenha expressão privada não admite a ocorrência de afirmações acerca de erro ou acerto para os usos e identificações de palavras, tornando o próprio significado sem sentido. Ela não determina a normatividade essencial para o significado. Desse modo, diz Wittgenstein, “(202) it is not possible to obey a rule ‘privately’” (1995, p. 81).

As afirmações da linguagem privada acerca de estados mentais, sensações e experiências são usos das palavras dentro de um jogo de linguagem em que as sensações e

experiências sejam privadas. São enganos linguísticos que se originam das suposições de que palavras estão para objetos e de um engano quanto à concepção da dicotomia “externo-interno”. As afirmações do privatista são apenas proposições que estabelecem usos para os termos em questão. São afirmações meramente gramaticais, partindo de enganos linguísticos. Diz Hacker:

The sceptic, here as elsewhere, misinterprets the reflections of grammatical conventions that determine what it makes sense to say for epistemic possibilities and impossibilities. (HACKER, 1986, p. 273)

E a origem da confusão conceitual das afirmações do linguista privado, tais como “a dor é algo privado” e “eu sei que eu estou com dores”, origina-se de confusões gramaticais. São confusões no sentido de aplicar analogamente o funcionamento de um jogo de linguagem que funcione com objetos a jogos de linguagem em que, na verdade, não há objetos e o jogo se dá de outra forma, que assim é mascarada. Assim, as afirmações do privatista *parecem* ser afirmações metafísicas, profundas, verdades inquestionáveis. Mas elas são, na verdade, afirmações gramaticais, e não afirmações sobre fatos. Sendo afirmações gramaticais dessa forma peculiar, são meramente ilusões conceituais.

A forma de “testar” essas afirmações para determinar o que são é perguntando: como ela poderia ser falsa? Se não for possível imaginar como ela poderia ser falsa, então ela será uma afirmação gramatical, ou seja, uma afirmação que na verdade estabelece regras para usos de termos e funciona como critério para verdade do próprio enunciado. Ela regula o próprio enunciado. Não temos critérios externos a ela para verificar sua verdade; nós só temos ela mesma. Se, ao contrário, puderem ser falsas, então são afirmações empíricas, são descrições de entidades, de fatos, que sempre se referem a algo que pode ser de outra maneira, podendo, por isso, ser verdadeiras ou falsas.<sup>29</sup> O enunciado do privatista faz, na verdade, a determinação de um significado e não uma descrição ou afirmação sobre fatos ou entidades.

Ocorre que as afirmações gramaticais do privatista não podem ser verdadeiras nem falsas, embora nos iludam de que possam, pois elas não fazem sentido e não podemos ter ideia sobre o que elas falam.

---

<sup>29</sup> Glock esclarece estes conceitos: “Essa distinção não se baseia na forma linguística – uma proposição gramatical não necessariamente é um enunciado metalinguístico que especifica como uma expressão deve ser utilizada. O que conta é se ela é *usada* como um padrão de correção linguística. O contraste entre proposições empíricas e gramaticais corresponde a um contraste entre as *regras* de nossos jogos de linguagem e os lances que realizamos em nossos jogos de linguagem conforme estas regras” (GLOCK, 1998, p. 194).

### 2.1.9 Conclusão

Depois dessa análise, podemos observar que a visão contra a qual Wittgenstein está lutando é a do significado como objeto privado, jogado para longe das *práticas* linguísticas e comportamentais intersubjetivas. A partir dela, podemos mencionar novamente o que foi ensinado por Wittgenstein, que se aplicaria ao problema de usar a gramática do objeto-denotação para apontar a referências internas: querendo depurar o objeto semântico do uso, da atividade linguística na qual ele está inserido, ou seja, separar a semântica da pragmática para conferir ao conteúdo mental o estatuto de pureza e inacessibilidade, numa idealização do mesmo, exclui-se da consideração o próprio conteúdo mental candidato para obter o lugar de significado, pois fica fora de qualquer contexto onde ele poderia fazer sentido. Ou seja, perdemos a referência aos usos que fazemos das palavras em diferentes situações.

Esse pensamento acaba por dar proeminência a objetos privados de referência pura e não à *praxis*, gerando um paradoxo acusado por Wittgenstein: o próprio objeto em discussão é eliminado. A partir da visão privatista, não conseguimos explicar como se dá a possibilidade do significado e o mecanismo de seu caráter normativo. Esta visão deve pressupor as condições genuínas para o funcionamento do significado, que são dadas por um elemento intersubjetivo e comunitário.

Todo este contexto de discussão é pressuposto pela interpretação kripkeana do argumento da linguagem privada.

## **2.2 A Discussão Prévia ao Argumento da Linguagem Privada: Sobre Compreensão e Seguir Regras**

Para uma melhor compreensão do argumento de Kripke, a ser tratado posteriormente, devemos também analisar os parágrafos anteriores ao ALP, que são centrais para a sua interpretação. É importante expor a visão de Wittgenstein para podermos avaliar a de Kripke sobre essas passagens, conhecendo as questões que serviram de subsídio para *ORPL* (1982). Fizemos isso com o ALP e agora passaremos às questões da *compreensão* e do *seguir regras*.

### 2.2.1 135 a 242 das Investigações filosóficas

Cabe mencionar que a leitura das *Investigações* deve ter em vista o caráter orgânico dos problemas nela trabalhados. Fica claro que eles se comunicam, não sendo interessante uma leitura que descole trechos e os analise em separado do resto do texto. Desse modo, podemos conectar estas duas partes da obra: a discussão sobre a linguagem privada implica ou pressupõe uma visão sobre o seguir regras que lhe é inerente; e, por sua vez, a visão sobre o seguir regras combatida por Wittgenstein implica ou pressupõe uma ideia de linguagem, mais exatamente, a ideia de uma linguagem privada. Seus pressupostos se completam, de modo que são partes argumentativas distintas de uma investigação sobre a linguagem. Não descolamos uma discussão sobre o significado da questão do seguir regras e vice-versa.

Para compreendermos a centralidade que a questão do seguir regras e da linguagem privada assumem no texto de Kripke, devemos considerar que visão sobre o seguir regras Wittgenstein está combatendo. Ele se volta contra a ideia de que aprender regras e o significado das palavras é matéria que se resolve internamente no indivíduo, isto é, independentemente de qualquer comunidade linguística. Ele se volta contra a ideia de que fica garantida a possibilidade da apreensão privada de uma regra, pois essencialmente ela é um ato intelectual que se realiza entre o sujeito e o objeto semântico interior à sua mente. Nesse horizonte, abrir-se-ia a possibilidade de pensar que alguém que, na verdade, apenas pensa estar seguindo uma regra de fato esteja fazendo isso. O acesso à regra e ao significado seria, portanto, privado ao indivíduo. Dessa forma, a pessoa diz estar seguindo uma regra de acordo com os parâmetros e critérios apreendidos por ela em sua própria consciência.

Segundo essa ideia, o caminho para sustentar que a pessoa seguiu uma regra é pela sua apreensão intelectual por parte do indivíduo. Uma vez apreendida, obtém-se, por consequência, todas as suas aplicações possíveis, como se os passos seguintes das aplicações da regra já estivessem disponíveis de antemão ao sujeito, pelo simples contato intelectual com o objeto semântico interno à mente. A questão do erro, por conseguinte, é resolvida em referência à compreensão intelectual que o sujeito faz da regra. A intelecção da regra representa uma garantia sólida do acesso a ela, que torna a apreensão semântica uma obra cognitiva, livre dos percalços fornecidos pela pragmática. É dizer, por conseguinte, que os critérios para determinar se a pessoa está ou não seguindo uma regra são privados a ela. A apreensão da regra é uma matéria primordialmente individual.

## 2.2.2 O tratamento da compreensão: sobre entidades, processos e estados mentais

A discussão sobre a concepção do seguir regras foi tratada por Wittgenstein em 139-242. Ela se tornou central para Kripke, uma vez que é sobre o corpo dessas passagens que ele funda a sua interpretação do ALP. As frases desses parágrafos mencionam questões como “algo que aprendemos de um golpe”, “nossa crença na imagem que me obriga a um determinado emprego”, “o que paira diante de nossa mente quando compreendemos algo” e assim por diante, tendo a função de combater a ideia anteriormente referida do que significa compreender e seguir uma regra. No contexto da obra, esses parágrafos aparecem logo após Wittgenstein ter concebido o significado como uso, isto é, de que não há nada além dos usos que fazemos das palavras, nada que possa cumprir a função do uso dos termos nas suas diferentes aplicações na linguagem.

A introdução da concepção do significado como uso, ou seja, do significado das palavras como estando no uso linguístico que delas fazemos, “traz consigo uma necessária reformulação do modo como é possível compreendermos o facto de que somos capazes de compreender as palavras quando as ouvimos ou lemos” (ZILHÃO, 1993, p. 156). Como corolário dessa ideia, fica em risco a concepção de compreensão fundamentalmente atrelada ao modelo semântico da linguagem denotativa, concepção que apela a uma instância objetiva independente do uso e das aplicações linguísticas, que, por ter este estatuto de especialidade, garante a estabilidade e a normatividade do significado e determina a nossa compreensão. É a instância do *Bedeutungskörper*.<sup>30</sup> Essa dimensão independente da pragmática é uma dimensão não acessível que está por trás dos diferentes usos dos termos, mas que garante a univocidade e a identidade dos termos nos diferentes usos que fazemos deles e determina o modo como os usos das palavras deverão ser compreendidos.

Enfatizando que não há uma instância oculta e independente que cumpra a função do que se realiza em nossos usos dos termos da linguagem, Wittgenstein adentra uma discussão

---

<sup>30</sup> Zilhão explica esta noção: “Esta imagem do corpo de denotação como dando conta da semântica à qual Wittgenstein se opõe na sua *Spätphilosophie* é extremamente sugestiva. Ela é utilizada, por exemplo, em PG, para explicar a tentação na qual facilmente caímos quando pretendemos esclarecer a distinção semântica entre, por exemplo, a utilização do verbo ser em “Estas rosas são vermelhas e “Dois e dois são quatro”. Diz-nos aí Wittgenstein que é particularmente aliciante em casos deste tipo considerar que a mesma palavra tem por trás de si dois corpos de denotação distintos que partilham, porém, uma face visível indistinguível. Tratar-se-ia, neste caso, de uma situação semelhante àquela em que estivéssemos perante um plano que se prolongasse numa terceira dimensão não acessível à nossa observação e em que, perante duas superfícies quadrangulares absolutamente iguais, viéssemos a descobrir ser uma delas a face visível de uma pirâmide quadrangular e a outra a face visível de um prisma. Seria precisamente a diferença entre os dois corpos de denotação invisíveis, que se esconderiam por trás de cada uma das utilizações do verbo ser nos exemplos referidos, que explica a diferente função que a mesma palavra em cada um deles exerce” (ZILHÃO, 1993, p. 156).

sobre a *compreensão* para explicar, de acordo com a sua nova noção, o que acontece conosco quando compreendemos algo. Ora, dar uma nova explicação à compreensão será fundamental, pois, se entendermos que é o significado das palavras que rege o seu uso e todas as suas aplicações possíveis, é o suposto ato de apreensão do significado que nos torna senhores dos usos dos termos. Enfim, o que fornece a habilidade necessária para as aplicações linguísticas é a compreensão do significado. Wittgenstein buscará dar uma explicação da compreensão que esteja de acordo com a visão semântica trazida pelas *Investigações*, em contraposição àquela presente no modelo da linguagem agostiniana. Na discussão da compreensão, Wittgenstein buscará apontar que ela não faz referência a entidades mentais que se nos apresentam no ato de compreender algo, a processos mentais pelos quais se possa explicá-la e nem a estados mentais característicos da compreensão. Enfim, o que é isto que se caracteriza como “aprender de um golpe”?

Três candidatos apresentados para dar conta do que seja a compreensão são: as entidades mentais, os processos mentais e os estados mentais<sup>31</sup>.

As *entidades mentais* tem a tarefa de serem designações de palavras que determinam como elas deverão ser compreendidas, isto é, cumprem o papel de significados das mesmas. Observando as interações linguísticas entre as pessoas, percebemos o fato de que há as diversas utilizações das palavras. Mas Wittgenstein perguntará: entidades mentais poderão cumprir o papel de determinar e reger as diversas utilizações das palavras que elas designam? Wittgenstein mostrará que não, pois a cada entidade mental, como a imagem de um cubo, poderemos dar diferentes interpretações. O fato da *multiplicidade de interpretações* quer mostrar que qualquer objeto mental estará sempre sujeito a mais de uma interpretação, a mais de um uso.<sup>32</sup> Além disso, mesmo o método de projeção de que fazemos uso, que determina as utilizações das palavras, por ele ser apenas um esquema de projeção e nada mais, também está sujeito a mais de uma interpretação.<sup>33</sup> “Ora, não há qualquer razão para, neste caso, tal como no precedente, não considerarmos a hipótese de este esquema poder ser interpretado de modo diferente daquele que o defensor da tese das imagens mentais como determinadoras de sentido nos quer mostrar como sendo o único possível” (ZILHÃO, p. 158). Nesse modelo semântico, por conseguinte, Wittgenstein mostra que dever-se-ia recorrer à interpretação da imagem da interpretação da imagem, ou à interpretação do método de projeção da interpretação do

<sup>31</sup> Assunto trabalhado por Zilhão (1993) das páginas 156 a 161 de seu texto.

<sup>32</sup> “O essencial do contra-argumento de Wittgenstein é assim mostra-nos que, ao ouvirmos determinadas palavras, nos pode passar em casos diferentes a mesma coisa pela consciência e, no entanto essas palavras corresponderem a aplicações diferentes da imagem em questão, tendo, portanto, necessariamente, denotações diferentes” (ZILHÃO, 1993, p. 157).

<sup>33</sup> Assunto tratado em 139 das *Investigações* (1995, p. 54).

método de projeção, ao infinito. Em suma, cada nova possibilidade interpretativa pode ser interpretada de forma diferente, redundando numa busca infinita por interpretações ulteriores. Wittgenstein mostra que é o próprio paradigma que exige a apreensão do significado como uma entidade mental para que os usos dos termos linguísticos sejam unívocos, objetivos e normativos, que, se levado a seus limites, torna impossível a separação entre usos e interpretações corretas e incorretas. A própria noção de correto e incorreto desmorona.

Todos esses objetos mentais que podem ser “aprendidos de um golpe” não são nada mais do que novos sinais denotativos das palavras, que, por sua vez, necessitam igualmente de interpretação. Nesse modelo teórico, há problemas quando à multiplicidade de interpretações de sinais e de métodos de projeção, já que elas podem ser muito variadas, podendo até mesmo ser antagônicas. Não se pode dar à interpretação a tarefa de mediação entre a compreensão e a aplicação dos termos.

Avançando na tentativa de encontrar uma suposta justificação para o fato de podermos utilizar os termos linguísticos corretamente, pois esta é a busca momentânea de Wittgenstein, ele passa aos *estados mentais*. A compreensão pode ser um estado mental determinado? Se for, ela será um estado semelhante a outros estados mentais descritos em 151, como a aflição, o nervosismo, o sentir dores, etc. Mas realmente podemos afirmar isso? Dizer que eu *estive* aflito o dia inteiro, que *andei* nervoso o dia inteiro, que *estive* com dores ininterruptas faz menção a algo que já passou, a um estado passado. Agora, supondo que a compreensão do jogo xadrez é um desses estados passageiros, eu pergunto a algum jogador de xadrez quando, em que momentos ele sabia jogar xadrez: se apenas enquanto fazia uma jogada, se num determinado lance, se num certo momento parou de compreender, etc. Ou seja, a compreensão não pode ser qualquer estado, pois um estado é algo que pode ser interrompido e iniciado novamente a partir de um momento. Comparar a compreensão a estados como dor e ansiedade significaria equiparar que eu compreendi algo em determinado momento, que precisamente iniciou-se naquele momento, e que, posteriormente, parou, para iniciar-se outra vez. Assim, qual é o sentido de perguntarmos ou afirmarmos tais coisas sobre a compreensão? Não há sentido em colocarmos a compreensão como um estado mental<sup>34</sup>.

Adiante, a compreensão pode ser um processo mental que apreende a determinação das aplicações subsequentes dos termos da linguagem, assim como se entende ordinariamente que uma fórmula matemática contenha, de antemão, o desenvolvimento de um cálculo? Podemos realmente dizer que a compreensão é dada pelos processos que ocorrem quando nos

---

<sup>34</sup> Sobre isto Wittgenstein escreve em 151 das *Investigações* (1995, p. 59).



damos conta de algo: “isto é fácil”, “agora eu sei”, “sou capaz de continuar”? Podemos ser tentados a dizê-lo. Mas também podemos analisar casos em que compreendo algo e em que esses processos não ocorrem. Isto é, esses processos podem estar presentes ou não no caso da compreensão de algo, podemos ver que há compreensão em certos casos onde estão ausentes os referidos processos ou quaisquer outros semelhantes. Por conseguinte, podemos rechaçar a ideia de que a compreensão se mostre num processo mental específico. Em suma, resta que é importante distinguir os processos concomitantes à compreensão do ato real de compreensão. Assim, o que resta da compreensão quando retiramos dela isto que Wittgenstein chamou de processos apenas concomitantes, depois de já termos excluído as outras possibilidades colocadas anteriormente? Não encontramos nada por detrás desses fenômenos<sup>35</sup>.

Em suma, o que seria a compreensão de uma regra, de um significado, para esta versão da linguagem que Wittgenstein está criticando? Seria o apreender, através de uma atividade intelectual do sujeito, um objeto abstrato que determina os usos dos termos linguísticos. Apenas o fato de termos acesso ou contato com esta entidade abstrata, mas normativa, do significado de uma palavra, não torna mais um problema a questão de como deverão proceder as aplicações das palavras no futuro. Ela estaria resolvida pela compreensão intelectual do significado, pelo caráter noético envolvido nesta apreensão.

Assim, os erros de aplicação, quando ocorressem, poderiam ser explicados pelo recurso à não apreensão real, de fato, da regra pelo indivíduo, pelo acesso defeituoso do seu intelecto à essas entidades mentais. É isto que é seguir uma regra a partir da noção de compreensão do modelo intelectualista. Segundo ele, é fundamental darmos uma explicação do nosso modo de acesso a essas entidades abstratas, componentes de uma instância superior, composta de objetos semânticos autônomos que, quando apreendidos num ato de intelecção, regem coercitivamente o indivíduo quanto ao uso das palavras. Ou seja, a partir do ato da compreensão nos moldes intelectualistas, aplicar uma regra corretamente não é mais um problema para o indivíduo. O caráter *noético* da regra e da atividade de apreensão dela pelo indivíduo garante a univocidade da compreensão para aquele que acessa corretamente essa dimensão objetiva. Compreensão é apreensão intelectual do significado.

### 2.2.3 Implicações dessa concepção para a visão da intencionalidade

A questão da intencionalidade também ganha um colorido específico para uma figura semântica como essa. Esse elemento, tão presente em nosso lidar cotidiano, do caráter

---

<sup>35</sup> Wittgenstein trabalha esse ponto em 152 e 154 das *Investigações* (1995, p. 60-61).



projetivo e direcionado de nossa ação, pode ser entendido como orientado pela figura mental que representamos em nossa mente ao agir. Ou seja, a ação intencional é dirigida em seus passos pela imagem que trazemos à mente como finalidade. O sentido intencional da nossa ação é dado pela denotação que trazemos em nossa mente. Também a nossa intencionalidade quanto às atribuições de sentido (tema que interessará muito a Kripke, como veremos) às nossas práticas e aos usos que fazemos das palavras ficaria garantida, pelo objeto intencional presente na mente.

Como podemos explicar as intenções de atribuição de sentido que temos comumente? E como sabermos se elas estão realmente corretas? Simples, pelo recurso a uma denotação mental que lhe garanta a correção. A intenção que se tem em mente no ato de dar uma ordem, usar um termo, é o basilar da ação.<sup>36</sup> Mas Wittgenstein colocaria certas dificuldades a essa visão, dando o exemplo da ordem de somar +2 a uma série de números naturais. O problema que se põe é este: dado o momento em que alguém me deu a ordem para somar mais dois, eu já tinha em mente toda a série infinita de somar dois ao número antecedente, de forma a antecipadamente já ter imaginado, por exemplo, 1868 somado a 1866 e 100036 somado a 100034? Se for mesmo assim, até mesmo essa intuição poderia ser objeto de mais de uma interpretação. Uma intuição

[...] necessita de uma justificação ulterior que permite determinar qual a intenção de atribuição de sentido que ele reivindica ter estado presente no acto da formulação da ordem. Este tipo de atitude não permite, de facto, decidir o que é que se deve considerar em cada passo como concordância ou discordância com a regra. (ZILHÃO, 1993, p. 165)

O problema é que, além de compreendermos o objeto a ser denotado, ainda há o fato de querermos denotá-lo com base em nossa compreensão.

Daí a importância da nossa intenção em denotar o objeto compreendido que dá a regra para o uso corretamente. Tanto o intencional aplicar corretamente o termo que se quer, quanto o atribuir aos outros correção na intenção de uso dos termos são fundamentais para as relações sociais. Segundo essa ideia, é a apreensão do objeto intelectual que pode realmente garantir que eu quero dizer o que quero dizer, o mesmo valendo para as outras pessoas. Dessa forma, posso atribuir a todos competência no uso da linguagem e confiar que não se enganam no uso dos termos e nas suas atribuições de sentido. A consideração da correção é garantida pela apreensão de objetos abstratos que constituem seu sentido ou as regras para seu uso. Tendo

---

<sup>36</sup> O parágrafo 186 das *Investigações* é que trata do assunto (1995, p. 75).

compreendido, não posso me enganar no uso dos termos da linguagem, o mesmo para as outras pessoas. A própria intenção, uma vez tendo-se apreendido o significado, já tem nela mesma a propriedade de conter “em si todos os usos possíveis de uma regra” (ZILHÃO, 1993, p. 171).

Em suma, podemos identificar que essas são as condições ideais para a apreensão e utilização das regras e para a determinação coercitiva da aplicação de conceitos, postuladas pelo paradigma privatista da linguagem, que são a garantia do funcionamento da linguagem. Elas são condições ideais que têm a função de garantir uma explicação para o seu funcionamento de forma livre dos contextos de aplicação dos termos, livre das imperfeições da prática linguística. As condições sujeitas à pragmática dos usos da linguagem não poderiam explicar o funcionamento da linguagem para a visão intelectualista e levariam a possibilidade da linguagem e do significado ao ocaso.

#### 2.2.4. O argumento da máquina como símbolo

Wittgenstein utiliza a analogia do funcionamento simbólico de uma máquina para explicar o que essa visão intelectualista do funcionamento da linguagem e do seguir regras pressupõe e para onde ela nos leva. A máquina como símbolo não estaria sujeita, em seu funcionamento, aos percalços que a máquina real estaria.

É a idealização do funcionamento da linguagem que afasta a visão pragmática sobre ela. A pragmática não é o lugar correto ao qual devemos fazer referência para a compreensão do significado e do seguir regras, pois ela está sujeita aos usos dos termos. A visão prática implica<sup>37</sup> alguns percalços, os quais poderiam afundar a própria possibilidade da linguagem.

Por sua vez, o funcionamento da máquina imaginada como símbolo é perfeito. Ele representa, de forma muito mais segura, todos os movimentos possíveis da máquina. Ao contrário, em relação à máquina real, os seus movimentos possíveis estarão sempre sujeitos a falhas. Análogo é o abandono do recurso pragmático para explicar o funcionamento da linguagem. A máquina como símbolo ilustra este funcionamento “a partir do qual os fenômenos do mundo empírico passam a ser considerados como uma pálida e imperfeita reprodução da perfeição do mundo ideal da possibilidade, livre do incomodo, entre outras coisas, do atrito, da resistência do ar, ou da percibibilidade dos materiais” (ZILHÃO, 1993, p. 179).

---

<sup>37</sup> A metáfora da máquina como símbolo está em 193 das *Investigações* (1995, p. 77-78).

Para Wittgenstein, ocorre que a ideia de que a linguagem está para objetos gera a reificação do significado, fazendo parecer que devemos buscar por um objeto semântico no mundo ou em nós mesmos, que garanta a ele possibilidade e normatividade. Ou seja, é um problema do próprio paradigma teórico e do seu modo de formular questões, uma vez que está preso a uma má compreensão de como a nossa linguagem funciona.

Wittgenstein diagnostica no intercâmbio linguístico desavisado que fazemos com as gramáticas das palavras da linguagem o que nos faz confundir e mascarar justamente os usos e os papéis *distintos* que as palavras e suas gramáticas desempenham em diferentes jogos de linguagem. Mesclamos, por meio de analogias entre os termos, os papéis que as palavras exercem em certos jogos de linguagem com papéis que elas exercem em outros jogos. Usar as palavras de forma analógica descuidadamente está na origem de grandes problemas filosóficos. Poderes mágicos, entidades absolutas, capacidades transcendentais, dimensões ideais comumente usadas por teorias filosóficas podem ser explicadas como tendo origem no uso desavisado de analogias gramaticais de palavras, transpostas de seu sentido ordinário para um sentido análogo superior ou metafísico. Por exemplo, termos que se tornam filosóficos por excelência, como oriundos da substantivação de adjetivos (como o adjetivo “divino” transformado em substantivo “Divino”). São formas metafísicas de se interpretar os diversos usos possíveis das palavras e as nossas experiências<sup>38</sup>, dando a elas uma unidade essencial, transcendental.

Nossa linguagem nos faz imaginar um objeto, uma entidade subjacente que possamos apreender intelectualmente, onde não há nada.<sup>39</sup> Ela nos leva, num salto, de proposições ordinárias a teses metafísicas.<sup>40</sup>, sem que percebamos. Williams diz:

And so we are inclined to think that the steps are “in some *unique* way predetermined, anticipated – as only the act of meaning can anticipate reality” (*PI* 188). But when we look for what this act of meaning is, we find nothing. (WILLIAMS, 2002, p. 48)

Já que não somos capazes de identificar um objeto material, corpóreo que podemos apontar como modelo, nós dizemos que é uma atividade mental, espiritual, intelectual que se relaciona com as palavras. As gramáticas de “saber”, “compreender”, “ser capaz”<sup>41</sup> passam a fazer alusão à apreensão de um objeto especial, cuja posse nos leva a afirmar que já estão presentes no ato de apreensão intelectual da substância semântica todas as aplicações futuras

<sup>38</sup> Wittgenstein trabalha esta reflexão também na *Conferência sobre Ética* (Madrid: Edisa/Gredos, 2010).

<sup>39</sup> Ponto do parágrafo 36 das *Investigações* (1995, p. 18).

<sup>40</sup> Tema trabalhado em Zilhão (1993, p. 168).

<sup>41</sup> Expressões usadas em 182 e 183 das *Investigações* (1995, p. 73-74).

da regra. Dessa forma ela está tornando presente cada caso futuro de aplicação da regra, antes mesmo de chegar nele. Eu apreendo intelectualmente não só a regra, mas todos os passos da aplicação da regra (mesmo se infinitos).

E a confusão filosófica está feita. O uso denotativo da nossa linguagem nos leva a mal-entendidos filosóficos, fazendo-nos supor que deve haver um fato no mundo ou em mim mesmo (fato mental) que explique, nesse caso, a compreensão e justifique todo o mecanismo de obediência a uma regra. Para Wittgenstein, o debate sobre o seguir regras e sobre a compreensão pôde lançar luzes sobre uma maneira distinta de seguir regras do que aquela que toma a regra por padrão semântico unívoco, distante das aplicações que dela se faz. E esse lançar de luzes pode criar problemas às nossas suposições mais caras e usuais sobre a compreensão e o seguir regras, que não estejam de acordo com nossas preferências intelectualistas e epistêmicas quanto à orientação e a qualificação das nossas ações. Como vimos, a posição intelectualista faz incidir em uma concepção reificada do significado e do seguir regras. Atrelada principalmente a um mau uso da palavra “saber”, essa posição culmina em uma postura justificacionista da ação, em termos de evocar a cada ação a apreensão de um significado, de uma regra, que a garanta como correta.

### 2.2.5 Compreensão e prática

Fazer referência a um “acesso intelectual às entidades mentais, que determina a nossa apreensão das mesmas” não é a forma de explicar a posição de Wittgenstein sobre a compreensão e o seguir regras. Ele colocará que aprender o significado é similar a aprender uma regra de aplicação e uso dos termos e sinais linguísticos em certos contextos. Enfim, é aprender a *usar* as palavras corretamente. A forma na qual aprendemos a seguir regras se dá através do treinamento, isto é, numa atividade prática de fazer coisas. Saber se compreendemos o significado para Wittgenstein é diferente de saber se acessamos corretamente a dimensão semântica intelectualizada, conseguindo assim apreender o significado, pois compreender o significado se torna algo semelhante ao saber obedecer a um mandamento, a uma ordem. O aprendizado das regras que estaria mais de acordo com o que está aberto à nossa vista, e não com aquilo que está oculto (como o *Bedeutungskörper*), é a concepção introduzida de aprendizado do significado como uso, que é semelhante a uma noção de adestramento.

Adestramento tomado no sentido mais radical possível. O que há é que somos ensinados na aplicação e nos usos de sinais linguísticos em certas circunstâncias e a reagir de

determinada forma conforme certos casos. Este aprender é fundamentalmente prático, intersubjetivo, e está longe de aceitar a tese do aprendizado segundo apreensão intelectual de conceitos ou de ideias privilegiadas às quais temos acesso por via mental. A compreensão é verificada nas aplicações dos termos, nas explicações de seus significados, nas reações e nos comportamentos frente a contextos específicos, e não através do apelo a uma atividade misteriosa que ocorra no interior da mente do indivíduo, acessível somente a ele. O fazer corretamente e a compreensão são um só. Para Wittgenstein, saber algo é saber fazer algo. Saber e fazer estão colocados no mesmo âmbito prático e acessível à vista de todos. O compreender não se dá numa instância abstrata, derivada da qual, posteriormente, mediados por uma interpretação, aplicamos corretamente os termos da linguagem.

Buscando negar que as regras e suas aplicações implícitas é que guiam o indivíduo, Wittgenstein tenta explicitar como a normatividade semântica apenas pode ser mantida e explicada com sentido numa visão semântica como a que ele apresenta nas *Investigações* (1995). Se antes era o ato de me colocar diante de um objeto semântico abstrato que justificava minha intenção de agir conforme o significado de uma palavra e atribuir sentido correspondentemente com o que intenciono atribuir como sentido, o que agora deverá garantir o seguimento das regras pelas pessoas deverá ser explicado de acordo com a concepção de que o significado é o uso que fazemos da linguagem dentro de um sistema linguístico específico.

A concepção wittgensteiniana de compreensão, que resulta de seu tratamento do significado, atenta para as diferentes formas de como usamos o termo “compreensão” em diferentes situações. O novo paradigma semântico favorece uma outra compreensão da compreensão: a compreensão de alguém em determinados casos poderá ser determinada pela forma como a pessoa age. A ação é o guia para a determinação e o julgamento da compreensão das pessoas, e não eventuais processos ou imagens mentais que ocorram na mente da pessoa. “É a utilização regularmente correta de uma expressão que mostra que ela foi compreendida, e não o facto de se ter dado um acontecimento mental chamado ‘compreensão’, o qual seria a origem dos usos corretos” (ZILHÃO, 1993, p. 160). A origem do agir corretamente não é a apreensão intelectual de algum estado mental ou de algum objeto semântico feita pelo indivíduo, mas está nas próprias atitudes da pessoa num contexto de ação intersubjetivo, imerso desde sempre em uma prática compartilhada com outras pessoas, na qual ela aprende a seguir regras. Sendo assim, abre-se o caminho para questionar: o que é realmente seguir uma regra e como se pode condenar um comportamento contrário às regras?

### 2.2.6 Normatividade e forma de vida

Rechaçando que as interpretações ou definições podem designar o significado, Wittgenstein aponta que, uma vez sem este recurso para conferir certeza à nossa ação, nós agimos, ao cabo de nossas justificações, sem razões. Mas ele aponta que nem por isso agimos errado. Se seguir uma regra é uma prática, ela é uma prática não primariamente “interpretada”, mas é uma prática “ensinada”, “treinada”. E a este treino é atribuído o caráter regrado da ação. O agir é estabelecido conforme os usos e costumes comuns à comunidade. Eles constituem parte do pano de fundo, segundo o qual uma ação será determinada como correta ou incorreta, pois o critério para a correção e incorreção das ações é público, no sentido de pertencer aos juízos e ao agir compartilhado pela comunidade. A concordância, sintonia e coordenação que há em nossos juízos significam que há o compartilhamento de uma mesma forma de vida, segundo a qual as ações dos indivíduos de uma comunidade linguística são julgadas.

Compartilhar uma mesma forma de vida, viver sob uma concordância originária a respeito de práticas e costumes é um outro caminho para explicar o caráter normativo das regras, sem correr o risco de excluí-lo, como ocorre no caso da adoção da interpretação pelo paradigma referencialista. Como mostra Wittgenstein, ele acaba por excluir a própria possibilidade de erro sobre o uso dos termos. (Vimos que o fundamento para a correção na concepção referencialista da linguagem é a apreensão intelectual (*noética*) da regra).

A inserção nas práticas e costumes se dá pelo treinamento em usos e técnicas já estabelecidos pela comunidade de utentes competentes da linguagem. É o gradativo domínio dessas técnicas que garantirá a estabilidade e a coordenação comportamental do indivíduo para com o grupo. Regras, usos e comportamentos linguísticos são passados adiante aos futuros membros de forma normativa. Com base nesses padrões, os usos considerados desviantes, escandalosos e chocantes serão condenados. O ensino das pessoas é realizado pelo treino em práticas estabelecidas e pelo domínio de técnicas costumeiras e compartilhadas quanto aos usos da linguagem, e não pelo favorecimento da cognição dos indivíduos a entidades semânticas mentais prévias e objetivas. Já vimos que, se fosse assim, o domínio de um processo cognitivo seria condicionado por outro preexistente, redundando essa explicação numa circularidade viciosa. Aí está o contraponto entre a visão wittgensteiniana e a visão referencialista.

A aprendizagem da linguagem para Wittgenstein está enraizada na aquisição e na padronização de um comportamento linguístico, que é adquirido por treinamento nos usos das

palavras. Ela se dará sempre em referência ao pano de fundo dos comportamentos linguísticos e das práticas preexistentes, nos quais o futuro membro da comunidade é treinado. É por isto que, segundo essa visão, é impossível uma pessoa jogar uma partida de xadrez num lugar onde não se joga nada, ou falar, a partir de seus esforços intelectuais isolados, uma linguagem, onde a linguagem não existe. No entanto, essas hipóteses poderiam perfeitamente ser admitidas pelos defensores de uma linguagem privada, que dá primazia a posição do indivíduo em relação à aprendizagem e ao funcionamento da linguagem.

Em Wittgenstein, o comportamento e o uso correto dos termos pressupõem a existência da própria linguagem, isto é, do paradigma que será usado para o seu ensino aos demais. A linguagem pressupõe uma base fundamental compartilhada intersubjetivamente. É com base no próprio pressuposto da linguagem e de seus padrões normativos que as práticas linguísticas dos indivíduos serão consideradas corretas ou incorretas, pois sempre estarão relacionadas com o que já se faz previamente dentro da prática linguística comum. As palavras já terão uma relação funcional com a realidade estabelecida anteriormente. Isto é, as “ferramentas” da linguagem já terão usos preestabelecidos. É apenas em termos do sistema linguístico já estabelecido, pela disposição de suas ferramentas construída na vivência coletiva na relação com o mundo, que tem sentido falar em usos, juízos, afirmações verdadeiras ou falsas. É pela relação de funcionalidade com o mundo que o sistema linguístico se estabelece.

Funcionalidade na relação com a realidade e compartilhamento intersubjetivo são caracteres fundamentais para linguagem. O utente competente será aquele que compreende quando e em que contextos se deve aplicar os termos da linguagem, agir de determinada forma, e quando e como utilizar-se de determinado instrumento linguístico. Nesse processo, ele adquirirá competência linguística e estará inserido de modo bem sucedido na forma de vida na qual ele foi treinado, que estava já pressuposta como o horizonte semântico prévio balizador de seu aprendizado<sup>42</sup>.

Dentro dessa forma de vida é que as pessoas compartilham uma forma de seguir regras, onde me insiro como seguidor de regras e utente competente da linguagem. A forma de

---

<sup>42</sup> Sobre a concordância em formas de vida, Wittgenstein escreve em 241 das *Investigações*. 241- “So you are saying that human agreement decides what is true and what is false? – It is what human beings *say* that is true and false; and they agree in the *language* they use. That is not agreement in opinions but in form of life” (1995, p. 88).



vida é o contexto a partir de onde me familiarizo e moldo minhas práticas conforme as preestabelecidas como um seguidor de regras<sup>43</sup>.

A partir daí, pode haver comportamentos desviantes e não adequados dos participantes da comunidade. E eles não serão responsabilizados pela não apreensão intelectual da regra que garante a correção das futuras aplicações suas, mas pela inadequação de seu comportamento em relação às práticas governadas por regras. A normatividade faz sentido em relação ao padrão prévio aceito anteriormente, e pela possibilidade existente da não adequação do comportamento das pessoas às regras comunitárias.

Assim, exclui-se a possibilidade de que a aplicação da regra seja mediada pela interpretação que o indivíduo fará de uma imagem semântica. Vemos que antes dessa interpretação há uma prática subjacente que baliza normativamente o desempenho das ações governadas por regras. Em Wittgenstein, a dissolução dos mal-entendidos quanto à compreensão do seguir regras e do significado passaria pelo reconhecimento da normatividade semântica e sua dinamicidade em sua dependência do caráter público e compartilhado intersubjetivamente do significado.

### 2.2.7 Conclusão

De um lado, vimos a crítica à ideia do estabelecimento de um ponto de partida imprescindivelmente subjetivo para a origem do significado e para a compreensão de seu funcionamento. Esse ponto de partida era a própria consciência subjetiva individual. De outro lado, observamos principalmente como essa visão trabalha com uma ideia distorcida da questão do seguir regras.

E o que conecta os dois pontos é a questão da *práxis*. O argumento da linguagem privada faz a crítica da concepção que coloca o fundamento da linguagem no pensamento, na mente do indivíduo, buscando significados em experiências internas e dados dos sentidos. Ele busca apontar para o caminho relacional e intersubjetivo como condição para o estabelecimento da linguagem e do significado. A reflexão sobre as regras busca também deslocar o foco do mental para a importância da *práxis* na abordagem e compreensão do

---

<sup>43</sup> A questão do seguir regras cegamente está em 217 das *Investigações*. 217 – “How am I able to obey a rule? – If this is not a question about causes, then it is about the justification for my following the rule in the way I do. If I have exhausted the justifications I have reached bedrock, and my spade is turned. Then I am inclined to say: “This is simply what I do”. (Remember that we sometimes demand definitions for the sake not of their content, but of their form. Our requirement is an architectural one; the definition a kind of ornamental coping that supports nothing)” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 85). Em 219: “When I obey a rule, I do not choose. I obey the rule *blindly*” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 85).



funcionamento da linguagem, buscando dar atenção à ação, às técnicas de aplicação das regras em atividades linguísticas públicas. À visão mentalista do significado e do seguir regras a partir da concepção agostiniana de linguagem, Wittgenstein opõe uma visão de linguagem e significado aliada à *práxis*.<sup>44</sup>

É dessa maneira que fazer aparecer a base social do funcionamento da linguagem e do ato de seguir regras é uma tarefa que perpassará parágrafos fundamentais das *Investigações*. É um caminho que deve passar pela consideração da vida social cotidiana, numa visão orgânica de sua linguagem e seu funcionamento, revelado através de nossas atividades, práticas, juízos, ações, etc. Este exercício é fundamental para compreendermos a natureza pública da linguagem e do significado, em conexão com o caráter igualmente público do seguir regras. Wittgenstein está apontando, em suas reflexões, para a necessidade de haver sempre um “*background*” público, formado a partir das interações entre as pessoas, “dado por certo” em nossos comportamentos e ações.

Inicialmente, nos coube mostrar como as discussões aqui trabalhadas, envolvendo as questões do argumento da linguagem privada e do seguir regras, estão conectadas para agora analisarmos como elas aparecerão na leitura de Kripke.

---

<sup>44</sup> Hacker nos ajuda neste ponto: “The phenomenon of language is part of the web of human action and interaction in the world. It presupposes as its stable framework certain pervasive regularities of the physical world and of human nature. Understanding a language is not a mental state but a capacity or array of capacities to employ symbols in accord with rules in a myriad of speech activities. This conception of language as *Praxis*, this emphasis upon the primacy of the deed is a fundamental aspect of Wittgenstein’s philosophy the import and consequences of which ramify throughout his later work. But a long tradition in philosophy presupposes not the primacy of action in language use, but the primacy of thought. The dominant patterns of philosophizing about a very wide range of epistemological questions assumes that the ‘foundations’ of language lie not in action, not in techniques of rule-application in overt linguistic activities, but in naming one’s own sense-impressions (ideas, sense data) and then using those names to describe how things are, first with oneself, then in the world. For it seems that we can give words a meaning, lay down rules for their use, within the confines of our own minds. The shattering of this illusion is the concern of Wittgenstein’s private language argument” (HACKER, 1986, p. 250-251).

### 3 A VISÃO “COMUNITARISTA” DE WITTGENSTEIN A PARTIR DE KRIPKE

O capítulo anterior teve a intenção de mostrar que há uma discussão subjacente em Wittgenstein, sobre a qual se debruçaram alguns intérpretes, fornecendo a ela diferentes anotações. A seguir, trataremos de um caso interpretativo em particular. A forma de abordagem de Kripke será espelhar o ALP na ampla discussão sobre o seguir regras. A partir daí, aos problemas como o do significado e da normatividade será dada uma visão comunitarista particular. Enfim, sua interpretação se formará a partir dos elementos wittgensteinianos trabalhados nas duas sessões anteriores e apontará para um elemento comunitário da visão de Wittgenstein que desejamos analisar.

#### 3.1 É Apenas na Prática que o Significado Pode Interagir com a Realidade

Veremos que, embora o argumento da linguagem privada seja comumente lido como parte de uma discussão sobre a linguagem para sensações e sobre estados internos, Kripke propõe uma leitura distinta. As afirmações de Kripke, no sentido de defender que o argumento da linguagem privada é um argumento sobre o seguir regras, merecem consideração. Podemos adiantar que os pontos, cuja análise mais nos interessará, são as questões da defesa de uma visão comunitarista sobre o significado e de como Kripke compreende a questão da normatividade semântica em Wittgenstein.

#### 3.2 A Interpretação Kripkeana de Wittgenstein em *On Rules and Private Language*

*Ab initio* podemos dizer que Kripke também é conhecido por elaborar uma interpretação de Wittgenstein que vai além de uma consideração estritamente exegética. Ele propõe uma leitura controversa de alguns aspectos da filosofia wittgensteiniana, no que diz respeito ao argumento da linguagem privada. Para tanto, na leitura de Kripke, toda a estrutura das *Investigações* passa por uma ampla reconsideração, que se contrapõe àquela comumente feita por estudiosos de Wittgenstein. Essa reestruturação é compreendida em função de um suposto caráter radicalmente cético defendido por Wittgenstein quanto ao seguir regras e ao significado. Ceticismo que implica na propositura de um paradoxo cético e de uma solução cética, ao estilo humeano. Segundo Kripke, esse paradoxo lançará luzes sobre o verdadeiro argumento da linguagem privada, possibilitando que o leiamos corretamente. Para ele, é à luz do problema cético e da

solução cética que Wittgenstein levanta sobre o seguir regras e sobre o significado que as *Investigações* e seus principais argumentos, vocabulários e noções devem ser lidos. O argumento da linguagem privada está entre eles. Kripke espera que muito a respeito dessas questões se torne claro a partir da compreensão do (suposto) tópico central do trabalho de Wittgenstein na última fase de sua filosofia, que gira em torno do ceticismo (KRIPKE, 1982, p. 7). Assim, a discussão das sessões 242 a 315 não deve ser exagerada, pois elas apenas representam casos especiais de aplicação de um argumento mais geral: o paradoxo cético e sua solução. Elas se tornam muito mais claras quando lidas à luz deste argumento. Kripke, inclusive, expõe sua visão sobre a linguagem privada sem tocar primeiramente naquilo que é tratado nos parágrafos 243 a 315, isto é, a questão da linguagem para sensações, indo na contramão do que é feito pela interpretação tradicional.

Um ponto fundamental a ser destacado é que a leitura que Kripke apresenta busca exaltar o aspecto intuitivo do estudante para a compreensão do seu ponto, ao invés de exigir dele uma apropriação exclusivamente exegética dos temas tratados e das estratégias argumentativas usadas. Ele apela à compreensão mais intuitiva do problema exposto por ele, pois *On Rules and Private Language* está apenas expondo o argumento de Wittgenstein tal como lhe sobreveio. Em suma, Kripke não exige mais do leitor do que aquilo que ocorreu consigo mesmo em sua leitura de Wittgenstein: uma abordagem intuitiva e sem grandes pretensões exegéticas, com comentários críticos a argumentos mais ou menos conhecidos. Em resultado, a pretensão expressa de Kripke é apenas expor “that Wittgenstein’s skeptical problem and argument are important, deserving of serious consideration” (KRIPKE, 1982, p. IX). Essa leitura que lhe sobreveio como uma revelação acerca de um argumento familiar, de tão distinta das visões mais tradicionais, acaba por, sem dúvida, justificar o seu estudo, devido à introdução da possibilidade de uma leitura destoante da corriqueira.

### **3.3 A Importância seminal de 139 a 242 das Investigações Filosóficas**

Para Kripke, quais as passagens que possibilitariam a chave para o verdadeiro argumento da linguagem privada? Seriam as consideradas normalmente, que vão de 243 a 315? É justamente na resposta a esta questão que a inovação e o colorido da interpretação kripkeana começam a aparecer. O verdadeiro argumento da linguagem privada está situado antes, vai de 139 a 242, e tem sua formulação definitiva na forma de um paradoxo, que, em

seu limite tem o feitiço de um paradoxo cético.<sup>45</sup> O problema cético se revela como um *paradoxo cético* no parágrafo 201 das *Investigações*: “This was our paradox: no course of action could be determined by a rule, because every course of action can be made out to accord with the rule” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 81). A solução cética, por sua vez, está em 202. “And hence also ‘obeying a rule’ is a practice. And to *think* one is obeying a rule is not to obey a rule. Hence it is not possible to obey a rule ‘privately’: otherwise thinking one was obeying a rule would be the same thing as obeying it” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 81). Neste parágrafo, diz Kripke, todas as considerações e conclusões sobre o argumento da linguagem privada já estão estabelecidas, restando às partes finais das *Investigações* reflexões aplicativas desse ponto sobre a questão da linguagem sobre sensações e sobre a mente. Começaremos expondo a questão cética levantada em *On Rules and Private Language*.

Fundamentalmente o ceticismo de Wittgenstein é erigido em torno da noção de regra. O que é seguir uma regra? Kripke dá um tratamento exemplificativo a esse desafio e é atento em justificar que isto não deve prejudicar o caráter mais amplo do ceticismo trabalhado por Wittgenstein: ele se dirige a todos os usos significativos que fazemos da linguagem.<sup>46</sup> Num caráter propedêutico à introdução da questão, está enfatizado que o amplo alcance do problema, dirigido à questão do significado em geral, é exemplificado numa discussão sobre o seguir regras na matemática.

Ele se deterá na noção da regra matemática de adição e dela extrairá lições básicas sobre a noção de regras e da linguagem, redundando, como podemos deduzir da equação dessas duas questões aludidas, em uma discussão ampla sobre o significado linguístico. E esta discussão poderá nos fazer ver corretamente o que é a noção de seguir regras de um modo geral.

### 3.4 Ceticismo e Regras

Sobre a noção de regra, é importante chamarmos a atenção a uma característica fundamental comumente atribuída a ela: a regra determina, estabelece os passos ou guia todas as suas aplicações futuras. Necessitamos ter melhor noção do que está envolvido aí. Afinal, como pode ser que minhas aplicações passadas de uma regra determinaram a sua

---

<sup>45</sup> A estrutura das *investigações* também é vista por ele como tendo, de 1 a 137, a refutação da teoria da linguagem do *Tractatus*. Kripke diz que estas sessões vem primeiro, pois ele considerava a teoria do *Tractatus* como “natural” de nossa forma de ver a linguagem e que assim estaríamos sempre tentados a cair na ilusão dessa teoria.

<sup>46</sup> Diz Kripke: “Following Wittgenstein, I will develop the problem initially with respect to a mathematical example, though the relevant skeptical problem applies to all meaningful uses of language” (KRIPKE, 1982, p. 7).

compreensão, fixaram em mim um padrão que guiará minhas aplicações futuras desta mesma regra? Kripke (1982, p. 7-8) coloca este ponto da seguinte forma:

Although I myself have computed only finitely many sums in the past, the rule determines my answers for indefinitely many new sums that I have previously considered. This is the whole point of the notion that in learning to add I grasp a rule: my past intentions regarding addition determine a unique answer for indefinitely many new cases in the future.

Essa visão de regras é como uma visão comum que carregamos: pensamos estar sendo guiados em cada nova instância de nossas aplicações por uma regra que carregamos. Também imaginamos que o mesmo ocorre nos cálculos que fazemos. Confiamos nas respostas que damos com base na apreensão da regra. A posse da regra me dá essa confiança. Basta então, ao cético, que ele cause um abalo a essa compreensão esboçada do que seja seguir uma regra, marcada pela segurança e confiança na aplicação, para que os problemas apareçam.

O problema geral é colocado por Kripke da seguinte maneira: o que me garante, tendo aprendido a somar no passado, que eu esteja querendo utilizar e utilizando a mesma regra matemática e não outra a um problema de soma no presente? O que ocorreria se no passado, eu pensasse estar aplicando normalmente a função de adição quando, na verdade, estava seguindo outra função qualquer? O ponto principal que Kripke quer levantar é o problema radical referente a se poderíamos estar sempre errados na própria intenção de utilização de uma função que queremos usar.

Isto é, se me perguntam qual o resultado da soma  $57+68$ , qual a resposta que devo dar? Para responder a essa questão, devo obrigatoriamente já fazer bom uso da função de soma, necessito saber como proceder para aplicar corretamente a função de “mais” a esse problema recém lançado. Assim, tendo aprendido a somar no passado e procedendo com base nos cálculos que realizei anteriormente, digo que a resposta é 125. E isto me parece inquestionável. Mas suponhamos que este exemplo sirva para ilustrar o caso de uma conta que eu nunca realizei antes e que supera o número finito de adições que realizei no passado para aprender a regra. A dificuldade que se apresenta agora é interessante. Ou seja, é o caso de um exemplo “excedente” a todos os cálculos prévios que realizei que faz Kripke nos levar a supor que haja uma mudança no uso da função de adição para cálculos apresentados posteriormente, que nunca realizei antes.

Para trabalharmos a visão geral de Kripke, imaginemos um diálogo entre o cético procurando levantar uma discussão e a pessoa comum que responde ao problema matemático. Ele se desenvolve da seguinte maneira:

Cético: Você poderia me responder qual o resultado da soma  $57 + 68$ ?

Homem comum: Claro. É 125.

Cético: Muito bem. Mas como você sabe disso?

Homem comum: Isso é certo, pois eu sei que, usando a mesma função de adição que aprendi a usar no passado, procedendo da mesma maneira que procedi em problemas de adição anteriores, do meu uso dessa mesma função, só pode resultar 125.

Cético: Certo. Mas o que é realmente este “usar a *mesma* função” no qual você fundamenta sua certeza? Isto é, como você sabe que realmente está usando a *mesma* função que você intenciona usar, qual seja, a função de adição que você usava no passado? Como você sabe que realmente quer dizer o que você quer dizer neste caso?

Homem comum: Me explique melhor o seu ponto.

Cético: Suponhamos que, no passado, você apenas tenha realizado contas de somar trabalhando com números menores a 57. Naquela circunstância, os valores resultantes dos cálculos que você encontrou sempre correspondiam à tabuada de adição. Ora, neste caso que lhe apresento, as quantidades apresentadas são iguais ou maiores do que 57. Ou seja, esse caso serve para ilustrar o propósito de colocar a questão de *uma conta que você nunca realizou antes*. Eu ainda lhe convido a supor que, quando isso ocorre, o procedimento do cálculo se modifica estranhamente, e que a resposta correta para  $57+68$ , dada mudança no uso ocorrida pela nova situação de valores iguais ou maiores que 57, seja 5. Devido aos valores agora apresentados, no novo cálculo em relação aos realizados anteriormente, o resultado e o procedimento não são mais os da tabuada de “adição”, e sim o de um procedimento estranho, como o de “quadição”. Ponho-lhe a dificuldade de que, no passado, você poderia estar querendo dizer adição por “quadição” e não por “adição” propriamente. Como você justifica, querendo usar a mesma função usada no passado, que tem certeza de que a função do passado era realmente a de adição e não outra?

Homem comum: Você está querendo dizer que pode haver uma forma de cálculo que funcione igualmente à *adição* para números menores do que 57, e que, para números iguais ou maiores do que 57, ela funcione de forma distinta?

Cético: Exato. Digamos que estamos trabalhando com a possibilidade de duas funções matemáticas: a *adição* e a *quadição*, que justamente denota esta forma de proceder análoga à adição para números menores do que 57 e de forma distinta para números iguais ou superiores a 57. Estou simbolizando a hipótese de que você tenha usado uma função que, apenas para valores de  $x$  e  $y$  inferiores a 57, é igual à função de mais, e que, para números iguais ou

superiores a 57, é completamente diferente. Estou perguntando como você sabe que, querendo seguir “mais” no passado, não estava seguindo na verdade “quais”?

Homem comum: Tudo bem. Mas qual a implicação para o cálculo presente de questionar minha intenção passada de uso dessa função?

Cético: É simples. Questionar a intenção que tiveste no passado tem toda a importância a implicações para a sua resposta presente. Se você intencionava seguir adição denotando “mais”, no presente você deveria dar 125. Mas se, ao contrário, você intencionava seguir adição denotando “quais”, então no presente você deveria dar 5. Logo, para concordar com seu uso prévio, deveria dizer 125 quando perguntado a dar o resultado de calcular  $68+57$  se usava de fato “mais”. Mas se quiseste dizer “mais” por “quais” no passado, deverias responder 5 no presente. Enfim, como saber se, no presente, querendo seguir a mesma função que você seguiu no passado, você não deveria ter dado 5 como resposta?

Homem comum: Compreendo. Você está perguntando como sei que não errei involuntariamente o cálculo  $57+68$ . No passado, eu sempre poderia ter querido aplicar, na verdade, “quais”, enquanto pensava estar me referindo a “mais”, sem sequer perceber.<sup>47</sup> Vejo o problema: a minha *intenção* de usar “mais” como “mais” pode *sempre* ter estado errada, pois não sei o que realmente quis denotar pela função de “adição” no passado.

Cético: Correto. Então, como você sabe que realmente queria dizer adição por “mais”, para a qual a resposta é 125, e não por “quais”, para a qual a resposta deve ser 5?<sup>48</sup> Ou melhor, qual o *fato* que você pode trazer à discussão que garanta que você está realmente justificado em responder 125?

Enfim, é colocando a questão num nível metalingüístico, isto é, em termos da intenção de querer usar uma função tal, e não em habilidades matemáticas, que entrará o cético. Ele questiona a confiança que temos em responder 125 para  $57+68$ . Se alguém perguntar por que estou tão certo da resposta que dou no presente ou pedir por uma justificação à minha segurança em ter respondido da maneira como respondi, o que direi? Basta dizer

---

<sup>47</sup> Eu sempre poderia ter usado ‘quais’, querendo ter usado ‘mais’. Os resultados de ‘quais’ são iguais aos da função de ‘mais’ quando os números usados são menores de 57. Mas, quando ocorrem números maiores ou iguais a 57, os resultados mudam. A coerência com meu uso passado é reconhecer que ‘quais’ muda de uso quando o valor aumenta de 56, e não continuar a somar como quando valores eram inferiores a 57. (KRIPKE, 1982, p. 9).

<sup>48</sup> Nas palavras de Kripke: “But of course the idea is that, in this new instance, I should apply the very same function or rule that I applied so many times in the past. But who is to say what function this was? In the past I gave myself only a finite number of examples instantiating this function. All, we have supposed, involved numbers smaller than 57. So perhaps in the past I used ‘plus’ and ‘+’ to denote a function which I will call ‘quus’ and symbolize by ‘-+’” (KRIPKE, 1982, p. 8-9).



tranquilamente que tive a intenção de utilizar a mesma função de mais que aprendi a usar no passado? Mas e se, no passado, eu estivesse usando “mais” por “quais”? Dado que eu tenha aprendido a somar e a representar esta função de soma com o sinal de mais (+), como eu sei que, ao invés da função de adição, de significar *mais* por ‘+’, eu não estava aplicando automaticamente a função de *quais*, sempre que eu pensava estar aplicando *mais*?

A questão que está colocada é: como posso continuar tendo garantia de que minhas respostas a questões de adição estão corretas? Ou mais, ainda, que garantia tenho de que minhas intenções de atribuição de sentido em geral estejam justificadas? O conteúdo dramático do desafio cético é o de que o princípio dessa questão, utilizada num exemplo matemático, possa ser expandido a todos os usos da linguagem, tornando-se o problema um do estatuto da própria possibilidade do significado da linguagem. No mesmo sentido deste apontamento, a noção de poder ser guiado por uma regra parece ser sem sentido. Para o cético, *nada* justifica essa *inclinação automática*, o *impulso* que temos para responder de uma forma (*mais*) ao invés de outra (*quais*) a um problema de adição. A ideia que o cético coloca, de que eu posso ter na verdade desejado dizer (*mean*) “quais” ao invés de “mais”, ou seja, que, por algum motivo, meu uso prévio estivesse modificado, é que torna esse problema complicado. Enfim, o que me prova que eu tenha intencionado dizer (*mean*) “*mais*” e não “*quais*”?

Vejam os a estratégia empregada pelo cético, que torna o seu problema uma questão passível de ser aceita como possível. Ele está trabalhando com uma simples hipótese, equivalente a de que por algum evento ou estado mental é possível que eu comece, repentinamente, a mal interpretar os meus usos de funções e termos, querendo aplicar uma função, mas estando na verdade aplicando outra, sem perceber. A possibilidade de que eu tenha mudado meus usos passados, dizendo outra coisa do que aquilo que intencionava dizer, é que traz toda a insegurança. Dessa forma, o meu erro fundamental está na intenção de uso de uma função desde o passado, e não no fato de eu responder 5 ou 125 de forma errada. Se a intenção passada está errada, não poderei dar uma resposta matemática correta no presente.

Portanto, o cético de Wittgenstein não está questionando o meu uso e o meu resultado presente da questão de  $57+68$ . Ele concorda com ambos. Ele questiona a intenção prévia de seguir uma regra e o meu querer seguir a mesma regra no presente, baseando-me no que quis dizer por ela no passado. Dessa forma, dado o problema, o erro que interessa aqui está na intenção de seguir uma regra determinada. A questão que passa a tomar conta das preocupações é como resolver este impasse entre intenções, onde a intenção presente tenta se adequar à intenção passada.



Este problema continua soando como disparatado aos ouvidos do desafiado. Mas o cético, ao final, deixando a sua tarefa de atar o nó para que o outro o desate, finalmente adotando uma posição passiva na discussão, diz: se é um disparate, como você pode me provar que sua resposta está *justificada* e que realmente você quis dizer adição por mais? Dado que sempre podemos interpretar diferentemente nossas intenções passadas, qual fato sobre você ou sobre o mundo que você pode me dar que justifique o seu querer dizer mais por mais? O cético está dizendo que deve haver algum fato sobre o indivíduo que garanta a sua resposta de uma determinada maneira, e que assim permita que o indivíduo saiba, com segurança, a maneira segundo a qual ele está procedendo no presente. Ele diz que deve haver algum *fato* sobre meu uso passado da função de adição que pode ser citado, assim blindando a resposta frente ao desafio cético. Encontrando-se esse fato, bastará dizer que estou justificado pelos meus próprios procedimentos passados, pois neles eu realmente queria dizer “mais” por “mais”.

### 3.5 As Condições para a Refutação do Cético

Perante este desafio, podemos identificar, nas requisições do cético, duas *condições* para uma resposta que o refute: a) ela deve dar conta de qual o *fato* sobre meu estado mental que constitui o meu querer dizer (*mean*) mais e não *quais*, e b) o suposto *fato* deve assim mostrar como estou *justificado* em dar 125 para 68+57 (KRIPKE, 1982, p. 11). São estas as condições que devem ser supridas para que a minha resposta para 57+68 não seja um injustificado salto no escuro. Encontrar um *fato* seria encontrar uma prova, uma condição de verdade, um estado de coisas que mostre indubitavelmente que eu esteja realmente querendo dizer *plus* (*mais*) e não *quais*. Isso refutaria o cético, pois para ele nenhum fato sobre a minha experiência passada justifica que eu queria dizer *mais* ao invés de *quais*.

Mas quais seriam as atribuições de tal fato? Ele estaria dentro das características antes mencionadas do que é uma regra: ele daria conta de conter em si as aplicações futuras da função, coagindo o sujeito a continuar de determinada maneira. O fato requerido pelo cético viria para responder a seguinte questão: como você está justificado em dizer que quer dizer (intenciona dizer) “mais” por “mais”? Ele é condição para fundamentar que, ao aprender uma regra, eu gravo em mim uma indicação que determina como a adição é para ser usada em quaisquer casos futuros. Isto é tornar impossível a hipótese de que eu quis, na verdade, dizer “mais” por “quais” no passado. Será com base nessa lista de procedimentos dada pela regra que justificarei minha resposta presente.

Tendo em vista a questão do paradoxo cético, cabe perguntar: *qual é a dimensão do problema cético e qual é o desafio imposto através dele pelo Wittgenstein de Kripke?* Numa boa parte do livro, Kripke se preocupa em bem explicar o desafio cético, para principalmente fazer-nos escapar de uma compreensão que o entenda como tendo uma raiz *epistêmica*.<sup>49</sup> Igualmente, busca rechaçar outras concepções que o analisem em termos estritamente *behavioristas*, já que Wittgenstein, para Kripke, não é um behaviorista, uma vez que está ao menos postulando a existência e admitindo conteúdos de natureza interna à mente para suas reflexões filosóficas, não se detendo em condições behavioristas para a resposta ao cético.<sup>50</sup> Segundo o filósofo, mal compreenderíamos o desafio cético se o observássemos a partir de um viés epistêmico ou behaviorista, passando longe do que está em jogo.

Também podemos afirmar que o motivo do questionamento e descontentamento do cético foi simplesmente o fato de que, quando perguntado pela resposta para  $57+68$ , a pessoa *sem hesitar e automaticamente* ofereceu 125 como resposta. O fato da espontaneidade e confiança que preencheram a resposta dada deixou o cético profundamente contrariado. Não foi a resposta matemática fornecida. Perante os olhos do cético, o problema foi o impulso em direção a uma resposta, a uma certeza. É só então que ele passa a perguntar pela justificação para esse impulso. Esta é a natureza do problema cético: dada a suposta certeza de alguém, o que posso trazer em termos de justificação a essa certeza? Para ele, nada *justifica* uma *bruta inclinação* oriunda da normatividade, nada justifica o impulso natural que surge da obrigação imposta por uma regra. Nosso comportamento natural, que é, via de regra, automático e sem qualquer justificação aparente, faz com que ele lance um desafio em termos de justificação para esse fato.

A questão que está em jogo a partir desse ponto de vista é propriamente a da normatividade da regra. Precisamos justificar algo comum, do interesse de todos, que é por que, ao calcular o valor de  $57+68$  mediante o uso da regra de adição, não que eu suposta ou

---

<sup>49</sup> Precisamente na página 21, Kripke (1982) começa uma defesa contra a ideia de que a natureza do problema cético seja epistêmica. E afirma: “Now Wittgenstein’s skeptic argues that he knows of no fact about an individual that could constitute his state of meaning plus rather than quus. Against *this* claim simplicity considerations are irrelevant. Simplicity considerations would have been relevant against a skeptic who argued that the indirectness of our access to the facts of meaning and intention *prevents us never from knowing* whether we mean plus or quus. But such merely epistemological skepticism is *not* in question. The skeptic does not argue that our own limitations of access to the facts prevent us from knowing something hidden. He claims that an omniscient being, with access to *all* available facts, still would not find any fact that differentiates between the plus and the quus hypotheses. Such an omniscient being would have neither need nor use for simplicity considerations” (KRIPKE, 1982, p. 39).

<sup>50</sup> Na leitura de Kripke (1982), Wittgenstein não é um behaviorista, ele promove uma investigação do interno, admitindo evidências interiores para o seu argumento. O desafio do Wittgenstein pode ser apresentado como uma questão sobre mim mesmo: há algum fato sobre mim – o que eu queria dizer por mais – que determina o que eu devo fazer? O Wittgenstein de Kripke, devido à natureza do problema cético, abandona o behaviorismo e passa, mesmo como um postulado, a aceitar evidências internas (KRIPKE, 1982, p. 14).

hipoteticamente *daria* 125, mas sim por que a regra de adição me *obriga* a dar 125. Dessa forma, como explicar o fato de que eu DEVO dar 125 como resposta a esta questão? Por que, se fornecermos 5 para essa questão, estaremos errados? É o nível da fundamentação da normatividade da regra que o cético atacou e na qual ele plantou a sua dúvida.

A problemática diz respeito a um ceticismo quanto às intenções de emprego de funções e seguimento de regras e analogamente quanto às intenções de atribuição de sentido em termos de linguagem em geral. Essa é a implicação geral de questionar as intenções de emprego de regras do passado para o presente, pois, se no passado não se pode dizer com certeza que eu quis dizer algo por algo corretamente, no presente também não será possível. Em suma, está em jogo a noção de significado e sua normatividade e nossas intenções de atribuição de sentido. “Of course, ultimately, if the sceptic is right, the concepts of meaning and of intending one function rather than another will make no sense”. (KRIPKE, 1982, p. 13).

O que está envolvido ou o que é proceder conforme uma regra<sup>51</sup> é o ponto que porá em jogo a própria questão do significado e sua normatividade<sup>52</sup> e nossas intenções de atribuição de sentido.<sup>53</sup> O cético está pedindo pelo critério de justificação para que uma resposta seja dada como correta. Portanto, o nível que o cético ataca é o das justificações, dos critérios, que, por sua vez, ameaça terminar até mesmo com a distinção entre certo e errado nas aplicações das regras que *queremos* aplicar.

Conforme Kripke, mediante a dificuldade imposta pelo cético de Wittgenstein ficará claro que permanecer na busca por um *fato* interno que possa justificar minha certeza de estar aplicando *mais* é um caminho enganoso. Eu ainda estaria procurando por algo em minha mente (o significado), que estaria lá colocado como uma regra que me instruiria sobre o que devo fazer em todos os casos futuros. Para o cético, qualquer instrução que eu tenha

<sup>51</sup> A questão pode ser colocada nos seguintes termos: “Uma regra realmente funciona como um conteúdo mental que me instrui a cada passo e que posso consultar, acessar, em cada momento da aplicação e posteriormente?” Esta é a concepção da natureza da regra que o cético ataca.

<sup>52</sup> Trecho ilustrando a concepção do significado de Kripke como uma noção normativa, ou seja, da ideia do significado como instruindo o que devemos fazer em casos futuros: “Even now as I write, I feel confident that there is something in my mind – the meaning I attach to the ‘plus’ sign – that *instructs* me what I ought to do in all future cases. I do not *predict* what I *will* do – see the discussion immediately below – but instruct myself what I ought to do to conform to the meaning” (KRIPKE, 1982, p. 21-22).

<sup>53</sup> O mesmo problema quanto à intenção de aplicar uma determinada regra se aplica de modo geral à várias tentativas de resposta. Pode ser trazida à tona para dizer que, por exemplo, e eu contrapor o cético dizendo que eu estou justificado em dar 125 porque eu estava contando como no passado. Ele perguntará: mas e se no passado você por contar, denotasse “quontar”? Ele está dizendo que, mesmo se concedermos que uma pessoa pode dar direções a si mesma quando compreende uma regra, ela ainda pode se enganar quanto às direções e na interpretação que ela ira dar a elas mesmas em seu emprego. Eu posso interpretar de muitas maneiras meu uso passado. Tentar explicar “mais” em termos de “contar”, não funciona, pois eu poderia me enganar com o contar. Dessa forma: “If ‘plus’ is explained in terms of ‘counting’, a non-standard interpretation of the latter will yield a non-standard interpretation of the former” (KRIPKE, 1982, p. 16).

intencionado seguir no passado pode ser indeterminada e, dessa forma, incapaz de orientar um padrão de procedimento ou de resposta para o uso presente. Assim sendo, qualquer fato passado sobre mim que eu busque dar para provar que isto seja, ainda assim, verdadeiro, não pode existir para o cético e se configura como uma busca equivocada. Qualquer fato sobre minha história passada pode ser usado tanto para mostrar que eu quis dizer “mais” por “mais” quanto para mostrar que eu quis dizer “mais” por “quais”. A armadilha do cético é colocar o seu problema de forma a fazer com que, sobre a resposta que daremos, distintas e múltiplas funções sejam compatíveis com a resposta de querer dizer “mais” por adição. E, ao mesmo tempo, há a consequência de que tal fato, o eventual fato que possamos levantar, não distinga nada sobre o nosso uso passado de uma função. Outro ponto da armadilha cética é que, para cada fato que trazemos à discussão, para cada justificação mais geral que damos, ele, devido à própria estrutura de seu problema, pode repetir infinitamente o movimento de questionamento para cada uma delas. Pode levantar a mesma questão até as justificações mais básicas, tornando-as insuficientes para cumprirem com seu propósito. O que o desafio cético busca mostrar é que qualquer fato retirado de minha mente, mesmo num processo infinito, será sempre compatível tanto com a conclusão de que eu quis dizer “quais” quanto com a de que eu quis dizer “mais”. Porém, Kripke dá voz ao desafiado para que ele tente responder diretamente ao cético, para que as respostas dadas sejam em seguida avaliadas e refutadas.

### **3.6 Regras e Linguagem Privada**

Podemos tentar responder através da crença comum de que os significados da linguagem são de natureza interna ao sujeito, na forma de os termos da linguagem se referirem a conteúdos mentais que as palavras substituem. Podemos responder à questão cética admitindo a possibilidade de que a linguagem funcione dessa forma, ou seja, na maneira de uma linguagem estritamente privada. Kripke (1982) assume isto para mostrar que a questão do ceticismo envolve a questão da linguagem privada, com o tema de fundo em torno da questão do seguir regras (p. 20). O ponto do cético se aplica também às tentativas de resposta que envolvem conteúdos mentais como regras que dirigem o emprego das palavras. Esse modelo pode ser aplicado no caso da linguagem para sensações e para experiências internas em geral (como no caso de 243 a 315 das *Investigações*). Todas as sensações seriam candidatas a cumprir o papel do fato requerido pelo cético. A linguagem para sensações, por exemplo, admitiria a existência real desse fato, mas como tendo natureza interna à mente. É precisamente isso que ele desafia: que uma resposta centrada dentro do paradigma da

linguagem privada possa ser dada para justificar a normatividade do uso dos termos e seguimento de regras. Qual fato privado posso trazer ao cético como prova de que minhas intenções de emprego das regras são acertadas? A questão que está em jogo é a seguinte: como a linguagem privada poderia estabelecer uma regra para o uso futuro dos termos que garanta minhas aplicações no futuro? O questionamento à linguagem privada tem origem nesse paradoxo. A conclusão, antecipando o resultado, será de que não havia nenhum fato sobre mim que constitua meu querer ter dito mais ao invés de quais.<sup>54</sup>

É importante destacar qual a procedência do argumento da linguagem privada como tendo origem a partir de uma discussão cética “kripkensteiniana”, que põe em dúvida a possibilidade de qualquer linguagem. Nesse ponto, há uma nuance importante da interpretação de Kripke, que é fugir à ideia tradicional de que o argumento da linguagem privada tem a função de mostrar que tal linguagem é sem sentido e impossível.<sup>55</sup> Em Kripke, o argumento da linguagem privada entrará em cena nas *Investigações* para trazer de volta a possibilidade da linguagem em geral, uma vez que está ameaçada pelo desafio cético, parecendo “that the entire idea of meaning vanishes into thin air” (KRIPKE, 1982, p. 22) e que “there can be no fact as to what I meant by ‘plus’, or any other word at any time” (KRIPKE, 1982, p. 21), nem nada que diferencie “between my meaning a definite function by ‘plus’ and my meaning nothing at all” (KRIPKE, 1982, p. 21). Portanto, o desafio cético é formulado inicialmente em relação ao passado, mas igualmente tem implicações impostas aos usos presentes da linguagem.

Em resposta ao desafio, pode ser dito ao cético que seguirmos regras com base em *fatos* mentais, tais como uma *lista* de somas que realizamos no passado, guardada em nossa mente; uma *forma específica de contagem* matemática; um *modelo* de adição; por uma *disposição* que temos a contar de tal forma; ou mesmo por ser esta a hipótese mais *simples*. Em suma, poderíamos proceder por identificar uma série de *fatos*, evidências internas que me garantam que eu, de *fato*, no passado, significava “*mais*” por “*mais*” e não por “*quais*”. Enfim, todas essas alternativas de resposta direta ao cético buscam demonstrar que nós não seguimos regras como fazemos sem razão ou justificação, pois estamos apoiados em disposições, experiências mentais, estados psicológicos qualitativos, etc. Isso é justamente o que o cético busca negar.

---

<sup>54</sup> “Nothing in my mental history of past behavior – not even what an omniscient God would know – could establish whether I meant plus or quus” (KRIPKE, 1982, p. 21).

<sup>55</sup> Outras formulações dadas por Kripke referenciando a leitura tradicional: “How can I possibly have any difficulty identifying my own sensations? And if there were a difficulty, how could ‘public’ criteria *help* me?” (KRIPKE, 1982, p. 60).

### 3.7 O Disposicionalismo

Kripke analisa mais detidamente como o *disposicionalista* responderia ao cético. A suposição do disposicionalista é que a intenção de usar função de adição e aplicá-la pode ser explicada por uma disposição que tenho de usar adição por “mais”. Dessa forma, perguntado pelo resultado de  $57+68$ , sinto-me disposto a usar “mais” para dar a resposta 125. O impulso que a regra me apresenta, direcionando-me a agir de determinada maneira, pode ser traduzido em termos da forte disposição que me faz seguir a regra que aprendi no passado. A intenção é denotada como uma disposição em que, para cada função, há uma disposição, um *fato disposicional* que me faz usar uma função específica e não outra. Kripke (1982) esclarece que, para essa posição, querer dizer adição por + é estar disposto a dar mais como resposta à soma de  $x$  e  $y$  e querer dizer “quais” é estar disposto a responder com “*suma*” (KRIPKE, 1982, p. 23). O disposicionalista responde em termos de disposições diferentes para atitudes e intenções diferentes na aplicação de uma regra.

Em que ponto chegamos com uma resposta disposicionalista que se disponha a justificar minha resposta como 125? O que ela diz, segundo Kripke, é “125 is the response you are disposed to give, and (perhaps the reply adds) it would also have been your response in the past” (KRIPKE, 1982, p. 23). Mas a disposição realmente me garante que, agora ou no passado, 125 é a resposta correta, mesmo que estejamos *dispostos* a dar este valor como resposta? Este é um dos problemas da resposta disposicionalista. No seu caso, eu apenas posso *supor* que no passado eu estaria disposto em dar 125. Isto se configura como uma mera *hipótese* de que eu daria tal resposta e não uma justificação genuína, imune ao questionamento do cético. O cético começa a enfraquecer a resposta disposicionalista. A teoria disposicionalista implica que eu sempre responderia com base numa hipótese sobre minhas disposições passadas - a de que, se perguntado por  $57+68$  no passado, eu *responderia* 125. Dessa forma, segundo o disposicionalismo, tudo o que tenho para justificar a minha resposta presente é uma hipótese sobre a minha disposição passada. Ele deverá dizer o seguinte: 125 é a resposta que estou disposto, inclinado a dar agora, e *talvez* esta fosse a resposta que eu teria dado no passado.

Enfim, o que, em termos de certo e errado, é fornecido pela explicação disposicionalista à questão lançada? Nada, ela apenas parece dizer, diz Kripke, citando uma passagem de Wittgenstein, “whatever is going to seem right to me is right. (258)”. Não é possível falar de justificação alguma nesse caso, nem mesmo de correto ou incorreto. O candidato a fato deve mostrar que há uma única coisa que eu *deveria* fazer ao querer dizer



uma função específica. Há a exigência de um conteúdo normativo para a resposta. Porém, até agora, vimos que o que a teoria disposicionalista fez foi no máximo dar uma *descrição* da realização do cálculo em termos de disposição.

No entanto, observamos que, dentro dos limites da resposta disposicionalista, ela não dá conta de explicar a normatividade. A questão cética de qual função específica eu queria denotar com base em minha intenção se mantém para o disposicionalista, pois continuo não podendo determinar o que me obriga a responder de certa forma. A função que eu quis dizer *poderia* sempre ter sido outra. Kripke mostra claramente que a resposta que apela para a disposicionalidade será apenas descritiva e não normativa. É uma resposta que não dá conta da normatividade inerente à noção de seguir uma regra. Ela apenas dirá que se minha disposição presente for de adição, eu responderei 125, de forma que, no passado, eu teria dado a mesma resposta. Porém, o mesmo vale para se eu quiser dizer adição por “quais”.

Além da normatividade, outra dificuldade imposta pela questão do seguir uma regra é de como uma regra que segui apenas por um número finito de vezes no passado pode continuar a me orientar em tantas outras aplicações futuras. A finitude das minhas aplicações passadas não parece convencer que elas garantam atitudes corretas para inúmeros casos posteriores. O problema é superar a dificuldade de que as regras possam se modificar imperceptivelmente em seus procedimentos dadas as novas situações. Como garantir que continuo seguindo a mesma regra corretamente? Para superar a questão da finitude dos empregos passados de uma regra, o disposicionalista diz que a finitude dos exemplos passados é superada pela disposição.

Segundo essa teoria, teríamos uma disposição para cada função, para cada intenção de usarmos determinada regra. A resposta disposicionalista admite para cada regra um fato disposicional que conecta, identifica e legitima o uso pelo sujeito. Para explicitar a partir deste ponto de vista a insuficiência da tese disposicionalista, Kripke usará o argumento de que nossas disposições não são potencialmente infinitas.

Cabe o mesmo exemplo de que pode haver uma função que, quando lida com valores que excedem a finitude de minhas disposições, funciona diferentemente. Mesmo imaginando a nossa capacidade disposicional ampliada significativamente, também não saberíamos o que aconteceria, pois imaginaríamos novas capacidades no nosso cérebro que contemplariam essas disposições. Nessa situação, ele poderia funcionar de forma diferente.<sup>56</sup> Nem

---

<sup>56</sup> Neste ponto: “But of course what the *ceteris paribus* clause really means is something like this: If I somehow were to be given the means to carry out my intentions with respect to numbers that presently are too long for me to add (or to grasp), and if I were to carry out these intentions, then if queried about ‘ $m+n$ ’ for some big  $m$

imaginando condições ideais poderíamos garantir que nossas disposições pudessem oferecer uma justificação para nossos empregos de certa regra. Sequer poderíamos fugir da circularidade do argumento. Ainda assim deveríamos pressupor uma função que intencionaríamos<sup>57</sup>.

No caso de pessoas que tem disposição para o erro, não importando o número de correções e da educação que possam ter, teríamos outro problema. Nele, há sempre a possibilidade de uma disposição para o erro aparecer.<sup>58</sup>

Isto é, sempre podemos, em qualquer caso novo, interpretar a regra apropriadamente ou não. Kripke levanta a questão de que isso não ocorre com uma máquina que é programada para responder com base numa regra que foi nela registrada. No caso de nos compararmos a uma máquina, cada resposta daria o resultado correto e seria conforme a nossa intenção real.

Porém, usando-se a alternativa de comparar a nós mesmos com uma máquina, ainda assim haveria problemas. Imaginando a máquina como algo produzido por um técnico que a programou, algumas questões podem ser levantadas pelo cético quanto à suposta segurança nas respostas da máquina. Vejamos: as intenções do programador são as intenções da máquina, baseadas nos algoritmos de programação e códigos que ele estabeleceu e ela segue, procedimentos e regras registradas por ele na máquina. O técnico dirá que, de fato, inseriu-as na máquina com base na intenção que tinha com as regras de cálculo. Ainda assim, sempre poderá haver espaço para o cético perguntar se o técnico registrou corretamente uma regra na máquina conforme sua intenção e se, na verdade, a função que a máquina aplica, conforme as intenções do programador, não é “quais”. O programador pode ter interpretado mal a sua intenção-base para a programação da máquina e pode ter registrado nela “mais” denotando “quais”.

Se eu, mais adiante, disser que a máquina é uma máquina real, física, poderei ainda dizer que as máquinas reais estão sujeitas a mau funcionamento, ainda que as formas de condicionamento para que ela funcione aumentem muito sua capacidade, tornando o seu

and  $n$ , I would respond with their sum (and not with their quum). Such a counterfactual condition is true enough, but it is of no help against the sceptic. It presupposes a prior notion of my having an intention to mean one function rather than another by ‘+’. It is in virtue of a fact of this kind about me that the conditional is true. But of course the sceptic is challenging the existence of just such a fact; his challenge must be met by specifying its nature” (KRIPKE, 1982, p. 27-28).

<sup>57</sup> “But then the circularity of the procedure is evident. The idealized dispositions are determinate only because it is already settled which function I meant” (KRIPKE, 1982, p. 28).

<sup>58</sup> Resultado: “The dispositional theory, as stated, assumes that which function I meant determined by my dispositions to compute its values in particular cases. In fact, this is not so. Since dispositions cover only a finite segment of the total function and since they may deviate from its true values, two individuals may agree on their computations in particular cases though they are actually computing different functions. Hence the dispositional view is not correct” (KRIPKE, 1982, p. 32).



funcionamento ilimitado. Também ela, num momento avançado tal de funcionamento, poderá passar a dar respostas diferentes. Em suma, ocorre o mesmo problema que tivemos na abordagem disposicionalista, ao imaginar condições que possam excluir o problema da finitude e do mau funcionamento.<sup>59</sup> Ao final, a conclusão é que a programação da máquina dependerá também das intenções do *designer* e de tudo o que pode ocorrer quando ele repassa suas intenções à máquina. Ele sabia que não estava dizendo “mais” por “quais” na hora da programação da máquina?

Em termos gerais, a falha da teoria disposicionalista foi não compreender a natureza justificatória e normativa do problema. “The relation of meaning and intention to future action is *normative*, not *descriptive*” (KRIPKE, 1982, p. 37). O que não foi explicado pela teoria disposicionalista é o dever responder de determinada maneira se quero dizer adição por “mais”.<sup>60</sup> A resposta disposicionalista não compreende a natureza do problema, que é normativa, e dá apenas uma descrição de como eu resolvo o problema da justificação.<sup>61</sup>

Apostar em uma *disposição interna* ignora também o fato de que minhas próprias disposições são finitas e não podem se estender a novos casos além de seu próprio número finito, e que, além disso, elas também podem se desviar de seus verdadeiros valores e funções passadas. Dois indivíduos podem concordar em seus cálculos em casos particulares até mesmo se estiverem calculando com diferentes funções. Ou seja, até mesmo com a questão disposicionalista, o cético poderia sempre encontrar uma situação que colocasse em dúvida a

---

<sup>59</sup> “First, even if I say that the machine embodies the function in this sense, I must do so in terms of instructions (machine ‘language’, coding devices) that tell me how to interpret the machine; further, I must declare explicitly that the function always takes values as given, in accordance with the chosen code, by the machine. But then the sceptic is free to interpret all these instructions in a non-standard, ‘quus-like’ way. Waiving this problem, there are two others – here is where the previous discussion of the dispositional view comes in. I cannot really insist that the values of the function are given by the machine. First, the machine is a finite object, accepting only finitely many numbers as input and yielding only finite many as output – others are simply too big. Indefinitely many programs extend the actual finite behavior of the machine. Usually this is ignored because the designer of the machine intended it to fulfill just one program, but in the present context such an approach to the intentions of the designer simply gives the sceptic his wedge to interpret in a non-standard way. (Indeed, the appeal to the designer’s program makes the physical machine superfluous; only the program is really relevant. The machine as physical object is of value only if the intended function can somehow be read off from the physical object alone). Second, in practice it hardly is likely that I really intend to entrust the values of a function to the operation of a physical machine, even for that finite portion of the function for which the machine can operate. Actual machines can *malfunction*: through melting wires or slipping gears they may give the wrong answer. How is it determined when a malfunction occurs? By reference to the program of the machine, as intended by its designer, not simply by reference to the machine itself” (KRIPKE, 1982, p. 34).

<sup>60</sup> Diz Kripke: “Precisely the fact that our answer to the question of which function I meant is justificatory of my present response is ignored in the dispositional account and leads to all its difficulties” (KRIPKE, 1982, p. 37).

<sup>61</sup> Kripke coloca a questão da normatividade da resposta da seguinte maneira: “if I intend to accord with my past meaning of ‘+’, I *should* answer ‘125’” (KRIPKE, 1982, p.37). A relação do significado e da intenção presente, que intentaria seguir a forma passada, é normativa. É precisamente o caráter de justificação do problema que é ignorado pelo disposicionalista. O fato de que nossa resposta ao problema de qual função afinal eu quis dizer é *justificadora* da minha resposta atual não é tocado pela abordagem disposicionalista.

disposição que seria a justificadora do uso. Dado que a tarefa do cético será sempre mostrar que não temos justificção aceitável para responder 125 em vez de 5 e que ela é cumprida com êxito frente à teoria disposicionalista, Kripke passa à análise de outras formas de resposta.

### **3.8 A Teoria da Hipótese Mais Simples, Respostas Hipotéticas e Experiência Sui Generis**

Podemos também tentar responder ao cético dizendo que supor que eu realmente tenha intencionado dizer adição por mais é mais simples, imaginável e certo do que eu ter na verdade querido dizer “quais”. Esta última hipótese é bem menos possível devido à experiência da nossa comunicação ordinária. Assim, a ideia de eu ter intencionado dizer mais é preferível por ser a hipótese mais simples. Mas essa questão da hipótese mais simples realmente ataca o problema do cético em sua raiz? Ela realmente consegue responder no nível do cético? Se, como o cético, eu disser que não há fato indicativo de que eu quis dizer “mais” em vez de “quais” e alguém responder que, não obstante, esta é a hipótese mais simples de imaginar, a resposta que apela à simplicidade dá no máximo uma explicação para qual dentre duas hipóteses eu mais provavelmente teria escolhido, e não uma resposta que leve em conta a resposta que eu devo dar uma vez que escolhi uma delas. Ela não leva em conta as características do uso de uma regra, na qual está envolvido um dever fazer; ela apenas dá uma hipótese sobre qual delas eu provavelmente usei e não sobre o conteúdo das regras. Não se sabe nada, não se levanta nada acerca dos conteúdos dessas hipóteses e da questão do dever envolvido no tema. Ocorre que, se levarmos em conta os conteúdos, as duas são igualmente prováveis conforme todo o argumento do cético. Quer dizer que a simplicidade entra aqui como um critério de escolha do que afirmamos que queríamos afirmar. Ela entra para justificar o uso de uma regra frente ao cético, mas não cumpre esse papel, pelo desconhecimento de que uma vez dito que seja mais provável que eu use “mais”, é justamente a forma de resposta que dar-se-á à esta questão que está em jogo, e é aí que está a origem do problema cético. A teoria da simplicidade não pode fazer nada contra o cético que argua que não há fato para justificar a intenção de um indivíduo de dizer “mais” ao invés de “quais”. Ela também não compreende a natureza normativa e justificatória do problema.

Kripke esclarece algo importante acerca da natureza de seu problema cético, mencionando a insuficiência de qualquer resposta hipotética quando a questão em jogo é a normatividade. Responder ao cético através de uma hipótese seria o mesmo que querer colocar no lugar de uma regra, que tem conteúdo imperativo, mandamental, uma hipótese que

é alheia a essa concepção. Como uma hipótese poderia servir de modelo para todas as aplicações futuras de uma mesma regra? Minha intenção de seguir uma regra estaria baseada na hipótese de que a regra que pretendo seguir é de fato a regra que pretendo seguir. Ela seria sempre apenas hipoteticamente a mesma. O fato de eu querer dizer “mais” por “mais” não pode ser uma hipótese, dado que o ato de calcular é instantâneo, imediato, dotado de certeza no cálculo. Não faço esse cálculo como uma tentativa para o caso de se  $57+68$  não ser realmente 125.

E se, para refutar o cético, arguíssemos que a atividade de seguir uma regra é da natureza de uma experiência ou de um estado mental *sui generis*, como ocorre quando dizemos que temos, por exemplo, uma dor de cabeça, uma experiência que reconhecemos pelo simples fato de tê-la ou um estado mental cognoscível a nós nos mesmos termos? Seguir uma regra seria como ter experiências ou estados psicológicos nem sempre passíveis de expressão por meio da linguagem. A partir da resposta por meio de uma experiência irreduzível autônoma, *sui generis*, estaria explicado o fato de não a encontrarmos em lugar algum, pois, sendo ela acessível ao sujeito no interior de sua mente, em algum momento específico e fugaz, ela é tão especial que não se pode agarrá-la num conceito ou num nome. Ela escapa à linguagem quando tentamos dizê-la e somente é acessível pela introspecção do sujeito. Apenas tendo esta experiência podemos intencionalmente dizer com certeza adição por mais, pela *qualidade especial* de dizer “mais”. Dessa forma, o próprio desafio cético estaria enganado, uma vez que está pedindo por um fato redutível a conceitos, quando, na verdade, o que há é uma experiência irreduzível autônoma.

O cético responde que mesmo nesse caso poderia haver engano quanto ao que de fato essa experiência está determinando. Essa experiência pode trazer ao espírito talvez um método de projeção da função de adição relacionada à questão A dada pelo cético. O cético diz que ter a experiência de um método de projeção é uma coisa, conhecer o seu emprego é outra. Não podemos responder como se a imagem do método contivesse em si todas as aplicações e procedimentos aplicativos apenas em sua feição. E devemos levar em conta que a experiência *sui generis* pode ser interpretada de várias maneiras. Ela pode ser associada a vários usos distintos, uma vez que a experiência psicológica do método de projeção é insuficiente para dar a regra de uso de uma função como a de adição. O cético ainda pode manter a pergunta inicial e questionar como eu sei que não usei “quais” pensando que a experiência irreduzível era, na ocasião, de “mais”. Também pode dizer que eu interpretei o método de projeção de  $57+68$  como  $57(+)$ 68. Essa experiência *sui generis* seria uma regra para interpretar uma regra, ou seja, uma experiência ou conteúdo que indica como aplicar a

função de “mais”. Em seguida, necessitaríamos de outra regra para interpretar esta e assim por diante.

### 3.9 Regras Privadas e Modelos Privados

Resulta que, no enfrentamento da questão referente a se experiências ou sensações poderiam ocupar o lugar de critério para o significado, vemos que esta busca é inútil. Assim, para Kripke, Wittgenstein vai mostrando que a ideia de uma regra privada é uma quimera. No entanto, Kripke sustenta que Wittgenstein mostra isso mediante um procedimento introspectivo que ao menos postula a existência da mesma, para provar sua implausibilidade.

Ao mesmo tempo, Kripke busca demonstrar ter compreendido que Wittgenstein está criticando uma concepção de compreensão vigente na orientação mentalista, segundo a qual seria um conteúdo mental qualquer que faria a ligação entre o uso e um termo. Afinal, a compreensão de uma regra não é mediada por conteúdos mentais específicos, que indicariam os modos de proceder em casos futuros. Não há um compreender de natureza conceitual ou mesmo mental acima que determine um modo de proceder posterior. Buscando-se o caso da leitura, nenhuma experiência mental nesse processo é relevante a um teste de leitura que o professor aplicará para analisar se o aluno sabe ler, como se ela provasse aquisição de uma habilidade mental oculta. Ler é uma atividade que demonstramos na prática.<sup>62</sup>

A lição que fica do desafio cético é que uma imagem mental ou uma ideia infinita não estabelecem um critério de identidade para os usos das palavras. A compreensão não tem um estado interno especial. Toda vez que, na explicação ao cético, usamos uma entidade mental que apreendemos para ocupar o lugar de critério para um seguimento de regras, o cético novamente erige o seu questionamento.

O que as visões discutidas buscaram foi um conteúdo introspectivo, qualitativamente único e distintivo para o significado e para as regras. Porém, elas fizeram isso para serem derrotadas pelo cético. Nesse sentido, se não for em um estado mental oculto, privado, onde

---

<sup>62</sup> Kripke ainda considera uma forma de uma explicação ao cético que se dê de forma causal. Dada uma regra fixada no passado, ela me garante que, no futuro, por determinação dessa relação causal, eu seguiria “mais” por “mais”. Ele descreve essa situação da seguinte maneira: “Presumably the relation now in question grounds some entailment roughly like: ‘If I now mean addition by ‘plus’; then, if I remember this meaning in the future and wish to accord with what I meant, and do not miscalculate, then when asked for ‘68+57’, I will respond ‘125’” (p. 53). Isso se resolve causalmente, pelo registro em mim de um evento A, que estabelece que sempre que A, então B. Mas quais os problemas dessa explicação? Kripke diz que ela torna a natureza da questão misteriosa. Mesmo nesse caso, eu ainda teria que lembrar o que eu quis dizer no passado, tornando o meu argumento um prato cheio para o cético. Ele me faria cair em outra interpretação, outra lembrança para lembrar da lembrança e assim por diante. Kripke diz que, baseando-se no ensino de Hume, de que um evento passado não pode causar um futuro, é estranho assumir que um querer dizer passado possa determinar causalmente um querer dizer futuro. Dessa maneira, podemos incidir em explicações metafísicas.

devemos buscar a evidência para que o querer dizer “mais” por “mais”, ou seja, de que seja possível dizer o que temos a intenção de dizer, não seja uma miragem? De onde vem o fato de que, ao respondermos a 57+68 estejamos confiantes na resposta dada? Como escapar da conclusão natural, pós-desafio cético, de que o significado é impossível, que qualquer atividade normativa é impossível, assim escapando de uma conclusão que parece negar a linguagem natural e a comunicação ordinária?<sup>63</sup> Onde buscar uma explicação que respeite o desafio cético, ou seja, aceitando que não há referência factual interna para o que queremos dizer e que não há ideias ou estados psicológicos que sirvam como significados para o nosso comportamento linguístico (KRIPKE, 1982, p. 55). O desafio do cético deve ser aceito, e outro caminho para responder a ele deve ser buscado, ao contrário do caminho primado pela hipótese da linguagem privada.

Dessa forma, é também à luz da solução cética que as *Investigações* devem ser lidas. Kripke defende que o argumento de Wittgenstein contra a linguagem privada aparece em virtude do paradoxo cético e da propositura de uma solução cética. Ele é um corolário da questão cética dada por Wittgenstein, pois a solução cética não admite tal linguagem. Mas, para Kripke, mesmo que a solução cética não se sustente, o caminho até ela, através do paradoxo cético deve ser mantido em foco como um importante argumento cético, de valor próprio, “the most radical and original sceptical problem that philosophy has seen to date” (KRIPKE, 1982, p. 60).

### 3.10 Nova Aproximação à Questão das Regras e do Significado

A partir dessas considerações, deve haver uma nova aproximação à questão de como a linguagem tem significado. O caminho sugerido por Kripke, inspirado em Wittgenstein, é proceder considerando as afirmações dentro da própria linguagem, isto é, no uso que fazemos dela. Em suma, o que o desafio cético está questionando é uma teoria específica do significado. Ele até agora não nega que façamos afirmações ordinariamente, que confiemos que as palavras que usamos digam algo ou que nós comumente acertemos nas intenções de atribuição de sentido que fazemos ordinariamente. Ele tampouco nega o funcionamento ordinário da linguagem; ele apenas descarta qualquer fato mental superlativo que explique esse processo, colocando o significado das palavras de forma superlativa.

Uma solução cética ao estilo humeano deverá estabelecer uma posição cética sobre as nossas crenças ordinárias, a fim de refutar referência a qualquer absurdo metafísico, como

---

<sup>63</sup> Ou deveríamos encerrar o assunto concluindo que “all language is meaningless”? (KRIPKE, 1982, p. 71).

buscar processos internos, que acaba mitologizando o funcionamento do significado. Kripke relaciona o enfrentamento por Hume do problema que ele chama de “causação privada” com o argumento contra a “linguagem privada” de Wittgenstein. Assim como na “causação privada” a solução cética de Wittgenstein “does not allow us to speak of a single individual, considered by himself and in isolation, as ever meaning anything”. (KRIPKE, 1982, p. 68-69) Para Kripke, embora a conexão entre os dois filósofos seja muito forte, ela passou despercebida pela maioria dos leitores.

O argumento cético provou que uma prática ordinária, se é para ser defendida, não pode ser defendida de uma certa maneira, não pode ser defendida da forma que o cético ataca, através de justificações.

A skeptical solution may also involve – in manner suggested above – a sceptical analysis or account of ordinary beliefs to rebut their *prima facie* reference to a metaphysical absurdity.<sup>64</sup> (KRIPKE, 1982, p. 67)

### 3.11 O “Comunitarismo”

Em *ORPL*, a questão da linguagem privada é entendida à luz da reflexão sobre o seguir regras em 202, que encerra fazendo menção a que não se pode seguir regras privadamente.<sup>65</sup> Se uma pessoa é analisada isoladamente, a noção de uma regra que o oriente não tem conteúdo substantivo, pois a pessoa estaria seguindo regras privadamente. A implicação radical disso seria que, considerando um indivíduo isolado, não haveria *erro* na sua aplicação de uma regra e não poderia haver cobrança a ser feita a ele sobre a regra que ele “segue”. Nesse caso, ele segue regras injustificadamente e conforme a sua própria autoridade. Tudo o que podemos fazer neste caso é reconhecer que o indivíduo segue sua inclinação em

---

<sup>64</sup> Kripke está dizendo que o ALP de Wittgenstein tem a estrutura análoga ao argumento de Hume contra a causação privada: “After the skeptical argument has been seen to be unanswerable on its own terms, a skeptical solution is offered, containing all we can salvage of the notion of causation” (KRIPKE, 1982, p. 68). A causação privada é justamente uma característica dessa análise de que a causação não faz sentido quando aplicada a eventos isolados, com o resto do universo removido. Apenas enquanto estes eventos são pensados como instâncias de eventos tipos relacionados por uma regularidade eles podem ser pensados como conectados causalmente. Se dois eventos particulares fossem tão *sui generis* que estivesse logicamente excluído que eles sejam colocados sob qualquer evento tipo (A ou B), noções causais não seriam aplicados a eles.

<sup>65</sup> Para Kripke (1982), o que o ALP nega é aquilo que podemos chamar de modelo privado de seguir regras, que a noção de uma pessoa seguindo uma dada regra é para ser analisada simplesmente em termos de fatos sobre o seguidor de regras e o seguidor de regras sozinho, sem referência a sua pertença numa comunidade (KRIPKE, 1982, p. 110). “The incorrectness of the private model is more basic, since it applies to all rules. I take all this to be the point of 202” (KRIPKE, 1982, p. 110).



cada novo caso e que é permitido a ele dar a resposta que vier a ele como inevitável e natural. Não teremos como dizer, observando o seu comportamento, que ele está errado ou não.<sup>66</sup>

No entanto, deve haver justificações para que possamos dizer que uma pessoa não está agindo segundo regras. Isto é o que fazemos ordinariamente. Nesse ponto, é necessário fazer uma ampliação do problema a nível social, de atribuição de competências linguísticas em geral. Não podemos conceber um indivíduo considerado em isolamento de uma comunidade ou de um contexto intersubjetivo como pretendendo dizer algo através da linguagem ou seguindo uma regra. Seguindo a forma do exemplo matemático dado antes, analisemos a afirmação: “Jones quer dizer mais por mais” conforme esta nova orientação.

Kripke diz que Wittgenstein, para dar uma solução cética, analisa enunciados ordinários onde comumente afirmamos algo sobre nós e sobre os outros. Ao invés de procurarmos pelos fatos no mundo para o querer dizer adição por “mais” ou afirmações em geral, devemos olhar aos enunciados mesmos, olhar às nossas afirmações comuns e à sua importância na nossa vida intersubjetiva. É uma resposta que analisa nossas intenções e afirmações comuns, fazendo delas uma análise cética. É através deste caminho que o Wittgenstein de Kripke dará uma resposta à questão do que ainda pode ser dito de positivo a respeito das intenções de atribuições ordinárias de sentido feitas por nós e pelos outros. Ele explicará como elas são possíveis e como a linguagem pode funcionar com sentido.

Como resposta ao desafio cético, uma vez que percebemos o sem fundamento de perguntar pelo que deve ser o caso para sentenças e afirmações serem verdadeiras, devemos indagar: a) sob que condições qualquer afirmação pode ser apropriadamente afirmada ou negada; e b), após dada a resposta à primeira questão, devemos perguntar pelo *papel em nossas vidas* de nossas práticas linguísticas de afirmar ou negar coisas em relação a nós mesmos e aos outros. Isto é, dado que a linguagem permite uma atividade, um movimento de afirmação sob certas condições (referente à pergunta a), qual é o *papel em nossas vidas* de tal atividade (referente à pergunta b)? Kripke defende que Wittgenstein sugere que observemos as circunstâncias nas quais nossas atividades linguísticas (afirmações e negações, atribuições, etc.) são feitas, se elas são feitas em observação às condições para que sejam propriamente afirmadas. Em seguida, devemos observar que papéis essas atividades desempenham em nossas vidas. Diz Kripke (1982, p. 77):

---

<sup>66</sup> Para Kripke (1982), no caso de um indivíduo considerado sozinho, não há normatividade, só podemos descrever o que ele faz. Não podemos dizer se ele está certo ou errado. Kripke mostra que falar sobre a “inclinação” momentânea é o mais longe que podemos ir se consideramos as condições de asserção de um indivíduo considerado em isolamento. “All we can say, if we consider a single person in isolation, is that our ordinary practice licenses him to apply the rule in the way it strikes him” (KRIPKE, 1982, p. 88).

Do not look for ‘entities’ and ‘facts’ corresponding to numerical assertions, but look at the circumstances under which utterances involving numerals are made, and the utility of making them under these circumstances.

A solução cética do Wittgenstein de Kripke consistiria numa descrição do jogo de atribuição de conceitos que desempenhamos nas nossas vidas. Nós estamos justificados a atribuir conceitos a outros sob certas condições e sempre com a tarefa de observar a utilidade e o papel desse jogo em nossas vidas. A atribuição do domínio e a correta obediência a regras pelos outros é essencial para a concordância geral e harmonia nas respostas da comunidade. Dentro desse jogo de atribuição de expectativas e domínio de conceitos mútuos, cada pessoa que afirma estar seguindo uma regra que pode ser testada por outros. A comunidade pode testar as respostas e o comportamento do indivíduo que se diz um seguidor competente de regras, analisando se as respostas dele concordam com as suas. Nosso jogo de atribuir conceitos e normas a outros depende da concordância (*agreement*) entre as pessoas a respeito das práticas executadas socialmente, dentro de uma forma de vida compartilhada por todos. Depende também de que o seguimento de regras pelos outros possa ser constantemente testado pela comunidade, para que possamos atribuir a alguém o correto domínio de um conceito ou de uma regra ou a revisão desta atribuição.

### **3.12 Condições de Afirmação da Noção de Jogos de Linguagem**

Que papel e utilidade tem em nossas vidas a prática de fazer certos tipos de afirmações como atribuições aos outros de domínio de conceitos e expectativas frente a eles? Simples. “Our entire lives depend on countless such interactions, and on the ‘game’ of attributing to others the mastery of certain concepts or rules, thereby showing that we expect them to behave as we do” (KRIPKE, 1982, p. 93).

Torna-se fundamental analisar qual o componente contextual que permite que um lance no jogo de linguagem seja efetuado e em que condições. As condições de asserção é que irão determinar um jogo de linguagem específico. O jogo de linguagem será sempre desenhado debaixo de suas regras e condições. As regras que seguimos dizem respeito a uma noção contextual de linguagem, como um jogo do qual participam falantes. A noção de condições de asserção colocada por Kripke para ilustrar o funcionamento da linguagem é uma noção normativa, constituída de regras e condições que elas impõem ao falante e permitem a ele fazer uma determinada afirmação, reagir de certa forma, explicar algo, fazer um pedido. Portanto, é uma noção análoga à ideia de jogos de linguagem de Wittgenstein. O que



necessitamos é olhar diretamente para as situações nas quais fazemos certas afirmações e observar o papel que elas desempenham em nossas vidas. É sempre sob circunstâncias práticas de funcionamento dos jogos de linguagem que analisaremos como temos permissão para fazer algo e veremos qual a importância que esses jogos de linguagem adquirem para as nossas vidas.

O problema fundamental desta discussão de *ORPL*, agora saliente, é o de como a linguagem tem significado. Como a sentença “Jones quer dizer mais por mais” chega a ser analisada agora como constituída e permeada por sentido, levando em conta as condições de asserção? Fazendo adentrar essa análise em nossa vida prática, segundo as condições necessárias para as afirmações linguísticas cotidianas, percebemos fortemente o seu sentido, uma vez que ela é analisada mediante um contexto intersubjetivo, em que os jogos de linguagem adquirem funcionalidade e utilidade. A questão das condições de asserção devolve sentido a uma discussão sobre o significado linguístico e sobre a intencionalidade de atribuição de sentido mediante o uso de nossas palavras.

Submetendo a sentença “Jones quer dizer adição por mais” à análise das condições de asserção, a novidade é que, analisada sob essas circunstâncias realmente poderemos dizer que a afirmação mencionada é dotada de sentido, podendo ser considerada verdadeira ou falsa. O fundamental é que essas condições sejam analisadas com referência a uma comunidade, na equação de análise das condições de asserção mediante a referência intersubjetiva.

Aplicando as condições de asserção à frase acima, temos o que segue: a) qual a condição para atribuir essa competência a Jones (que ele segue mais por mais)? E depois, b) qual a importância para as nossas vidas desse tipo de afirmação, isto é, de afirmar que as pessoas de fato dizem o que pretendem dizer?

Kripke usa a questão do ensino e do teste na relação entre mestre e aluno como fundamental para explicar a primeira questão (letra a). A visão de *ORPL* para a forma como agimos cega e automaticamente perante a questão de  $57+68$  tem a ver com a questão do ensino, na relação entre Jones e Smith, em que Jones é o aprendiz e Smith o mestre. Kripke está abordando o ponto de como podemos explicar a normatividade a partir de um processo de ensino. A Jones é apresentado um número tal de adições que ele deve responder a Smith. Quando será possível que Smith atribua a Jones a capacidade de seguir a regra de adição, dizendo que Jones de fato segue corretamente a regra? Simples: a partir de um teste que ponha à prova as respostas de Jones, analisando-as se elas são as mesmas que o professor daria para aqueles casos. A analogia que está sendo trabalhada por Kripke é entre as respostas de um indivíduo e as da comunidade para certas questões. Na analogia, o professor representa

as respostas da comunidade. Dessa forma, o padrão de correção para as respostas do indivíduo é o da comunidade. Só depois de ter passado no teste de verificação da capacidade de resolver problemas com base na função de mais é que diremos que Jones é uma pessoa que usa a regra de forma competente. Assim é que a comunidade terá como se justificar na atribuição da competência de seguir regras que impõe aos indivíduos. Cabe ressaltar que o ponto importante para que a comunidade diga que o indivíduo está seguindo as regras corretamente será a comparação entre as respostas do indivíduo e as respostas que a comunidade como um todo estará inclinada a dar para questões de soma. O objetivo será ver se elas concordam ou não umas com as outras.

Será a comunidade ou o ponto de vista da comunidade que julgará se o sujeito está seguindo corretamente a regra de adição ou não. Interessante destacar o papel da importância do *teste*. Qualquer indivíduo que diz ter aprendido o conceito de somar será *testado* e *julgado* pela comunidade em termos de se ele dá respostas adequadas com as da comunidade em um número de casos suficiente para nos fazer concluir que o indivíduo *pode continuar sozinho*. Aquele que passa nos testes é considerado um membro da comunidade, compartilha da mesma forma de vida que caracteriza as práticas que aquela comunidade desempenha. Ao indivíduo será então atribuído o domínio de uma regra, de um conceito, passando a ser um membro aceito daquela comunidade.

No decorrer desse processo, os erros serão corrigidos. Eles serão sempre compreendidos como acidentais, isto é, sem que retirem do indivíduo a atribuição de competência feita pela comunidade. Se, no entanto, as respostas do indivíduo passarem a ser absurdas permanentemente, ele não mais será considerado por todos como um seguidor hábil da regra que está sob teste e não estará apto a participar da vida em comunidade no que tange àquela questão. E, em termos do procedimento de adição, o professor buscará verificar se o aprendiz está usando o mesmo procedimento que ele está inclinado a usar. *Toda vez* que Jones der uma resposta, ele será testado em termos de qual resultado ele deu. Ele dirá: “Já sei fazer o cálculo”. As demais pessoas estarão abertas à sua resposta e a analisarão, comparando-a com as que a comunidade mesma dá. Se for a mesma, dirão que de fato Jones sabe fazer o cálculo e usar adição por mais. Se errar, dirão que ele não procede da forma padrão e não dominou a função ou que quer dizer outra coisa por adição.

Essa verificação é feita na prática, e não com a comunidade buscando experiências psicológicas na mente de Jones. Tem a ver com um processo de interação social, entre expectativas, exigências mútuas e atribuição de competências elementares para a própria vida social.

A explicação da segunda questão (letra b), referente a que utilidade têm em nossas vidas afirmações como esta, é simples e basta perceber que para nós é importante que Jones saiba o que quer dizer de modo geral e que o faça com competência. É, além disso, importante que possamos fazer essa atribuição a todas as pessoas, pois a vida da sociedade depende disso.<sup>67</sup>

### 3.13 Agreement

Para que a comunidade atribua o domínio de uma regra a um indivíduo é necessário o teste, sob circunstâncias tais que venha a ser possível garantir a atribuição desse conceito ao indivíduo. Esse jogo de atribuir o domínio e a competência ao seguir uma regra é central para a comunidade, em termos de utilidade e importância. O que perpassa todo esse processo é que a comunidade como um todo concorda em suas próprias práticas. É dessa concordância prévia que surge o padrão para avaliação das respostas dos indivíduos. Sem ele, sequer poderíamos dizer que alguém segue uma regra que está fundada no modo de vida padronizado da comunidade. É esse pano de fundo de concordância que origina a possibilidade de seguir uma regra e que estabelece que comportamentos são aceitos como corretos ou errados. E vimos que o indivíduo se insere nessa forma de vida comunitária pelo treinamento. Kripke ainda ressalta que sem esse acordo não haveria um padrão na comunidade e nem mesmo poderíamos dizer que Jones quer dizer “mais” por “mais”, pois sequer esse jogo de linguagem poderia existir. O modo de proceder, de responder às atitudes que tomamos e as respostas que damos constituem nossa forma de vida característica. É nela que usamos a adição por “mais” e não por “quais. Compartilhar uma forma de vida é compartilhar as mesmas regras, ter em comum os mesmos jogos de linguagem, o mesmo domínio de conceitos, conforme aponta

---

<sup>67</sup> Diz Kripke (1982): “Now Wittgenstein’s general picture of language, as sketched above, requires for an account of a type of utterance not merely that we say under what conditions an utterance of that type can be made, but also what role and utility in our lives can be ascribed to the practice of making this type of utterance under such conditions. We say of someone else that he follow a certain rule when his responses agree with our own and deny it when they do not; but what is the utility of this practice? The utility is evident and can be brought out by considering again a man who buys something at the grocer’s. The customer, when he deals with the grocers and asks for five apples, expects the grocer count as he does, not according to some bizarre non-standard rule; and so, if his dealings with the grocer involve a computation, such as  $68+57$ , he expects the grocer’s responses to agree with his own. Indeed, he may entrust the computation to the grocer. Of course the grocer may even make dishonest computations. But as long as the customer attributes to him a grasp of the concept of addition, he expects that at least the grocer will not behave bizarrely, as he would if he were to follow a quus-like rule; and one can even expect that in many cases, he will come up with the same answer the customer would have given himself. When we pronounce that a child has mastered the rule of addition, we mean that we can entrust him to react as we do in interactions such as that just mentioned between the grocer and the customer. Our entire lives depend on countless such interactions, and on the ‘game’ of attributing to others the mastery of certain concepts or rules, thereby showing that we expect them to behave as we do” (KRIPKE, 1982, p. 92-93).

*ORPL*. A inserção de respostas como a comunidade as dá é o que decorre do compartilhamento da mesma forma de vida da comunidade pelo indivíduo. E a explicação de nosso modo natural de vida não deve ser feito de maneira teórica. Os jogos de linguagem fundamentais existem em virtude deste pano de fundo de concordância em práticas, em respostas e procedimentos em nível de comunidade.

Kripke quer fugir de uma visão causal e teórica da forma de vida, querendo mostrar que não dominamos as práticas que dominamos em virtude de uma aprendizagem conceitual, e sim por uma inserção prática em costumes fundamentais<sup>68</sup>.

Por exemplo, sob que condições as pessoas estão legitimadas a aceitar uma formulação do indivíduo como “eu sinto dores”? Como, no caso de uma afirmação que tem por base o interno, se dá a concordância (*agreement*) e é possível a atribuição de dor à pessoa que afirma ter dores? As condições se dão com base na observação do comportamento da pessoa e do contexto no qual ela faz a afirmação. Ou seja, nesse caso, fazemos uso de um critério externo para poder afirmar isto. Se o indivíduo afirmar a dor em certas condições, atribuiremos a dor a ele e diremos que ele sabe usar a expressão, que ele tem o domínio dessa forma de expressão. Será a mera afirmação debaixo das condições apropriadas que levará a comunidade a compreender que a pessoa realmente tem dores e que sabe usar esta forma de expressão, e fará com que as pessoas ao redor a ajudem. Assim ocorre que, no caso da linguagem para sensação, o *agreement* opera em parte através de um critério externo para confissões de outra pessoa. (KRIPKE, 1982. p. 105). A análise que fazemos aqui é centrada em juízos e afirmações das pessoas, com base nas circunstâncias sob as quais eles são feitos. Suas respostas a problemas e comportamentos são as matérias-primas que temos para avaliação e testabilidade, para a consequente atribuição de competência no domínio de uma regra ou de uma prática importante para a sociedade.<sup>69</sup>

---

<sup>68</sup> “Rather our license to say of each other that we mean addition by ‘+’ is part of a ‘language game’ that sustains itself only because of the brute fact that we generally agree. (Nothing about ‘grasping concepts’ guarantees that it will not break down tomorrow)” (KRIPKE, 1982, p. 97).

<sup>69</sup> “Wittgenstein has no theory of truth conditions – necessary and sufficient conditions – for the correctness of one response rather than another to a few addition problems. Rather he simply points out that each of us *automatically* calculates new addition problems (without feeling the need to check with the community whether our procedure is proper); that the community feels entitled to correct a deviant calculation; that in practice such deviations is rare, and so on” (KRIPKE, 1982, p. 111-112).

### 3.14 A Refutação da Visão Tractariana

Segundo Kripke, uma novidade introduzida pelas *Investigações* é rechaçar o modelo tractariano<sup>70</sup>. Ele lê a mudança na filosofia de Wittgenstein desde o *Tractatus* até as *Investigações*, como uma que vai das condições de verdade até as condições de asserção, quando a questão em pauta é o significado. A teoria das condições de verdade pergunta que fato dá fundamento e torna verdadeira uma afirmação. O sentido e a verdade de uma afirmação dependem de um fato no mundo que exista e sirva de garantia ao conteúdo dessa sentença. A sentença assumirá um valor de verdade determinado em relação direta com a verificação da existência ou inexistência de um fato que ela espelha. Enfim, no *Tractatus* está presente a visão que é atacada pelo cético de Wittgenstein nas *Investigações*. Essa visão, segundo Kripke (1982), é a ideia fundamental do *Tractatus*, descrita por ele da seguinte maneira:

The simplest, most basic idea of the *Tractatus* can hardly be dismissed: a declarative sentence gets its meaning by virtue of its *truth conditions*, by virtue of its correspondence to facts that must obtain if it is true. For example, “the cat is in the mat” is understood by those speakers who realize that it is true if and only if a certain cat is on a certain mat; it is false otherwise. The presence of the cat on the mat is a fact or condition-in-the-world that would make the sentence true (express truth) if obtained. (KRIPKE, 1982, p. 72)

Para o *Tractatus*, a relação entre sentença e a existência de um fato que, de qualquer forma, a espelhe, que tenha a mesma estrutura lógica factual que a sentença guarda entre seus nomes, é a forma como a linguagem se relaciona com a realidade, através de uma relação pictórica. Já do ponto de vista das *Investigações*, há uma outra visão que é implementada, que se explica em termos de condições de asserção. Para a questão das condições de asserção, é paralela a necessidade de uma visão que leve em consideração o indivíduo inserido numa comunidade. Recordemos a formulação anteriormente mencionada acerca das condições de enunciação que Kripke (1982) nos apresenta:

(We have different activities related to each other in various ways). Wittgenstein replaces the question, “What must be the case for this sentence to be true?” by two others: first, “Under what conditions may this form of words be appropriately asserted (or denied)?”; second, given an answer to

<sup>70</sup> Nas palavras de Kripke: “All that is needed to legitimize assertions that someone means something is that there be roughly specifiable circumstances under which they are legitimately assertable, and that the game of asserting them under such conditions has a role in our lives. No supposition that ‘facts correspond’ to those assertions is needed” (KRIPKE, 1982, p. 77-78).

the first question, “What is the role, and the utility, in our lives of our practice of asserting (or denying) the form of words under these conditions?”. (KRIPKE, 1982, p. 73)

Segundo o Wittgenstein de Kripke busca mostrar, há certas condições para o funcionamento da linguagem, mas estas não são corretamente explicadas através da visão privatista, que busca em conteúdos internos especiais as explicações básicas para o funcionamento da linguagem e para o seguimento de regras. A forma como essas condições são entendidas pela corrente tractariana é o que Kripke chama de condições de verdade, e são oriundas da visão privatista de linguagem, que compartilha os pressupostos combatidos pelo cético até o momento. Segundo ele, a resposta à questão sobre o significado da linguagem não pode ser dada mediante o favorecimento de algum conteúdo sobre mim, no nível mental e individual ou sobre o mundo. Tais conteúdos seriam as condições de verdade requeridas pela visão privatista para o funcionamento com sentido da linguagem.

Nesse sentido, Kripke se preocupa em dizer que talvez seja muito forte sustentar que, nas *Investigações*, Wittgenstein proponha uma visão geral, uma *teoria*, do funcionamento da linguagem, alternativa ao *Tractatus*.

Salientando a composição dessa visão, Kripke mostra que nela há um componente verificacionista, assim como também havia com a noção de condição de verdade, mas difere radicalmente da anterior ao pedir também pela utilidade para nossas vidas do que desempenha um jogo de linguagem determinado. Dado que um jogo de linguagem permite um movimento linguístico em certas condições, a questão do papel e utilidade em nossas vidas de tal permissão é também uma condição para estabelecer o significado da linguagem. Na questão da possibilidade, das condições nas quais posso fazer certa afirmação, “Such a role must exist if this aspect of the language game is not to be idle” (KRIPKE, 1982. p. 75). Quando um movimento na linguagem é feito, quais as condições que o permitiram, e qual o papel em nossas vidas de tal permissão<sup>71</sup>.

---

<sup>71</sup> Diz ele: “In the place of this view, Wittgenstein proposes an alternative rough general picture. (To call it an alternative *theory* probably goes too far) Wittgenstein disclaims (65) any intent of offering a general account of language to rival that of the *Tractatus*” (KRIPKE, 1982, p. 73).

## 4 AVALIAÇÃO DA INTERPRETAÇÃO KRIPKEANA DE WITTGENSTEIN

Dedicaremos este capítulo para a avaliação da posição defendida por Kripke em ORPL. Novamente, dividiremos um capítulo em duas partes, mas dessa vez reservando uma delas para o que entendemos ser uma avaliação negativa, onde buscamos expor os pontos insuficientes da interpretação, e a outra para destacarmos aqueles pontos interessantes que se revelam como merecedores de atenção. A última parte é entendida como uma avaliação positiva.

### 4.1 Avaliação Negativa

Antecipando o eixo principal da análise, buscaremos destacar fundamentalmente que há um *pressuposto epistêmico* na interpretação kripkeana, que acaba perpassando os pontos principais de sua leitura. Dada a centralidade dessa questão, ela acaba sendo imprescindível e incontornável, atingindo todo o seu trabalho sobre Wittgenstein. O objetivo será mostrar que é devido a esse ponto de partida que Kripke entende os parágrafos 201, 202 e o ALP como tratando de um problema cético por excelência e que esse pressuposto traz prejuízos a todos os aspectos wittgensteinianos que perpassam *On Rules and Private Language*.

#### 4.1.1 Avaliações negativa e positiva

Nesta altura do trabalho, podemos constatar que Kripke trabalha com um problema central tipicamente wittgensteiniano. Afinal, a questão da determinação do significado ocupa um lugar fundamental na filosofia do segundo Wittgenstein, como buscamos evidenciar nos capítulos anteriores.<sup>72</sup> Esse ponto deve ser concedido a Kripke. No entanto, em sua chave de leitura, em que ele pretende oferecer ao problema uma resposta igualmente wittgensteiniana, Kripke apresenta uma reflexão que é passível de análise quanto à sua correção. A concessão de um problema wittgensteiniano não implica, no caso de Kripke, uma solução tipicamente wittgensteiniana. É sobre esse ponto que a primeira parte deste capítulo versará.

<sup>72</sup> Podemos explicar como se articulam um problema genuinamente wittgensteiniano e a interpretação kripkeana usando as palavras de Boghossian: “The idea is that thoughts that someone may have had concerning how he is prepared to use a certain expression will help determine a meaning for that expression only if their correct interpretation is presupposed. But this is equivalent to assuming, Kripke suggests, that the skeptical challenge has been met with respect to the *expressions that figure in those thoughts*. But how was their meaning fixed? Not by facts about their actual or counterfactual history of use (if the argument against a dispositional account of meaning is to be believed); and not by facts concerning associated experiential episodes. Hence – on the assumption that no other sort of fact is relevant to fixation of meaning– by nothing” (BOGHOSSIAN, 2002, p. 145).



De outro lado, se essa solução é advinda de interpretação que pode ser afastada de uma compreensão adequada das *Investigações*, não é interessante que fechemos os olhos a pontos interessantes que ela suscita. Há, nela, tópicos que nos agradam. Mostrar quais são eles será o aspecto positivo da avaliação, que guardaremos para a segunda parte do capítulo. Eles são tomados como centrais para uma interpretação comunitarista, considerando-se as ressalvas que passaremos a expor.

#### 4.1.2 As questões do ceticismo e da justificação

A afirmação mais cogente que Kripke faz em seu livro é a de Wittgenstein ser um cético a respeito do seguir regras e do significado. Ele faz essas afirmações a partir de sua leitura e interpretação dos parágrafos 201 e 202 das *Investigações*. Em torno desse ponto gira boa parte da bibliografia que debate a visão kripkeana de Wittgenstein. De nossa parte, defenderemos que uma afirmação nesse sentido é dotada de alguns pressupostos problemáticos que devem ser discutidos e elucidados.

Temos de referir novamente que o problema que orienta a propositura da questão e da solução cétricas é: em que se apóia a determinação do significado? Considerando-o, podemos afirmar que, em *ORPL*, essa questão está colocada num nível de *justificação*. Isto é, a pergunta pela determinação do significado é uma pergunta pela justificação do significado. É este o ponto que torna o argumento de Kripke digno de ser examinado. Conforme implicado em seu texto, a questão da determinação do significado em Wittgenstein (1995) se daria em termos das razões que temos para justificar ou garantir o sentido de nossas afirmações. Determinar o significado seria questão de sempre remeter, ou poder remeter, a uma instância de justificação independente que garanta a correção e o nosso conhecimento do que afirmamos. Com a questão colocada nesses termos, esse fator é o que torna a comunicação possível, onde quer que o encontremos. Como vimos, Kripke insere a “referência à comunidade” como critério para a justificação de nossas afirmações. Faz isso como resultado de uma disputa cética, onde o cético saiu vitorioso.<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> Bloor (2002) busca, como Millikan (2002), desenvolver uma resposta direta ao desafio cético, mas através da idéia de regras e significado como instituições (costumes) sociais. Neste sentido, ele procura dar uma resposta sociológica ou coletivista ao cético, mediante o levantamento de um fato sobre a sociedade e sobre o lugar do agente nela, e não uma resposta naturalista. Este seria um fato institucional sobre o indivíduo. Percebemos que a sua abordagem vai totalmente para o lado comunitário, fazendo-o desconsiderar qualquer possibilidade normativa em termos de nossa natureza biológica. Em sua visão, uma resposta para a questão da normatividade que considere afetos e inclinações de nossa natureza biológica é sempre tratada como referência a algo individual, como uma abordagem focada no indivíduo. Ele associa a abordagem naturalista como algo que anda na contramão do pretendido por Wittgenstein, uma vez que nos faz identificar padrões de

O que há por trás da afirmação de que Wittgenstein, em 201, está colocando, na verdade, um desafio cético? Por que Kripke lê a passagem dessa maneira? Como vimos, Kripke diz que a consideração desse problema cético é bem exemplificada através de uma questão sobre o seguir regras na *matemática*. Isto é, de uma reflexão que envolva um caso matemático para a discussão do que está envolvido na questão do seguir regras.

Tais pontos, o do âmbito da *justificação* e o da exemplificação da questão do seguir regras através de um exemplo *matemático*, terão grande importância para nós, pois nos permitirão apontar para o alto grau de sofisticação intelectual no qual se move a discussão sobre o significado em Kripke, durante o desenvolvimento de seu argumento cético. Ao final, analisaremos se este *nível* em que o problema é colocado por Kripke corresponde ao tratamento que Wittgenstein dá à questão.

Defenderemos que, no fato de Kripke estar propondo a leitura de 201 como um paradoxo cético, está implicitamente envolvida uma compreensão epistemológica do problema lá colocado por Wittgenstein<sup>74</sup>. É neste sentido que mencionamos o “alto grau de

---

certo e errado com tendências subjetivas ou sentimentos. Uma teoria sociológica sobre regras é que seria o ponto legítimo para explicar a questão da normatividade e fugir do individualismo e da noção determinista de significado que Wittgenstein combate. Sua teoria aparece como coletivista devido ao fato de, mesmo percebendo o recurso de Wittgenstein a ideias biológicas e mecânicas para explicar nosso ensino em regras e práticas, quando analisamos o aspecto fundamental da normatividade, nós não podemos dizer que a questão da normatividade é instintiva. Diz ele: “Biological and mechanical models, then, can help explain why our response to a finite number of examples might contain within itself an innate tendency to go beyond them [...] So far the account has said nothing about whether the move to the next putative instance of a rule or concept is right or wrong. Saying pupils extend their training in ways that seem natural to them, or in ways that come unhesitatingly, does not yet address, let alone solve, the mystery of normativity. We cannot say whatever is instinctive is going to be right. That would reduce norms to the merest subjectivity [...] In order to give normative notions some purchase Wittgenstein told us to reject any identification of standards of right and wrong with subjective tendencies or feelings. For the pure follower instinct, or for those who would trust their automatic reactions, whatever course of action they feel welling up within them would be ‘right’ by definition [...] If the notions of right and wrong cannot be explained by the mechanisms within each individual leading them spontaneously from case to case, what can explain them?” (p. 15) “[...] The normative properties of rules, then, do not derive from the instinctive sources of individual activity, but from the alignment of these different sources in the majority of cases, or what Wittgenstein called ‘the agreement of ratifications’ (RFM VII: 9)” (p. 16). Novamente: “[...] The argument so far may be summarized like this: in following a rule we move automatically from case to case, guided by our instinctive (but socially educated) sense of ‘sameness’. Such a sense does not itself suffice to create a standard of right and wrong. It is necessary to introduce a sociological element into the account to explain normativity. Normative standards come from the consensus generated by a number of interacting rule followers, and it is maintained by collectively monitoring, controlling and sanctioning their individual tendencies” (p. 17) A relação que Bloor (2002) vê entre as dimensões biológica e sociológica é a seguinte: “[...] The three dimensions of Wittgenstein’s theory of rule following have now been identified. They are (1) its biological or psychological aspect, dealing with our instinctive and automatic responses, (2) its sociological or collectivist aspect which concerns the shaping and sanctioning of our innate tendencies and their organization into customs, conventions and institutions, and (3) the background of meaning finitism against which the entire process is set”. (p. 27).

<sup>74</sup> Trazemos parte da reflexão de Boghossian (2002) como evidência para afirmarmos que o problema de Kripke tem um caráter epistêmico, embora ele tenha posição divergente. Ele tenta reinterpretar a interpretação kripkeana para apontar nela um caráter não epistêmico. Porém, para fazer isso, ele realiza um grande exercício interpretativo que inicia trabalhando a visão cética de *ORPL* até que se tenha conseguido

sofisticação intelectual em que se move o problema de Kripke”: no sentido de uma discussão epistemológica sobre o significado. Por isso, o argumento de Wittgenstein incidiu em Kripke como uma *nova forma de ceticismo filosófico*, ponto em relação ao qual podemos levantar objeções e avaliar alguns de seus pressupostos.<sup>75</sup>

Depois de plantar o problema cético, há um movimento interessante em *ORPL* que devemos destacar. Kripke afirma que a *única* coisa que poderia refutar o paradoxo é levantar

---

aparentemente livrar o problema de Kripke de um viés epistemológico. Dessa forma, Boghossian está de acordo com o que o próprio Kripke quer, que é ressaltar o caráter não epistêmico de seu ceticismo. No entanto, o exercício filosófico mencionado é feito de forma duvidosa, controversa e, a nosso ver, insuficiente. Boghossian quer apresentar o problema de Kripke à sua forma para assim fugir do embaraço epistêmico ao qual ele leva. Mas questionamos: para quê? Kripke realmente apresenta seu problema de uma forma epistêmica, tanto que um leitor como Boghossian quer propor novamente o problema, buscando fugir dos embaraços mais incisivos aos quais *ORPL* leva. No texto, ele insere o problema sobre o seguir regras de *ORPL* não mencionando o cético de Kripke, para depois trazê-lo à discussão mostrando que o problema da forma como ele próprio colocou e o do cético de Kripke são o mesmo, e que este apenas assume uma *aparência* epistemológica. Assim a visão epistêmica não seria constitutiva do ceticismo de *ORPL*. No entanto, tomamos este trecho como evidência para a presença epistemológica no problema, a qual Boghossian tenta excluir: “It may seem, then, that the skeptical problem I have described could not be Kripke’s. For Kripke’s problem appears to be essentially *epistemological* in character – it concerns speaker’s ability to defend a particular meaning ascription; whereas the problem I have outlined is *constitutive*, not epistemological – its topic is the *possibility* of meaning, not our knowledge of it. In fact, however, the two problems are the same; Kripke merely chooses to present the constitutive problem in an epistemological guise. Epistemological skepticism about a given class of judgements is the view that our actual cognitive capacities are incapable of delivering justified opinions concerning judgements in that class. Kripke’s skeptic is not after a thesis of that sort. This is evident from the fact that his interlocutor, in being challenged to justify his claim that he means addition by ‘+’, is permitted *complete* and omniscient access to all the facts about his previous behavioral, mental, and physical history; he is not restricted to the sort of knowledge that an ordinary creature equipped with ordinary cognitive powers, would be expected to possess. Kripke’s skeptical scenario is, thus, completely unsuited to promoting an epistemological skepticism. What it *is* suited for is the promotion of a constitutive skepticism. For if his skeptic is able to show that, even with the benefit of access to all the relevant facts, his interlocutor is still unable to justify any particular claim about what he meant, that would leave us no choice but to conclude that there are no facts about meaning. *Pace* many of Kripke’s readers, then, the problem is not – not even in part – epistemological skepticism about meaning. But, of course, one may agree that the problem is constitutive in character, and yet believe it to have an epistemological dimension” (p. 150-151).

<sup>75</sup> Antes, podemos retomar o cerne do problema de Kripke. Como vimos anteriormente, o exemplo dado por Kripke é o de como alguém pode ter certeza da correção de sua resposta ao realizar uma conta que nunca fez antes. Vimos que o que está em questão não são as habilidades de cálculo do sujeito. O fato é que o cético entra em cena recolocando a questão sobre quanto é  $57+68$  num nível metalinguístico, isto é, em termos da *intenção* do sujeito de querer usar uma função matemática determinada, como a de mais. Dessa forma, contra a *confiança* do sujeito em responder 125, o cético planta a dúvida de se ele realmente disse o que ele quis dizer, pedindo por um fato que justifique, que sua *intenção* de atribuição de sentido esteja correta. Neste nível, está em jogo a minha intenção de significar algo por algo, pois eu sempre poderia ter estado errado sobre minhas afirmações passadas e sobre as que faço no presente. Eu nunca posso garantir que esteja usando, com base em minhas intenções, a *mesma* regra de mais que aprendi a usar no passado, pois não há *fato* sobre mim e sobre minha história mental que eu possa trazer para refutar o cético. Este é um problema cético que se estende a todos os usos com sentido que fazemos da linguagem. Diante dele, as próprias noções de regra e significado pareceriam ininteligíveis, isto é, as questões da normatividade e do usar significativamente os termos pareceriam sem sentido. Analisemos a questão que se coloca: como eu sei que não faço um salto no escuro e como estou justificado em dizer que intenciono dizer “mais” por “mais”? Minha intenção de seguir uma regra ou aplicar um conceito *sempre* pode estar e ter estado errada. Enfim, nunca consigo responder por que 125 é a resposta que eu *devo* dar para  $57+68$ . “So it ought to be agreed that *if* I meant plus, then unless I wish to change my usage, I am justified in answering (indeed compelled to answer) ‘125’, not ‘5’” (p. 11).

um *fato sobre mim ou sobre minha história mental*. A pergunta inicial que aparece é sobre os conteúdos de minha mente a serem considerados para mostrar como eu estou justificado em dar a resposta 125 para 57+68. Ou seja, é apenas um fato que prove que meu uso passado estava correto que pode responder diretamente ao cético. Se não for assim, o cético não estará refutado, e, segundo ele, teremos que aceitar a rota do ceticismo, tomando o problema cético por legítimo. Esse parece ser um dos trechos mais curiosos do texto. Por que ele coloca as coisas dessa maneira?

Temos o caso de um cético que propõe um desafio e também as respostas possíveis que poderão refutá-lo.<sup>76</sup> E ainda, se as respostas dadas fugirem às regras que ele impõe, o seu debatedor deve aceitar as suas objeções. Este ponto é interessante para perceber no que o cético está interessado e qual o nível em que seu problema se move: ele pede por uma *justificação* para os meus usos das palavras. E a justificação que ele exige deve ser um *fato* sobre mim ou sobre minha história mental que garanta minha intenção de atribuição de sentido.

É fundamental mencionar, segundo implica a leitura do texto de Kripke, que, para responder ao cético, já devemos pressupor em nós um bom domínio do que significa atribuir significado e da capacidade de fazer usos das palavras, de justificar afirmações, e o conhecimento de regras matemáticas. Tudo isso é pressuposto pela reflexão de Kripke para que o seu problema seja trabalhado. No entanto, devemos observar que todas estas são atividades linguísticas e reflexivas um tanto complexas. É apenas pressupondo esse domínio por parte do sujeito que se pode colocar uma questão sobre as intenções de usos linguísticos. *Kripke pressupõe em seu argumento um indivíduo reflexivo e intelectualizado.*<sup>77</sup>

Ao formular seu problema, Kripke nos dá evidências de que, para ele, o fato de usarmos a linguagem, de seguirmos uma regra e de fazermos afirmações é sempre uma questão de justificação. Segundo a forma de seu problema, as ações têm que estar apoiadas num querer dizer, numa intenção prévia de dizer algo, que, por sua vez, deve ser de alguma forma individualizável, para justificar alguma atribuição de sentido ou ação. Nós sempre

<sup>76</sup> O cético percebe, como vimos antes, que minha história mental passada é igualmente compatível com a hipótese de que eu quis dizer qualquer coisa por uma palavra, e assim deveria ter usado outra palavra que não a que usei.

<sup>77</sup> Quanto à formulação deste desafio cético há uma clara menção de Kripke afirmando que Wittgenstein não formularia um ceticismo sobre intenções de emprego de funções, intenções de atribuição de sentido também, em termos de linguagem, mostrando que esta é claramente uma leitura kripkeana. *Porém, ele afirma que Wittgenstein formularia a problemática com um ceticismo sobre a capacidade de somar, como um problema aritmético apenas. Ou seja, depois confessar que sua leitura cética foge a uma postura de Wittgenstein ele acaba insistindo que Wittgenstein teria adotado uma posição cética sobre este exemplo do seguí regras na matemática (KRIPKE, 1982, p. 12). Observemos que Kripke não abre mão da questão do ceticismo em Wittgenstein.*

temos que poder justificar nossas afirmações de alguma forma, seja através das condições de verdade ou das condições de asserção, ou elas não passarão de “um salto no escuro”.

Trabalhando os problemas da normatividade e do significado segundo uma orientação intelectualista como Kripke faz, isto é perfeitamente perceptível. A questão da possibilidade de justificação de nossas ações e afirmações toma uma dimensão fundamental em relação a ambos. Diz ele: “Nothing justifies a brute inclination to answer one way rather than another” (KRIPKE, 1982, p. 15). Isto é, o impulso oriundo da normatividade, que se mostra ordinariamente numa inclinação bruta que nos dirige a *uma* resposta determinada que *devemos* dar, é a questão em jogo para Kripke. Como explicar o impulso cego para responder a uma regra e à normatividade aí envolvida? Segundo implica o texto, nossa inclinação bruta a responder de determinada maneira tem que ser de alguma forma justificada. Eu devo agir baseado em alguma garantia que dê credibilidade à ação, sob pena de que essa “bruta inclinação” em responder de uma forma não passe de um fantasma, um capricho, uma mera ocorrência sem propósito.

Kripke percebe corretamente o fato da normatividade e tenta dar uma explicação para ela. Ele está certamente preocupado com a natureza da obrigação. Porém, esse fato, explicitado através da menção da bruta inclinação ordinária a responder de determinada forma a alguma questão, a fazer *determinada* coisa tem, para ele, um caráter epistêmico. Não é à toa que o problema cético adquire dessa forma toda a dimensão radical de poder atacar todo e qualquer uso com sentido que possamos fazer das palavras, questionando essa bruta inclinação que temos. O problema cético só adquire essa potencialidade destrutiva, se Kripke compreender previamente que a questão da normatividade é uma questão de agir por justificações ou segundo razões. Dessa forma, basta que o cético plante uma dúvida quanto a elas para que a própria normatividade e o significado possam parecer ideias sem sentido.

Nesses termos, se não forem possíveis as justificações com base em fatos sobre mim ou sobre minha história mental, só nos resta o caminho da comunidade. E o caminho da comunidade, para *ORPL*, é *cético*. Isto ocorre porque a questão fundamental, para a qual o comunitarismo de Kripke propõe uma resposta, é, no fundo, uma questão sobre o conhecimento. Explicando melhor, em *ORPL*, a questão primordial sobre o significado e a normatividade é uma questão epistemológica e não uma questão pragmática. Por isso, sendo insuficiente o caminho do conhecimento, só resta o ceticismo. A questão primordial acerca desses temas é uma questão epistemológica sobre o significado, sobre a normatividade e sobre a intenção. Não é sobre usos ou atividades linguísticas, mas sobre o conteúdo epistêmico e justificatório de nossas afirmações.



Com a questão colocada nesses termos, temos uma explicação de por que qualquer rota alternativa que não seja responder diretamente ao cético será uma rota cética. Voltaremos a essa questão mais adiante. Por ora, resta dizer que é por esse motivo que Kripke coloca o comunitarismo no nível do ceticismo. Ele está no nível de justificação, porém cética. Segundo *ORPL*, o desafio cético é *definitivo*.

Corroborando as conclusões acima, lembramos que Kripke toma um exemplo de seguir regras na matemática para ampliar a reflexão do raciocínio cético. Esse fato também facilita perceber que estatuto ele atribui às questões do significado e do seguir regras e intenções. O exemplo usado para ser modelo de uma questão que pode ser ampliada a todos os usos com sentido que fazemos da linguagem e colocar em risco essas noções já é, por si só, intelectualizado e sofisticado. Ocorre que, em *ORPL*, esse é propriamente o nível a ser levado em conta para o tratamento e discussão desses conceitos. É um ponto que fica evidente, percebendo-se que um cálculo matemático é algo que já exige do indivíduo uma série de informações prévias, como reconhecer um cálculo, dominar o jogo de linguagem de dar respostas e dominar um tipo de raciocínio matemático. Assim sendo, adoção de um exemplo matemático para ilustrar o assunto reflete a má compreensão do ensinamento de Wittgenstein por parte de Kripke e gera prejuízos à sua interpretação, situando mal o problema.

Isto é, pelo próprio exemplo que Kripke escolhe, não podemos cavar mais fundo em direção ao “*background*” que Wittgenstein aponta a respeito da questão do seguir regras. Esse seria o prejuízo fundamental da interpretação kripkeana. Porém, podemos dizer que nem interessa a Kripke fazer isso, dada a forma como seu problema é colocado e como compreende as questões que estão em jogo. Querendo explicar como sigo as direções que sigo, *ORPL* sequer chega a tocar e a explorar de forma radical os assuntos do “adestramento” e do aprendizado inicial, levantados por Wittgenstein. Ou seja, a famosa solução de “seguir regras cegamente” adquire em *ORPL* uma leitura que não atinge o ponto básico e fundamental que entendemos estar sendo tratado nas *Investigações*.<sup>78</sup>

---

<sup>78</sup> Kripke mesmo é forçado a admitir, que nós não agimos automaticamente no ato de seguir uma regra, e sim que procedemos com base num algoritmo que aprendemos que nos dá as instruções do que devemos fazer. (KRIPKE, 1982, p. 16) Ocorre que, dada a própria natureza do exemplo, não poderíamos obter uma explicação que fosse de outra maneira. Em Kripke, a ideia de que “respondemos à questão com base em um algoritmo” já implica referência a algo não irrefletido, não irracional, como algo que exige raciocínio. O sentido em que Kripke usa o termo algoritmo em seu texto é para contrapor a algo automático, é uma noção mais intelectualizada de seguir regras.

#### 4.1.3 Jogos de linguagem em contexto e a instância básica da ação

Como Kripke explica a questão fundamental de “seguir uma regra cegamente”, dada a orientação de *ORPL*? Mencionamos que sua visão intelectualizada das questões de Wittgenstein pode trazer-lhe prejuízos para a compreensão dessa questão. Com esse exemplo matemático, ele necessariamente fala de alguém que já tem domínio linguístico e conceitual para seguir uma regra, cegamente ou não. Ou seja, esse exemplo não é bom para explicar o lado radical da reflexão de Wittgenstein.

Seguir cegamente uma regra adquire sua conotação própria se o “cegamente” em pauta for explicado em termos de um contexto inicial do seguimento de regras. Para melhor compreender essa questão, devemos fazer a diferenciação entre dois contextos de funcionamento dos jogos de linguagem, onde práticas normativas aparecem: o contexto básico e o contexto reflexivo. Esta sutileza fará toda a diferença para avaliar o caráter da solução comunitarista de Kripke, que não a menciona.

Com base em alguns estudiosos como Zilhão (1993) e Chabanchik (2008), podemos apontar para o fato de que, em Wittgenstein, há uma diferença entre dois contextos fundamentais onde se desenvolvem os jogos de linguagem. De um lado, estão os usos linguísticos enraizados nas práticas comunitárias, adotados e construídos intersubjetivamente durante tempos, testados com relação ao mundo em termos de sua utilidade.<sup>79</sup> Nessa dimensão se dá o contexto elementar do seguir regras, espelhado na inserção primeira do indivíduo nessas práticas fundamentais disponíveis. De outro lado, há usos como utilização, “como instância concreta de aplicação de uma palavra ou expressão”<sup>80</sup> (ZILHÃO, 1993, p. 182).

Em outras palavras, há os usos fundamentais e os usos reflexivos, os usos que se dão por convenção e os usos que já ocorrem antes de qualquer convenção se tornar possível, ou seja, “como una práctica que antecede la formulación de su gramática” (CHABANCHIK, 2008, p. 241). Os usos mais fundamentais são frutos de práticas, interações que vão se

<sup>79</sup> Há um trecho interessante de Zilhão (1993): “O uso de palavras como ‘treino’, ‘técnica’, ‘aprendizagem’ ou ‘adestramento’ por Wittgenstein tem, neste contexto, exactamente a função de pôr em evidência o carácter não reflexivo e não cognitivo que ele atribui ao nosso comportamento de seguir regras” (p. 183).

<sup>80</sup> Zilhão (1993) complementa a reflexão: “Mas aqui Kripke passa também por cima de uma distinção importante: a do uso entendido como uso estabelecido, sedimentado na prática dos utentes de uma determinada linguagem e a do uso como utilização [...] No texto em alemão das *P.U.*, a primeira destas ideias é expressa através do termo *Gebrauch*, enquanto que a segunda é expressa através do termo *Verwendung*. Ora, quando Kripke diz que os critérios para decidir da correcção ou incorrecção de uma atribuição a alguém de uma determinada intenção de atribuição de sentido são constituídos pela comparação entre o modo de agir da pessoa a quem se atribui a referida intenção e da comunidade linguística em que ela se insere, ele não menciona de que esse modo de agir da comunidade que serve de padrão de correcção não é necessariamente o modo actual de agir desta mas aquele que ficou sedimentado ao longo da sua prática linguística, isto é, aquele que surge como ‘natural’ na forma de vida no seio da qual ela se desenvolveu” (p. 183).



estabelecendo e podem dar origem a práticas e usos mais articulados. É claro que essa forma mais rudimentar pode ser vista como convenção, mas é uma convenção prática, não fruto de uma convenção linguística. Ela não é temática ou conceitual.<sup>81</sup> É a instância básica das práticas normativas, nas quais os indivíduos se inserem ao começar a aprender a viver como os demais, desde o nível comportamental até o linguístico.

Podemos demonstrar a incorreção da visão comunitarista de Kripke apontando para as diferenças contextuais no funcionamento dos jogos de linguagem. Trazemos a afirmação de Chabanchick<sup>82</sup>:

Vayamos ahora a la evaluación de la llamada “paradoja escéptica” que acabamos de presentar sucintamente, utilizando la diferenciación de contextos. Es claro que en el contexto ontogenético no hay posibilidad alguna de que surja la paradoja, porque el no hablante no tiene medio alguno para reinterpretar la regla en cuya identificación y aplicación el adulto lo está entrenando y este no podría realizar tal entrenamiento si no transmitiera la regla junto con el conjunto de reglas, ejemplos y enunciados con los que funciona conectivamente. Entonces, el no hablante sigue la regla ciegamente y el hablante, dentro del contexto ontogenético en el que es quien posee la regla y la transmite, tampoco puede poder en cuestión la regla indicando que no está justificada. En pocas palabras, el juego de lenguaje de la paradoja no puede ser originario, solo se hace posible una vez que el contexto ontogenético ha cumplido su papel y un nuevo hablante se ha incorporado al juego de lenguaje normalizado. Ahora bien, en el contexto normalizado donde todos los que participan son hablantes en *condiciones de igualdad*, el juego de la paradoja escéptica es perfectamente posible precisamente debido a que hay estos dos contextos, cada uno de los cuales es la condición de posibilidad del otro, pues cómo accedería el no hablante al contexto normalizado sin un proceso que lo haya constituido como tal y cómo se haría esto posible si no hubiera ya hablantes normalizados? El juego de la paradoja es claramente una anomalía que es posible producir en medio del funcionamiento de contexto normalizado. Esta anomalía es, propongo, un síntoma de que la normatividad del significado está confinada al hecho de que la normalidad fue establecida a través de un proceso en donde se *atribuyó* a cierta regularidad una *función* normativa. Sin embargo, si el juego escéptico no puede ser originario, es porque el juego de la fundamentación tampoco puede serlo, pues ambos juegos pertenecen al mismo “espacio lógico”, el de la normalidad establecida. Entonces, podemos aceptar el argumento escéptico siempre y cuando tengamos presente que no se aplica al contexto ontogenético, como también podemos aceptar la viabilidad de algunas teorías del significado que pudieran responder al asunto, pero también asumiendo que no puede pretenderse que el contenido de estas teorías se identifique con los hechos

<sup>81</sup> Sobre a situação de aprendizado da criança está o parágrafo 6 das *Investigações* (1995, p. 4).

<sup>82</sup> O texto de Chabanchik é esclarecedor sobre o assunto. Sua posição geral é defender a tese da faticidade do significado em Wittgenstein. Isto é: “la facticidad del significado se identifica con el hecho de que estamos inmersos en una práctica lingüística y esta práctica forma parte de un conjunto muy variado de prácticas, juicios y creencias que dan consistencia a lo que Wittgenstein llamó formas de vida” (p. 245). Ele utiliza algumas nomenclaturas como contexto ontogenético e contexto normalizado para explicar a diferença contextual de usos e aquisição da linguagem. “hablar de ontogénesis pretende señalar que se trata de un conjunto de procesos que posibilitan que alguien que aun no domina completamente la técnica del lenguaje, la vaya adquiriendo”, até a normalização do seu uso (CHABANCHIK, 2008, p. 242).

originarios, pues en el nivel originario no podemos ir más allá de aquellas prácticas que han constituido los juegos de lenguaje al constituir a sus hablantes-oyentes-intérpretes, esto es, las prácticas que han emplazado las formas de vida en las que participan los miembros de la comunidad de hablantes. (CHABANCHICK, 2008, p. 247-248)

É o fato de Kripke passar por cima dessa distinção que nos faz perceber os problemas de sua interpretação. Por um lado, ele lega uma perspectiva intelectualizada incontornável da sua compreensão do problema de Wittgenstein. Já mencionamos algo sobre esse ponto, que retomaremos mais adiante. Por outro lado, perfaz um caráter dogmático à sua leitura da perspectiva comunitarista sobre significado, no sentido de não fazer a crítica da origem da atribuição de importância fundamental aos usos comunitários dos termos. Sem essa diferenciação, atribuir todo o peso normativo aos usos comunitários parece colocar o critério das distinções entre certo e errado do lado do consenso comunitário, num sentido de maioria democrática, como sendo essa a posição de Wittgenstein. No entanto, Wittgenstein afirmou que o significado é aquilo que aparece quando nós explicamos o significado de alguma coisa.<sup>83</sup> E nós não explicamos o significado das coisas apelando para o que as pessoas fazem.<sup>84</sup>

Em *ORPL*, é mencionada a relação entre diferentes usos da linguagem: usos individuais e usos coletivos. Mesmo enfatizando essa diferença, os usos que as pessoas fazem da linguagem permanecem com o mesmo estatuto dos usos coletivos da linguagem, pois Kripke não realiza uma análise da natureza mais profunda desses usos, distinguindo suas instâncias. Porém, mesmo assim, ao final, Kripke apela aos usos da comunidade como tendo supremacia frente aos usos individuais. Ao fazer isso, Kripke adota um comunitarismo dogmático.

Em seu texto, o filósofo não se preocupa em oferecer uma explicação da natureza e do estatuto dos usos coletivos, para então estabelecê-los como primordiais frente aos usos individuais. Simplesmente é concedida a eles uma predominância que, devido à falta de distinções e explicações nesse ponto, toma um caráter questionável. Não é fornecida qualquer explicação das suas características, focada em atenção ao estabelecimento gradativo de práticas e usos linguísticos na comunidade para então explicar porque ele os entende como primordiais. A questão que permanece é porque Kripke coloca os usos da comunidade acima dos usos individuais, como critério balizador para o emprego dos termos linguísticos? De

<sup>83</sup> Nesse sentido, 560 das *Investigações* (1995, p. 149).

<sup>84</sup> Diz Williams (2002): “Conformity is not a justification, but conformity within bedrock practices is necessary for the possibility of engaging in the language games of justification and knowledge” (WILLIAMS, 2002, p. 7). Conformidade é essencial, mas ela não é uma justificativa. Ela é um fato de nossa natureza cooperativa.

onde vem essa preferência pela comunidade? Sem uma resposta para essa questão, esta é a natureza do comunitarismo de Kripke: uma imposição.

Desaparecendo a explicação da origem fundamental da normatividade, Kripke coloca a própria fonte da distinção entre certo e errado apelando para uma espécie de “consenso democrático”. Isto é, para valorar uma ação, avaliamos as respostas dos indivíduos com base nas respostas comumente aceitas, pelos usos comumente efetuados. Com base numa posição assim, a forma como Kripke explicaria o correto e o incorreto sobre quanto é 2 mais 2 seria apelando para a resposta que a comunidade dá. Quer dizer que se a comunidade passasse a dar 5 como resposta para 2 mais 2 e isso se tornasse um costume, 5 seria a resposta correta.

A leitura de Kripke parece ser esta, pois está implicitamente colocado em sua solução comunitária que apontar à natureza pública do significado é buscar o critério de justificação para a normatividade nas práticas e nas ações comunitárias. Dessa forma, no sentido kripkeano, responder 125 à questão de quanto é 68 mais 57 estará correto, *pois é a resposta que a comunidade dá*. Estaremos justificados em nossa intenção de atribuição de sentido e de seguir regras se obtivermos corroboração das nossas atribuições de sentido e atividades de seguir regras nas práticas comunitárias.

Porém, imaginemos o caso de uma comunidade que aprende um jogo qualquer e que, porventura, tenha aprendido mal determinada regra. Digamos que seja a regra X, que foi compreendida como X-. Mesmo assim, no interior da comunidade, sempre que as pessoas desejam, realizam o jogo da forma como aprenderam, sem maiores problemas entre elas. Suponhamos que um estrangeiro chegue de viagem àquela comunidade e que seja convidado para uma partida. De imediato, ele estranha a presença de X-, e afirma que, ao certo, deve-se proceder de acordo com X. Temos aqui o caso em que há a divergência entre a forma de proceder de um indivíduo e de uma comunidade, no que diz respeito à regra de um indivíduo e a da comunidade, sobre o jogo em questão. No entanto, trata-se de um caso em que é o uso do indivíduo, e não o da comunidade que deve ser visto como o correto, não se podendo apelar à visão da comunidade para levantar o correto sobre aquela regra do jogo. Entendemos que esta seria a sugestão de Kripke para a solução do impasse.<sup>85</sup>

---

<sup>85</sup> Há o exemplo dado por Zilhão (1993): “Uma situação como a provocada pelo Doutor Ox na novela homônima de Júlio Verne, na qual a invenção de uma máquina produtora de oxigênio enlouqueceu toda a comunidade, não faria com que os usos linguísticos de um hipotético membro da comunidade que tivesse estado ausente desta durante a ocorrência destes acontecimentos e subitamente regressasse passassem a estar errados por terem deixado de estar de acordo com os usos caóticos da comunidade enlouquecida. Sem mencionar a distinção entre *Gebrauch* e *Verwendung*, caso acima referido, é óbvio que os usos linguísticos do utente repentinamente regressado seriam os corretos, enquanto que os de todo o resto da comunidade seriam os

Kripke faz referência a contextos diferentes de aprendizagem, mencionando a relação entre crianças e adultos<sup>86</sup>, porém também o faz de uma forma pouco atenta à grande diferença contextual que apontamos, compreendendo essa diferença de contextos de aprendizagem precisamente no campo da justificação, do conhecimento. Isto é, o seu problema cético está num nível mais “sofisticado”, em que a dúvida e a reflexão podem aparecer. Conforme a distinção apontada, no contexto inicial nós não podemos refletir sobre a regra. Nessa instância, nós apenas nos “conformamos” com a regra, apenas a seguimos. Fica claro que a discussão de Kripke não se move no âmbito do aprendizado inicial. Qual seria o sentido de um cético chegar a uma criança e tentar colocar-lhe o problema cético? Não ocorreria nada, ela sequer poderia duvidar. O problema cético só cabe, quando é possível uma dúvida, e uma dúvida só cabe quando é possível saber algo, no sentido reflexivo, pois ela se assenta em algo pressuposto e mais fundamental.<sup>87</sup>

A implicação advinda do fato de Kripke não ter feito a distinção entre contextos de aprendizagem dos jogos de linguagem foi não ter percebido o nível mais básico dos jogos de

incorretos. É precisamente neste sentido que aponta a utilização por Wittgenstein do termo ‘práxis’ e não no sentido implícito na visão do papel da comunidade por Kripke. A relação à qual Wittgenstein se refere não é, assim, a relação existente entre ‘um’ e ‘muitos’, mas entre uma aplicação actual e uma prática estabelecida (a qual é, por sua vez, para ser entendida como um conceito dinâmico, dando conta de algo que está em mutação, na maior parte dos casos não irremediavelmente perceptível)” (p. 183).

<sup>86</sup> O exemplo da criança aprendendo a somar está nas páginas 89-90 de *ORPL*.

<sup>87</sup> Sobre a questão de um agir reflexivo e consciente em contraponto a um agir que não disponha desse componente, as observações de Millikan (2002) trazem uma reflexão importante ao ponto trabalhado. Ela faz menção à instância do seguir um propósito não expresso como um propósito biológico, trabalhando a questão da intencionalidade a partir de uma visão naturalizada. Ela traz a questão não só de seguirmos regras num contexto de aprendizado inicial, de “aluno e mestre”, mas sim de percebermos este ponto num nível naturalizado. Diz ela: “Let us also distinguish among three ways of conforming to a rule: (1) merely coinciding with a rule (this is the way in which we conform to “quus” rules and to rules we have mere dispositions to conform), (2) purposefully following an explicit or expressed rule, and (3) purposefully conforming to an implicit or unexpressed rule. Way (3) involves having an unexpressed purpose to follow a rule and *succeeding* in this purpose. It is the same as displaying a *competence* in conforming to the unexpressed rule or displaying an *ability* to conform to it”. (p. 214). Segundo a filósofa, analisando a questão da competência em seguir algo não expresso, poderemos entender o que é seguir propósitos biológicos, não expressos, e a competência em segui-los. “My thesis will be that the unexpressed purposes that lie behind acts of explicit purposing are biological purposes; a competence to conform to an unexpressed rule is a biological competence. By a biological purpose I mean the sort of purpose the heart has, or those of the eyeblink reflex, and the human brain. The purposes of these are functions that they have historically performed which have accounted for their continued proliferation. Biological purposes are, roughly, functions fulfilled in accordance with evolutionary design”. (p. 215). O ponto aqui é como se dá a questão do seguir regras como propósitos e regras biológicas, pois este contexto é bem diferente do que chamamos de seguir regras conscientemente ou com propósitos temáticos. Para ela, “The normative element that is involved when one means to follow a rule is biological purposiveness”. (p. 219) e o texto é dedicado a esclarecer esta tese. Ela toma o seguir regras como o adequar-se a uma função biológica. Dessa forma, ela está propondo uma solução direta ao desafio de Kripke, a partir de um ponto de vista naturalista sobre a determinação de regras. Faz isso por meio de uma explicação da formação e do estabelecimento da intencionalidade como propósito biológico, que diz respeito às espécies, desde as mais simples, até a humana. Ela esquematiza uma teoria do significado no sentido do intencional (*purposing*), tanto como o intencional expresso quanto o não expresso, e interpreta o seguir regras e a intencionalidade de forma biológica.

linguagem fundamentais. Dessa forma, Kripke trata o problema do seguir regras e do significado sempre no nível do conhecimento, isto é, onde ele é possível, deixando assim inquestionada a dimensão mais básica da ação. Ele não compreendeu o nível fundamental das práticas que não estão baseadas em uma justificação e das regras que seguimos cegamente, onde aparece, com caráter distintivo, uma dimensão comportamental e irrefletida. A partir daí, a questão do significado é tratada igualmente no nível do conhecimento.<sup>88</sup> E o resultado disso em *ORPL* é adotar uma postura cética quanto à questão do significado em geral.

#### 4.1.4 Kripke e o modelo tractariano

A nosso ver, Kripke está lendo a crítica ao paradigma tractariano com base nas *Investigações*, mas continua dando supremacia ao modelo criticado para orientar a sua interpretação. Segundo a sua ideia, podemos afirmar que, para o filósofo, o paradigma tractariano é o verdadeiro quanto ao significado. Afinal, Kripke assume que, em virtude de o projeto semântico tractariano ter caído, só nos resta uma saída cética. Em outras palavras, tendo caído o único paradigma teórico verdadeiro sobre o significado em geral, só nos resta o ceticismo. Para Kripke, adotar-se uma postura cética sobre o ponto de vista semântico tractariano, significa encontrar um ceticismo sobre o *próprio* significado.

Com base nisso, podemos admitir que Kripke ainda esposa, ao menos implicitamente, a teoria semântica do *Tractatus* como teoria semântica verdadeira e legítima, como referência semântica para sua interpretação das *Investigações*. Ele lê a posição adotada por Wittgenstein nas *Investigações* com o seguinte raciocínio: já que é desviante e antagonista da teoria semântica do *Tractatus*, então é cética.

Em outras palavras, a interpretação de Kripke insiste em ler Wittgenstein a partir de um suposto ceticismo sobre o significado, pois Kripke ainda está preso ao modelo

---

<sup>88</sup> Este ponto também é trabalhado por McDowell (2002). É a discussão sobre o que ele chama de nível “*bedrock*” em Wittgenstein. Há uma dimensão para a qual Wittgenstein aponta onde não é a questão da justificação que está em jogo. Diz ele: “At the level of “*bedrock*” (where justifications have come to an end), there is nothing but verbal behavior (no doubt) feelings of constraints. Presumably people’s dispositions to behavior and associate feelings match in interesting ways” (MCDOWELL, 2002, p. 62). Ele faz referência ao parágrafo 217 das *Investigações*: “What Wittgenstein is trying to describe is a use of language in which what one does is “to use an expression without a justification” (*PI* 289). One may be tempted to protest: when I say “This is green”, in the sort of case he envisages, I do have a justification, namely that the thing in question is green. But how can I justify the use of an expression by repeating it?” (MCDOWELL, 2002, p. 62). Esclarece McDowell (2002): “When he describes the “*bedrock*” use of expressions as “without justification”, he nevertheless insists (to complete the quotation from *PI*, 289): To use a expression without a justification does not mean to use it without right”. ( p. 63). A questão aqui é reconhecer o nível normativo fundamental, e não tentar cavar abaixo do nível *bedrock*. “Following according to the rule is FUNDAMENTAL to our language game. [...] The difficult thing here is not, to dig down to the ground; no, it is to recognize the ground that lies before us as the ground” (RFM VI 31) (MCDOWELL, 2002, p. 63).



referencialista de linguagem. Negar que o fato semântico reivindicado pelo modelo tractariano exista soa como um estrondo para Kripke, pois como que nos põe em direção ao fim de todo o significado.<sup>89</sup> Essa é outra explicação que encontramos para o fato Kripke ter chamado a posição de Wittgenstein nas *Investigações* de cética: pois ela negou a teoria tractariana do significado baseado nas condições de verdade.

Embora envolto em elementos da segunda fase wittgensteiniana, como buscamos mostrar, a posição de Kripke não muda propriamente de horizonte, sendo possível afirmarmos que ele permanecerá orientado pela busca de um fato superlativo que possa justificar os usos das palavras. Não encontrando este fato, resta justificá-lo de outra maneira, mas cética. A crítica à visão tractariana aparece como a defesa da impossibilidade do próprio significado e do seguir regras. Será tendo em vista esta marcante impossibilidade que Kripke irá ler os parágrafos 139 a 242 das *Investigações*.

A necessidade de uma solução cética advém do fato de que, se supormos que fatos (ou condições de verdade) são a essência de uma afirmação com significado, a constatação, mediante o argumento cético, de que não há tais fatos, implica que qualquer afirmação que fazemos seja sem significado. Para fugir a essa conclusão paradoxal e salvar o significado e as nossas intenções de atribuição de sentido, Kripke lê em Wittgenstein uma alternativa. Essa alternativa, dado que o cético tem razão em seus questionamentos, só pode ser cética.

Podemos explorar aqui uma posição confusa de Kripke. Para ele, afirmar que o motivo de qualquer resposta alternativa a um problema cético só poder ser cética só pode ser por já pressupormos e aceitarmos de antemão uma posição que compreenda estar nas condições de verdade a essência das afirmações com sentido. Esse é o motivo da descrença geral, do abalo terrível causado pelo desafio cético, frente ao qual só resta o ceticismo. A posição cética tem uma visão a respeito da linguagem e do conhecimento tão forte quanto a que ela quer refutar.

Dessa forma, não há razão para chamar de cética todas as alternativas ao modelo tractariano. O argumento cético de Kripke é possível apenas contra a visão de linguagem que aceite como essencialmente verdadeira a ideia das condições de verdade.

---

<sup>89</sup> O raciocínio de Kripke é tratado por McDowell (2002): “Now there is room for doubt about how successful this ‘skeptical solution’ can be. The exegetical framework within which it is constructed – the Dummettian picture of the transition between the *Tractatus* and the *Investigations* – is not beyond dispute. But without opening that issue, we can note that when Dummett expresses his doubts about the ‘realist’ (truth-conditional) conception of meaning (which are supposed to be in the spirit of the later Wittgenstein’s doubts about the *Tractatus*), it is typically by pressing such questions as this: ‘What could constitute someone’s possession of the sort of understanding of a sentence that ‘realism’ attributes to him?’ The implication is that, failing a satisfactory answer, no one could possess that sort of understanding. It is natural to suppose that if one says ‘There is no fact that could constitute its being the case that P’, one precludes oneself from affirming that P” (MCDOWELL, 2002, p. 51).

Em *ORPL*, a mera possibilidade de dúvida quanto a eu ter realmente intencionado seguir certa regra já é suficiente para pôr em xeque a possibilidade de eu ter, alguma vez na vida, seguido regras com correção. Como aparece, a partir do parágrafo 201 das *Investigações*, ele desenha uma leitura que visa chamar atenção à cruel possibilidade de dúvida quanto ao fato de algum indivíduo alguma vez ter seguido uma regra, tendo em vista a ausência de um fato decisivo que garanta a correção da sua intenção de atribuição de sentido. Segundo a lógica do argumento de Kripke, frente a essa possibilidade inquietante, o significado e os nossos empregos linguísticos estão seriamente ameaçados.

Para Kripke, a mera possibilidade de dúvida sobre a correção de nossa atribuição de sentido tem um caráter negativo, implicando que nenhuma certeza sobre a correção da ação pode ser dada e, sendo assim, “não podemos senão duvidar” (ZILHÃO, 1993, p. 178). Apenas por Wittgenstein de fato ter negado uma resposta definitiva para justificar o meu querer dizer o que quero dizer exclusivamente segundo a concepção de linguagem vigente no paradigma tractariano, a ele foi atribuída por Kripke uma posição cética quanto ao significado em geral. A questão é mais ou menos a seguinte: se a multiplicidade de interpretações a que os significados estão sujeitos é fato, então não há interpretações certas ou erradas, todas valem. Se não há uma interpretação final que sirva como critério último para julgarmos correção ou incorreção, então caímos no relativismo semântico.

#### 4.1.5 As questões da “multiplicidade de interpretações” e da “regra para interpretar uma regra” sob a perspectiva do ceticismo

Kripke fez uma interpretação enganosa sobre a “possibilidade de dúvidas quanto à correção da ação” de Wittgenstein, de forma a ver, na possibilidade de dúvidas que possam surgir sobre as intenções de aplicação de sentido das pessoas, que quaisquer outras possibilidades lógicas de aplicação das regras devem ser aceitas, não importando quais sejam elas. O resultado de uma leitura negativa da questão da multiplicidade de interpretações é que a própria noção de certo e errado possa estar abalada. Na constatação da possibilidade de múltiplas interpretações sobre uma interpretação, Kripke vê uma entrada para um ceticismo radical, de forma que, a partir da possibilidade de dúvidas, não possamos senão duvidar de tudo e sempre, estando em risco a própria noção de significado.

Kripke está implicitamente admitindo que sempre poderemos duvidar e relativizar todas as aplicações das regras. Mas ele mesmo, paradoxalmente, parece aceitar como



verdadeira a visão que está sob o ataque do cético, de tal forma que, atacá-la com sucesso tem como resultado apenas uma posição cética sobre o assunto.

Kripke, na verdade, lê de forma *negativa* a questão da possibilidade de múltiplas interpretações sobre nossa compreensão das regras e sobre nossas intenções de atribuição de sentido, não encarando a questão simplesmente como um *fato* real identificado por Wittgenstein a respeito de nossa vida ordinária.

McDonough faz menção à forma como Kripke mitologiza a compreensão da reflexão sobre o “momento em que as interpretações têm que terminar”, de Wittgenstein.<sup>90</sup> Em *ORPL*, parece estar pressuposto que a interpretação ainda tem a tarefa de fazer a ligação entre o significado e prática e consiste num estado mental privilegiado (ou um fato) que se apresentaria à minha mente (ou que devêssemos buscar em algum lugar) contendo o significado de uma regra.<sup>91</sup> Dizemos isso pois atacar a interpretação, isto é, retirar dela a supremacia no ato de fixar o significado, soa, em *ORPL*, como um ataque ao fator fundamental de ligação entre significado, regra e intenção de atribuição de sentido.

Outro ponto de inspiração wittgensteiniana aparece na incorporação feita por Kripke do argumento “a rule for interpreting a rule” (KRIPKE, 1982, p. 17).<sup>92</sup> Porém, dado o contexto

---

<sup>90</sup> O que poderíamos objetar quanto a esta afirmação é que Wittgenstein não defende um ceticismo sobre o seguir regras ou o significado citando o restante do parágrafo 201, no qual Wittgenstein mesmo coloca a questão do momento em que agiremos cegamente, sem nenhuma interpretação. McDonough diz que Kripke faz uma má leitura, ou mesmo passa por cima da própria resposta que Wittgenstein deu ao paradoxo da interpretação. Kripke teria feito uma leitura hipostasiada do fato de que alguém pode compreender o significado de uma expressão, sua normatividade semântica, sem uma interpretação. Dessa forma, mitologizou também a questão de não existir o fato exigido pela posição referencialista de linguagem, restando a ele apenas o caminho do ceticismo (MCDONOUGH, 1991, p. 73 e 80).

<sup>91</sup> Uma questão sobre este ponto é levantada por McDowell (2002). Podemos duvidar de se Kripke está realmente livre da ideia natural combatida por Wittgenstein de que a compreensão pode ser reduzida à interpretação. Duvidar de até que ponto Kripke está livre da ideia da compreensão de uma regra como uma visão que ele chama “contratualista”, no sentido de que compreender uma regra é estar obrigado a dar determinadas respostas para todos os casos futuros conforme aquela regra. Diz ele: “Moved by the insight that meaning relates normatively to behavior, Kripke – like Wright – reads Wittgenstein as concerned to preserve a role for the intuitive contrafactual conception. But Kripke’s Wittgenstein locates that conception only in the context of the “skeptical solution” – a response to a supposedly accepted “skeptical paradox” (MCDOWELL, 2002, p. 58). Porém, “the reasoning that would lead to this “skeptical paradox” starts with something Wittgenstein aims to show up as a mistake: the assumption, in this case, that the understanding on which I act when I obey an order must be an interpretation” (MCDOWELL, 2002, p. 58). Neste sentido a posição comunitária de Kripke parece contraditória, pois buscar no consenso comunitário a salvaguarda do significado no sentido *ORPL* é não estar purgado da ideia que Wittgenstein quer combater. É ainda buscar por um fato privilegiado que garanta nossas afirmações e a normatividade aí envolvida, por mais que o próprio Kripke tenha aceito que não há fato objetivo ao qual devemos recorrer. McDowell (2002) aponta para que Kripke não compreendeu bem a lição de Wittgenstein sobre esta questão: “The fundamental trouble is that Kripke makes nothing of Wittgenstein’s concern to reject the assimilation of understanding to interpretation” (MCDOWELL, 2002, p. 64).

<sup>92</sup> Este ponto é um tema genuinamente wittgensteiniano sobre o qual Kripke se volta. Millikan (2002) coloca o problema trabalhado por Wittgenstein da seguinte maneira: “Now having as one’s purpose to follow a rule might involve having a representation of that purpose in mind, for example, in one’s language of thought. But as Wittgenstein observed, any such representation would itself stand in need of interpretation. It would stand

da interpretação kripkeana, esse tópico adquire uma roupagem diferente de uma visão do próprio Wittgenstein. No caso de *ORPL*, ele se transforma na postura metodológica adotada pelo cético ao refutar as respostas que se tenta dar ao paradoxo de 201. O exercício do argumento “uma regra para interpretar uma regra” passa a ser cético.

Esta é mais uma pista para a visão intelectualista e epistêmica que ele esposa, associando esse argumento a uma disputa cética. Dado o ponto de partida epistemológico, a questão “em algum momento as justificações chegam ao fim” denota que haverá de fato um momento em que encontraremos uma regra irreduzível a outra. Para Kripke, contrariamente ao que percebemos na vida ordinária, nós não abrimos mão da obediência a uma regra para agir. Novamente, é como se ele não reconhecesse a instância básica do agir, que se dá primordialmente sem justificação. Ele sequer toca no assunto de que há o momento em que simplesmente agiremos, sem justificações, e que essa é a instância básica do seguir uma regra, conforme apontamos antes.

O problema dessa visão é que sempre haverá espaço para o cético, que nos trará sempre uma dificuldade, pois ele questionará todas as nossas justificativas, mesmo a última. Kripke nem toca no assunto de que, se abrissemos mão da justificativa, não haveria papel algum para o cético cumprir. Como a discussão é mantida no nível epistêmico e justificacionista da ação, o cético tem sempre algo a fazer.

Se reconhecermos que as justificações chegam a um fim, não haverá necessidade alguma de justificação, e a nossa ação não será nem pior nem melhor por isso; nós simplesmente agiremos. A ação simplesmente será daquela forma. Ela, por certo, será suscetível de avaliação por parte dos outros, mas não precisaremos de nenhum cético para dizer se nossa ação foi “justificada” ou “injustificada”. O valor da ação não está aí, em termos de garantias ou um fundamento epistêmico que damos a ela.

Kripke, mesmo depois de falar que chega um momento em que as justificações acabam, na linha seguinte, ainda pergunta: “How can I justify my present application of such a rule<sup>93</sup>, when a sceptic could easily interpret it so as to yield any of an indefinite number of other results?”. (KRIPKE, 1982, p. 17). Em seguida, ele menciona uma frase de Wittgenstein da seguinte forma: “my *application* of it is an unjustified stab in the dark” e “I apply the rule

---

in need of a prior rule governing how it was to be taken, that is, how it was to guide one. And that one was to follow this prior rule could not *also* be a represented purpose, not without inviting a regress” (MILLIKAN, 2002, p. 214).

<sup>93</sup> Isto é, a regra que me resta quando as justificações chegam ao final. Ou seja, em última instância ainda teremos uma regra para agir e ser objeto de questionamento do cético. A instância da ação é sempre reflexiva.

*blindly*” (KRIPKE, 1982, p. 17, grifo nosso). Observemos o que está envolvido na “minha aplicação será injustificada” e “eu *applicarei* a regra cegamente”, de Kripke.

O ponto é que, em Wittgenstein, não se trata de *aplicar* a regra, mas de *seguir* a regra. Não fazendo essa distinção, Kripke quer tratar sobre dois pontos que parecem incompatíveis. Com o termo “aplicar” a regra, parece que temos a regra, refletimos sobre ela, mas, mesmo assim, a *seguimos* injustificadamente. Porém, na verdade, a questão não é que não importa mais a regra: o que importa é que *agirei* de determinada forma, sem justificação, no sentido de apenas obedecer à regra. “Aplicar” uma regra ainda é uma noção intelectualizada. “Seguir” a regra parece mais adequado, e é de fato o que Wittgenstein (1995, p. 85) diz. Vejamos:

219: “All the steps are really taken” means: I no longer have any choice. The rule, once stamped with a particular meaning, traces the lines along which it is to be *followed* through the whole of space. – But if something of this sort really were the case, how would it help? No; my description only made sense if it was to be understood symbolically. – I should have said: *This is how it strikes me*. When I obey the rule, *I do not choose*. I *obey* the rule *blindly* (grifo nosso).

Se Kripke tivesse usado a palavra “*seguir*”, no sentido de obedecer, de Wittgenstein, e não *aplicar a regra*, retiraria a coloração epistêmica da questão e se aproximaria mais do autor das *Investigações*. O fim da justificação é justamente para dispensar o cético, para ele não ter mais uma tarefa a cumprir. Mas, segundo a visão de Kripke, mesmo depois de que eu aplico a regra cegamente, o cético terá uma dúvida a colocar na minha aplicação cega, pois, mesmo que cega, ainda foi realizada em torno de um critério, baseado em uma justificação. O máximo que ele compreende é que haja uma “aplicação cega” da regra, mas jamais um “seguir cego” da regra. Assim sendo, fica erroneamente reservado um lugar ao cético na discussão.

#### 4.1.6 A visão de Kripke sobre o Argumento da Linguagem Privada

Qual a natureza do ALP para Kripke? Kripke (1982) dá duas formulações do ALP. Uma delas ele chama de tradicional e a outra é decorrente de sua própria interpretação:

Readers, my previous self certainly included, have often been inclined to wonder: “How can he prove private language is impossible? How can I possibly have any difficulty identifying my own sensations? And there were a difficulty, how could ‘public’ criteria help me? I must be in pretty bad shape if I needed external help to identify my own sensations!”. But if I am right, a proper orientation would be the opposite. The main problem is *not*,

“How can we show private language – or some other special form of language – to be *impossible*?”; rather it is, “How can we show any language at all (public, private, or what-have-you) to be *possible*? (KRIPKE, 1982, p. 60-62)

Kripke diz que, se ele estiver certo, a orientação correta seria o oposto da tradicional. O grande problema não é como podemos mostrar que a LP é impossível, mas como podemos mostrar que *qualquer* linguagem em geral é possível.

No entanto, na página 68 (1982), Kripke usa palavras que parecem contradizer sua posição. Ele diz: “The *impossibility* of private language emerges as a corollary of his skeptical solution of his own paradox, as does the *impossibility* of ‘private causation’ in Hume” (grifos nossos). Em atenção a esta frase, dentre outras, parece novamente haver uma confusão quanto à questão da natureza do argumento da linguagem privada para Kripke. Qual é, afinal, o argumento do Wittgenstein de Kripke: mostrar que qualquer linguagem é possível ou mostrar a impossibilidade de uma LP, como entende a maioria da tradição?

Kripke está, nesse ponto do texto, mais próximo da teoria tradicional, para a qual um argumento cético por parte de Wittgenstein é um absurdo, do que de sua própria, de mostrar que qualquer linguagem é possível.

Adiante, há mais uma formulação do problema da linguagem privada, no sentido de colocá-lo em termos de estar analisando uma impossibilidade: “It turns out that the skeptical solution does not *allow* us to speak of a single individual considered by himself and in isolation, as ever meaning anything”. (KRIPKE, 1982, p. 68-69, grifo nosso). Nessas formulações, o ponto defendido por Kripke de que o ALP versaria sobre a possibilidade de qualquer linguagem e não somente uma refutação ou impossibilidade da linguagem privada fica obscuro.

#### 4.1.7 Teoria e a questão do solipsismo no segundo Wittgenstein

Fazendo o contraponto com o *Tractatus*, Kripke tenta chamar a atenção para o fato de que Wittgenstein não está fazendo uma *teoria filosófica* alternativa ao *Tractatus* nas *Investigações*.<sup>94</sup> Ele diz que Wittgenstein não tem intenção de oferecer um tratamento geral da linguagem que seja rival ao seu primeiro trabalho, e sim ver que nós temos diferentes

<sup>94</sup> Kripke (1982) afirma: “Dummett says, “the *Investigations* contains implicitly a rejection of the classical (realist) Frege-*Tractatus* view that the general form of explanation of meaning is a statement of the truth conditions”. In the place of this view, Wittgenstein proposes an alternative rough general picture. (To call it an alternative *theory* probably goes too far [...])” (KRIPKE, 1982, p. 73).

atividades relacionadas aos usos da linguagem em vários caminhos (KRIPKE, 1982, p. 73). A questão a tratar é se o Wittgenstein de Kripke leva realmente a sério essa lição.

Defendemos que Kripke, implicitamente, confere a imagem de um *teórico* a Wittgenstein, através da interpretação de *ORPL*.<sup>95</sup> Essa consideração decorre do fato de que ele, em seu texto, demonstra que o jogo da asserção é o jogo de linguagem fundamental e merecedor de mais atenção da análise filosófica. De fato, para uma leitura comunitarista, esse jogo é de grande importância. No entanto, as implicações negativas que decorrem daí é que o comunitarismo se apresenta como uma solução errônea frente às pretensões descritivas de Wittgenstein, uma vez que, no caso de Kripke, se origina de uma leitura privilegiada de um jogo de linguagem sobre os outros.

Porém, Kripke está consciente do problema de afirmar que Wittgenstein tem uma *teoria da linguagem* alternativa ao *Tractatus*.<sup>96</sup> Em seu texto, ele dirá apenas que o filósofo propõe uma “*figura da linguagem*”, “*uma imagem da linguagem*”, para não dizer que ele propõe uma teoria. Mas a diferença não ficará clara, devido à grande atenção que Kripke dispensa ao jogo de atribuição de conceitos, tratando-o com total privilégio frente aos demais, sem nem sequer mencioná-los ou analisá-los. Denominando dessas maneiras a proposta das *Investigações*, Kripke está apenas disfarçando uma consequência de sua própria leitura cética e comunitarista, para a qual compreender um viés teórico na filosofia de Wittgenstein é um corolário.<sup>97</sup> Mesmo com todo o esforço de Kripke, “*figura de linguagem alternativa*” ou uma “*imagem de linguagem alternativa*” serão as formas de denominar uma teoria alternativa da

<sup>95</sup> Quem chama a atenção para esta crítica é, principalmente, Zilhão (1993), embora o faça ressaltando aspectos um pouco distintos. Zilhão afirma que Kripke expressamente defende que Wittgenstein tem uma teoria semântica alternativa ao *Tractatus*. A nosso ver, Kripke acaba incidindo neste ponto, principalmente por outros motivos, embora também trabalhem, de forma semelhante, este ponto defendido por Zilhão na página 182 de sua obra citada. A lição principal que tomamos foi “A sua nova perspectiva de abordagem dos problemas da filosofia da linguagem tem como conceito operatório fundamental o conceito de ‘jogo de linguagem’, o qual pretende precisamente ser uma forma de dar corpo à observação da enorme diversidade de usos e papéis desempenhados pelas nossas expressões linguísticas nas mais diversas situações. Estar a selecionar como paradigmáticos uma função ou forma lógica particular, como aconteceu em L. – P.A., ou um determinado número de condições debaixo das quais uma expressão linguística é propriamente afirmada, é exactamente tomar a atitude que Wittgenstein estigmatiza na sua *Spätphilosophie*” (ZILHÃO, 1993, p. 182).

<sup>96</sup> Boghossian (2002) parece satisfeito com as explicações de Kripke. Como vimos, ele quer fugir das complicações epistemológicas a que o problema de Kripke leva, formulando o problema de outra maneira. Ele afirma: “Kripke is very clear about the limited, wholly descriptive nature of the skeptical solution, at least in his ‘official’ explications of the view” (BOGHOSSIAN, 2002, p. 155). E finaliza dizendo: “For how, in the absence of a conception of the truth conditions of meaning attributing sentences, could the project of providing an account of their assertion conditions aspire to anything more than descriptive adequacy?” (BOGHOSSIAN, 2002, p. 155-156). Estas afirmações servem para Boghossian livrar *ORPL* (1982) de um compromisso teórico na leitura de Wittgenstein, dizendo que Kripke obedeceu corretamente a lição wittgensteiniana instruindo a “olhar” e não “pensar”.

<sup>97</sup> Kripke afirma que a troca das condições de verdade pelas condições de asserção é o “replacement of truth conditions by justification conditions” (KRIPKE, 1982, p. 77). Adiante: “Even though, when we play this game and attribute concepts to individuals, we depict no special ‘state’ of their minds, we do something of importance” (KRIPKE, 1982, p. 95).



linguagem. Parece claro que a adoção de uma perspectiva comunitarista como a de Kripke em relação à visão de Wittgenstein o faz adotar uma perspectiva teórica na leitura das *Investigações*<sup>98</sup>.

Mesmo a postura *descritiva* de Wittgenstein entra em Kripke apenas como a descrição de *um* jogo de linguagem, a saber, o da atribuição de conceitos. Ou seja, a postura descritivista se torna uma postura filosófica menos fundamental. Trata-se de descrever o jogo de linguagem da atribuição de conceitos, depois que a supremacia de um jogo de linguagem específico está dada. Mesmo a postura descritivista que Wittgenstein enfatiza ser a sua, na leitura de Kripke se desenvolve subalternamente sobre o jogo de linguagem tomado como fundamental para a vida da comunidade.

Podemos também levantar a objeção de que Kripke atribui a Wittgenstein conclusões que são na verdade solipsistas e não céticas. Para ele, Wittgenstein não estaria afastado de uma posição solipsista, como a que ele esposava no *Tractatus*.

Em sua crítica a *ORPL*, Baker e Hacker (1984) caracterizam a implicação radical do problema cético defendido por Kripke<sup>99</sup>, não como ceticismo, mas como um verdadeiro nihilismo acerca do significado.<sup>100</sup> No segundo capítulo, esboçamos a posição solipsista como a implicação mais radical do ALP, pois é nela que alguém conclui que meramente supor que haja significado comum, que a comunicação seja possível ou que haja outras mentes, já é uma afirmação sem sentido, que vai além de qualquer experiência possível. Na verdade, essa é a

---

<sup>98</sup> Neste sentido, há diversos testemunhos de Kripke nas páginas 110 e 111 da *ORPL*. Por exemplo: “Remember that Wittgenstein’s theory is one of assertability conditions” (p. 110).

<sup>99</sup> “There can be no such thing as meaning anything by any word” (KRIPKE, 1982, p. 55).

<sup>100</sup> Baker and Hacker: “But Kripke’s sceptic, unlike the classical sceptic, saws off the branch on which he is sitting. For he is not claiming that certain *given* knowledge fails to support other commonly accepted cognitive claims. His conclusion is not that he certainly means either a or b by ‘W’, but cannot be sure which; not is that he knows what he now means, but cannot be certain whether it is the same as what he meant yesterday. Rather he concludes with ‘the paradox’ that there is no such thing as meaning, so language cannot be possible. But *this* is not skepticism at all, it I conceptual nihilism, and, unlike classical skepticism, it is *manifestly* self-refuting. *Why* his argument is wrong may be worth investigating (as with any paradox), but *that* it is wrong is indubitable. It is not a skeptical problem but an absurdity” (BAKER; HACKER, 1984, p. 6). No mesmo sentido, McDowell (2002) questiona o destino da interpretação kripkeana depois de ela ter feito tamanha concessão ao cético. Fica a questão de se é realmente possível, mesmo com uma solução ao paradoxo, recuperar o significado linguístico depois da conclusão fatal mencionada acima: “Given this supposition, the concession that Kripke says Wittgenstein makes to the skeptic becomes a *denial* that I understand the “plus” sign to mean one thing rather than another. And now – generalizing the denial – we do seem to have fallen into the abyss: “the incredible and self-defeating conclusion, that all language is meaningless”. (1982, p. 71). It is quite obscure how we could hope to claw ourselves back by manipulating the notion of accredited membership in a linguistic community” (MCDOWELL, 2002, p. 51). E adiante: “it is open to question whether, once that much is conceded to skepticism, a “skeptical solution” can avert the destructive effect that the concession threatens to have” (MCDOWELL, 2002, p. 58). McDowell ainda caracteriza assim o paradoxo: “The paradox that Wittgenstein formulates at 201 is not, as Kripke supposes, the mere “paradox” that if we consider an individual in isolation, we do not have the means to make sense of the notion of meaning (something we might hope to disarm by appealing to the idea of a linguistic community). It is the genuine and devastating paradox that meaning is an illusion” (MCDOWELL, 2002, p. 64).

posição que se assemelha à conclusão que advém do paradoxo cético de Kripke. Ela é uma conclusão que implicitamente admite e que é coerente com as consequências das teses solipsistas. Uma posição cética, como explicada anteriormente, não envolve tamanha radicalidade. Kripke está atribuindo a Wittgenstein uma leitura, na verdade, solipsista. Considerando o segundo texto de *ORPL*, podemos encontrar mais uma prova para essa afirmação. Nele, Kripke defende que a posição solipsista ajuda a iluminar a posição de Wittgenstein sobre outras mentes: “(ele) ainda pensa que a terminologia do solipsista ilumina uma verdade filosófica importante” (KRIPKE, 1982, p. 141-143).<sup>101</sup>

#### 4.1.8 A imagem do contexto intersubjetivo a partir do ceticismo e a questão do *agreement*

É interessante perceber que, na introdução da solução cética comunitarista, há uma mudança no texto em termos do pronome pessoal que está em evidência no argumento. Kripke agora está formulando o problema da solução cética em *terceira pessoa*. E não mais em primeira, como no início do texto. Ele claramente mudou para a perspectiva da intersubjetividade, de *como saber que os outros dizem o que querem dizer*. Ele quer sair da perspectiva do indivíduo na tarefa de devolver sentido ao significado e às nossas afirmações, através de uma referência a uma comunidade de falantes.<sup>102</sup>

O ponto que queremos atacar é que, como resultado da leitura de Kripke, se faz presente um contexto intelectualizado e reflexivo da relação do indivíduo com a comunidade. Kripke sempre está pressupondo que o indivíduo já tenha poder e discernimento suficientes para fazer perguntas à comunidade, em termos de ações certas e erradas, que já tenha uma organização conceitual suficientemente clara sobre a ordem das coisas da sociedade, dos comportamentos comuns. Pressupõe que temos que estar iniciados na vida comunitária e,

<sup>101</sup> Quem nos ajuda a perceber esta questão é Hanfling (2002), em: *Wittgenstein and the Human Form of Life*. Esta impressão tida no primeiro texto de *ORPL*, e em conexão com os esclarecimentos de Hacker (1986), se confirma quando é analisada a interpretação de Kripke “Sobre Wittgenstein e outras mentes”, no segundo texto do seu livro. Hanfling diz: “Let us consider Kripke’s further remarks about Wittgenstein’s view on other minds. ‘Once again’, he says, Wittgenstein ‘poses a skeptical paradox: [...] the very notion that there might be minds other than my own, with their own sensations and thoughts, appears not make sense... (Wittgenstein’s) sympathy with the solipsist is never completely lost; (he) still thinks that the solipsist’s terminology illuminates an important philosophical truth...’ (p. 141-3)”. “[...] According to Kripke, Wittgenstein also offers a ‘sceptical solution’ of the problem of other minds. Having admitted that the sceptic is not wrong in what he doubts or denies (p. 142-3), he replies that when we attribute sensations to others, we ‘do not really mean to make any assertion whose intelligibility is undermined by the sceptic (solipsist)’ (p. 141-2). Now one fact, obviously, that the solipsist in question doubts or denies, is that other people have thoughts and feelings as well as oneself. Is Wittgenstein, then, on the same side as the solipsist in this matter? Does he hold that when I attribute sensations to others, I ‘do not really mean’ that they have sensations? There is no basis in Kripke’s discussion, or anywhere else, for attributing such views to Wittgenstein” (HANFLING, 2002, p. 82).

<sup>102</sup> Ver Kripke (1982, p. 69).



além disso, que podemos tematizá-la e refletir sobre ela. Este é o resultado do pressuposto epistêmico e justificacionista que Kripke adota desde o princípio de *ORPL*. Kripke sempre trabalha com o exemplo de um indivíduo racional, dominador de conceitos, já inserido num domínio linguístico considerável. E mesmo a sua visão comunitarista é dada *a partir* da consideração de um indivíduo intelectualizado.

A partir de um ponto de partida justificacionista e epistêmico, Kripke não consegue sair da perspectiva privilegiada do indivíduo, ainda que tentando propor uma solução comunitarista radical. O nível intelectualizado em que se move a questão cética de Kripke perpassa também a sua visão de comunidade.

Esta não é uma solução comunitarista que faça referência a um sentido mais básico e primitivo de comunidade, ou seja, à forma de vida e de uma comunidade que não disponha desses recursos epistêmicos, no contexto básico do seguir regras de que falamos antes. A comunidade de Kripke é uma comunidade de indivíduos que podem fazer perguntas, tematizar assuntos, etc. Não é comunidade num sentido naturalizado do termo.

Reforçando as afirmações trabalhadas anteriormente, parece que em *ORPL* nunca houve espaço para o indivíduo seguir uma regra cegamente. Lá, ele sempre teve esse espaço de reflexão sobre as atitudes e comportamentos de sua comunidade. Sempre coube a ele a avaliação última de comportamentos, costumes e afirmações de seus pares. Sua visão de comunidade não é útil para observar ou explicar o comportamento e a vida de comunidades historicamente mais rudimentares e primitivas, ou seja, a base para a evolução até comunidades mais sofisticadas, ou mesmo uma explicação adequada da inserção de uma criança nos costumes preexistentes de uma sociedade, que se dá de forma não temática, não linguística, não conceitual e se faz por meio de repetição de comportamentos.<sup>103</sup>

---

<sup>103</sup> Outro trecho importante sobre a posição justificacionista de Kripke (1982) é o seguinte “A solução cética do paradoxo está na descrição do jogo de atribuição de conceitos. Ele fornece tanto condições sobre as quais nós estamos justificados em atribuir conceitos a outros e num tratamento da utilidade deste jogo em nossas vidas” (KRIPKE, 1982, p. 95). Mesmo o jogo de atribuição de conceitos e domínio de regras tão essencial à sociedade deve passar por uma justificação, feita por Kripke em termos comunitaristas. Segundo a sua visão, não podemos imaginar o estabelecimento de uma comunidade sem um pressuposto justificacionista para seus membros. Nestes termos, podemos afirmar que não é uma boa-fé que pode preencher este espaço de confiança. No texto, ela seria algo que deveria passar por uma justificação prévia. Segundo esta visão justificacionista, concluímos que só a justificação garante o funcionamento harmônico da comunidade. Nesse sentido, nela estão apoiadas a boa-fé e a confiança, assim como a harmonia e a coordenação de comportamentos. Assim, *ORPL* não favorece uma compreensão adequada do pressuposto de confiança e boa-fé que está na base das interações humanas em uma comunidade, conforme descrito por Brito. Conforme ele, ressaltando a importância da boa-fé como a base pressuposta para as relações humanas, escapando deste viés justificacionista: “A análise do juízo revela o elemento pragmático que subjaz a toda asserção e que, ao fim e ao cabo, é essencialmente normativo. Uma vez que o falante faça seu lance enunciando e, por meio disso, empenhe o seu compromisso mediante esse ato (“eu quero que valha”), ele exige dos demais que tratem seu enunciado objetivamente, mas submetem-se às exigências dos demais quanto à veracidade de sua boa fé. Dado que o mundo não se dá aos indivíduos imediatamente, a comunicação depende não da verdade dos

A respeito da noção de *agreement*, pano de fundo diante do qual é possível que o jogo de atribuição de conceitos funcione, podemos apontá-lo como mais um ponto perpassado pelo “intelectualismo” insuperável da visão kripkeana. Isto é, dada a importância do papel do jogo da atribuição do domínio de conceitos a outros para nossas vidas, também devemos prestar atenção na questão do *agreement* prévio. Ele diz que:

The set of responses in which we agree, and the way they interweave with our activities, is our *form of life*. Beings who agreed in consistently giving bizarre quus-like responses would share in another form of life. By definition, such another form of life would be bizarre and incomprehensible to us. (“If a lion could talk, we could not understand him”). (KRIPKE, 1982, p. 96)

Até este ponto, concordamos com Kripke. Isto ainda é Wittgenstein. Porém, ele faz aparecer seu caráter intelectualista em seguida:

However, if we can imagine the abstract possibility of another form of life (and no *a priori* argument would seem to exclude it), the members of a community sharing such *quus*-like form of life could play the game of attributing rules and concepts to each other as we do. Someone would be said, in such a community, to follow a rule, as long as he agrees in his responses with the (*quus*-like) responses produced by the members of *that* community”. (KRIPKE, 1982, p. 96)

Podemos notar que a concordância na forma de vida da qual Kripke fala é a respeito de regras e conceitos, e não sobre práticas, como seria mais correto para com Wittgenstein. *Forma de vida* em Kripke é compartilhar conceitos e respostas dentro dessas regras, e não compartilhar um comportamento cego e aberto a todos, como parece ser a visão de Wittgenstein.<sup>104</sup>

---

enunciados, mas da boa fé dos falantes. A deficiência com respeito àquela primeira, que é inevitável, só pode ser remediada se essa última for veraz. Sem isso, desaparece o ponto fixo (a crença autêntica do falante e dos demais nele) com respeito ao qual um erro pode ser revisado. Por isso, a má fé, e não a ignorância, é que é objeto de repreensão moral na ciência. Ela depende do sujeito, ao passo que a ignorância é uma condição presumível de todo sujeito. O resultado de tudo isso é que o alicerce subterrâneo da linguagem estruturada logicamente e verbalmente articulada é a vigência de laços sociais de exigências mútuas e confiança recíproca. São eles que assentam em solo firme os fundamentos para edificação de um espaço público no qual os indivíduos interagem e constroem conhecimento e cultura” (BRITO, 2011, p. 18).

<sup>104</sup> Diz McDowel (2002): “Wittgenstein’s concern is to exorcize the insidious assumption that there must be an interpretation that mediates between an order, or the expression of a rule gives in training, on the one hand, and an action in conformity with it, on the other. In his efforts to achieve this, he is led to say such things as “obey the rule *blindly*” (PI, 219). This is of a piece with his repeated insistence that the agreement that is necessary for the notion of following a rule to be applicable is not agreement in opinions: [...] but in forms of life (PI, 241)” (MCDOWEL, 2002, p. 61).

Kripke não considera a idéia de forma de vida fora da intencionalidade intelectualizada e de um domínio conceitual pelo indivíduo. Assim, Kripke não favorece uma leitura naturalizada das sessões das *Investigações* que se propõe a analisar, devido ao pressuposto epistêmico que sua interpretação adota.

#### 4.1.9 Inclinação e disposição

Lendo o trecho a seguir, poderemos esboçar uma resposta ao que Kripke entende por uma inclinação. Vejamos:

It is part of our language game of speaking of rules that a speaker may, without ultimately giving any justification, follow his own confident inclination that this way (say, responding ‘125’) is the right way to respond, rather than another way (e.g. responding ‘5’). That is, the ‘assertability conditions’ that licence an individual to say that, on a given occasion, he ought to follow his rule this way rather than that, are, ultimately, that he does what he is inclined to do”. (KRIPKE, 1982, p. 87-88)

Ou seja, para Kripke, a questão de responder através da “inclinação” ou da “disposição” de alguém é questão de um indivíduo isolado respondendo com base em seus estados psicológicos. Isto para ele não serve. A inclinação é sinônimo de assuntos que dizem respeito ao indivíduo isolado.

Nesse sentido, podemos dizer que, para a visão de Kripke, uma abordagem naturalizada, em termos de disposições e inclinações naturais, é sinônimo de algo que diz respeito apenas ao indivíduo e suas disposições. Ou seja, as inclinações são matéria do indivíduo e não da natureza humana. Para Kripke, a “inclinação” também é uma noção intelectualizada, já que ele a trabalha em termos de um indivíduo intelectualizado.

Para Kripke, considerando o indivíduo sozinho, não há normatividade, só podemos descrever o que o indivíduo faz. E a referência à inclinação individual não pode nos dar base para uma exigência normativa. Inclinação é um conceito individual para Kripke e não parte de uma visão naturalizada do sujeito, pertencente à sua constituição biológica e à de sua comunidade, base natural importante para a constituição de sua vida linguística e moral.

Uma abordagem naturalizada seria mais propensa a trabalhar com a questão das inclinações fora de uma perspectiva individualizada. Dessa forma, talvez a conexão entre Hume e Wittgenstein fosse mais interessante desde o ponto de vista do naturalismo, ao invés do ceticismo.

#### 4.1.10 Conclusão: o superdimensionamento do desafio cético

Há uma suposição muito forte do cético ao pensar que, mediante sua argumentação e no exercício de sua reflexão destrutiva, aquelas coisas que ele põe em dúvida realmente perdem seu sentido ordinário para as pessoas. Ele de fato crê que, durante o instante em que o significado está suspenso em seu argumento, as pessoas param de se comunicar, para voltar a fazê-lo só depois que o conceito de significado for devolvido à inteligibilidade. Ele supõe fortemente uma visão de que os conceitos devem ser inteligíveis, que se comunicar faça sentido de forma justificável, para só então nos comunicarmos. No entanto, ele mesmo sempre soube que o significado não se abalaria pelas suas dúvidas, pois ele faz uso da linguagem comum para dizer que o significado não tem sentido e que é ininteligível. Ele está usando do significado público para dizer que o significado não tem sentido e usando do significado público para dizer, depois, que ele tem sentido. Ou seja, esse movimento do cético é apenas um exercício conceitual. É sua crença numa concepção forte de verdade que permite a ele fazer esse movimento todo e crer que atacará de fato o significado linguístico e o reconstruirá conceitualmente.

Kripke (1982, p. 87) diz:

The most obvious fact is one that might have escaped us after long contemplation of the skeptical paradox. It holds no terrors in our daily lives; no one actually hesitates when asked to produce an answer to an addition problem! Almost all of us unhesitatingly produce the answer '125' when asked for the sum of 68 and 57, without any thought to the theoretical possibility that a *quus*-like rule might have been appropriate! And we do so without justification.

Interessante observar a questão que Kripke ressalta. Ela é corretamente percebida. No entanto, conforme mencionamos, fazemos ressalva ao desdobramento que Kripke dá à percepção desse fato, querendo, contraditoriamente, colocar um pedido de justificação para esse nosso comportamento espontâneo. Embora tendo percebido que agimos comumente sem necessidade de justificação, ele ainda insistirá em pedir por uma justificação através do raciocínio cético. Dessa forma, de acordo com o que ele próprio percebeu, quando o assunto da justificação entra em cena, é um abalo na nossa tendência natural de responder espontaneamente. Daí a aberração que representa um desafio cético numa situação ordinária ou num contexto inicial do seguimento de regras. No entanto, Kripke parece não ter percebido esse fato, superdimensionando a importância ou os poderes do desafio cético frente às nossas

tendências naturais e não percebendo a distinção contextual sobre o seguir regras que foi apontada.

## 4.2 Avaliação Positiva

A seguir iremos destacar os aspectos considerados positivos de ORPL, no sentido de apontarem para questões fundamentais de uma visão comunitarista sobre o ALP.

### 4.2.1 Pontos importantes da interpretação de Kripke

Há pontos na interpretação de Kripke que lançam luz sobre questões interessantes. Ele trabalha com percepções que parecem corretas. As que mencionaremos brevemente são: sua visão da normatividade, sua descrição de um mecanismo de exigências recíprocas que nos obrigam na vida em comunidade e a própria exploração de uma visão comunitarista em Wittgenstein.

### 4.2.2 Condicionais normativos e exigências mútuas

A solução de Kripke ao problema céptico é comunitária, envolvendo uma explicação condicional para a questão da normatividade.<sup>105</sup> A questão dos condicionais normativos parece bem apontar para o mecanismo de funcionamento da normatividade entre as pessoas.<sup>106</sup>

Em Kripke, a explicação da exigência normativa feita pela comunidade se dá por meio de um condicional. Fica assim explicado como nós nos comprometemos com uma exigência frente aos outros e como também seremos exigidos a respeito de nossos comportamentos: *se* Jones quer dizer adição por mais, então ele *deve* nos dar 125 como resposta para 57+68; *se* nós atribuímos a Jones o domínio da função de adição, *então* ele não pode nos dar outra resposta a não ser 125; *se*, no futuro, Jones se comportar de forma bastante estranha e não nos

<sup>105</sup> Fundamental para a análise deste ponto é Wilson (2002): “Kripke trabalha a normatividade semântica através de condicionais normativos. Esta seria a forma apropriada para compreendermos a posição do próprio Wittgenstein” (p. 251). Porém, embora sua defesa ao argumento de Kripke, reconstruindo-o com base em algumas correções do que Wilson entende que Kripke realmente queria dizer, seja interessante, continuamos achando que o mais correto para com Kripke é dizer que o que ele queria dizer foi o que ele de fato disse, sem a necessidade de reformulações do argumento para salvá-lo de suas conclusões e pressupostos mais problemáticos.

<sup>106</sup> Kripke formula a normatividade envolvida em alguma afirmação, intenção de atribuição de sentido, de uma maneira que pode ser ampliada para qualquer ação onde esteja envolvida uma obrigação. “Suponha que eu queira dizer adição por +. Qual é a relação dessa suposição com a questão de como eu irei responder ao problema 57+68? O não é que, se eu quero dizer adição por +, eu irei responder 125, mas que se eu quero concordar com meu significado passado de +, eu deveria responder 125 [...] A relação do significado com a intenção futura é normativa, e não descritiva” (KRIPKE, 1982, p. 37, grifo nosso).

der 125, *então* ele não está seguindo adição como mais, ele não está seguindo a regra convencional de adição. A explicação da normatividade, do seguir uma regra por meio de um condicional implica dizer que obedecer a regras é verificar, testar uma resposta, uma conduta, mediante o condicional normativo. Obedecer ao condicional significa legitimar, justificar alguém a atribuir o domínio de uma regra. Dessa forma, podemos explicar o fato de alguém querer dizer “mais” por “mais” e que confiemos que ele queira dizer mais por mais.

A forma como Kripke desenvolve posteriormente a questão de como se estabelece o pano de fundo normativo para o uso correto de uma expressão parece ser apenas uma resposta incorreta para a percepção e formulação adequadas de um problema legítimo.

As exigências feitas pela comunidade em suas práticas e o compromisso que se adota em relação a ela como membro dão origem ao que chamamos de obrigação. A normatividade aparece como expressão da equação entre exigências recíprocas da comunidade e do compromisso que recai sobre alguém ao fazer parte dela, tanto como compromisso prático quanto como compromisso linguístico. Na linguagem, esse mecanismo pode ser expresso por meio de condicionais, que envolvem a expressão da presença de obrigações. A normatividade é fruto de exigências que estão no seio da vida em sociedade, dos compromissos assumidos em meio à vida comum. Assim, ela adquire a forma de obrigação sujeita a sanções e à reação negativa das pessoas que exigem a observância das práticas estabelecidas como fruto da interação entre elas.

Da interpretação apresentada por Kripke, podemos concluir que são as exigências que fazemos uns aos outros que nos obrigam. A tensão entre o que o indivíduo tenderá a responder e a sua adequação ao que a comunidade tende a responder é que produz esse jogo normativo de exigências. O condicional normativo é usado para explicar a imposição de uma *exigência* que fazemos, que impomos sobre a atribuição de sentido exibido na primeira parte do condicional.

Este mecanismo parece corretamente salientado por Kripke. Explica Wilson (2002, p. 254):

If Ralph means table by ‘table’, then he *must* apply ‘table’ to this object”. The “must” in the statement simply registers a *requirement* that we are prepared to impose for judging that Ralph means table by “table”. We require Ralph to agree with us that this paradigm is a table. Moreover, the requirement is a *primitive* requirement. It is established by our first and fundamental procedures in ascribing meaning, and it is not based upon a ‘theory’, e.g. , about what speech behavior happens to be correlated with meaning ‘table’ by some term.

Kripke mostra que há uma constante tensão no jogo de atribuição de conceitos e expectativa de que as pessoas se comportarão da forma como esperamos. O desvio da conduta gera um impacto naqueles que têm certa expectativa, impacto a ser externado sobre o ato do indivíduo, mediante referência à comunidade.

A essas exigências Kripke chamará de condições de asserção: isto é, as condições a serem analisadas que permitem que as afirmações que fazemos sejam feitas e, isto é, as condições nas quais as afirmações podem ser feitas, no sentido de conferir a elas legitimação; e, sendo feitas em observância das condições apropriadas, qual o papel que elas desempenham em nossas vidas. Perceber este mecanismo de exigências entre os membros da comunidade e apontar nele um fator importante para a normatividade é um importante ponto da interpretação kripkeana e faz jus a um componente importante da idéia de forma de vida de Wittgenstein.

#### 4.2.3 A visão comunitarista

O ponto de explorar uma visão comunitarista em Wittgenstein nos agrada.<sup>107</sup> A divergência que temos é quanto à forma com que Kripke realiza essa tarefa. Ele busca encontrar na comunidade um critério para o teste das afirmações dos indivíduos, fornecendo assim uma explicação para a determinação do significado que ele chama de cética. Deste caminho divergimos. Se for possível defender um comunitarismo nas *Investigações*, ele terá outra feição, conforme defendem outros intérpretes de Wittgenstein.

Sobre esse assunto trataremos de forma mais abrangente no capítulo seguinte. Na segunda parte deste capítulo, visamos apenas destacar alguns tópicos que são essenciais para o desenvolvimento de uma leitura comunitarista de Wittgenstein. Fizemos assim para delimitarmos o ponto de partida a partir do qual uma leitura nestes termos se revela mais adequada, sem misturarmos essa etapa com a do esboço da visão propriamente dita.

#### 4.2.4 Conclusão

Depois das observações realizadas, foi possível conceder alguns pontos legitimamente wittgensteinianos a Kripke, que podem ser úteis para leituras posteriores das *Investigações*, como a questão do comunitarismo, da normatividade e das exigências mútuas. Da mesma

---

<sup>107</sup> Aponta McDowell (2002): “and cannot be denied that the insistence on publicity in Kripke’s reading corresponds broadly with a wittgensteinian thought. But it makes a difference how we conceive the requirement of publicity to emerge” (MCDOWELL, 2002, p. 64).



forma, foi possível levantar comentários a alguns pressupostos problemáticos que nos parecem insuperáveis para a interpretação de Kripke, como o pressuposto epistêmico de ORPL, que vêm a prejudicar mesmo os aspectos positivos de sua leitura. Porém, mesmo prejudicados, eles nos suscitaram a possibilidade de uma visão comunitarista de Wittgenstein, da qual trataremos a seguir.

## **5 LINGUAGEM PRIVADA, SIGNIFICADO E COMUNITARISMO NAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS DE WITTGENSTEIN: O *A PRIORI* PÚBLICO DA LINGUAGEM E DO SIGNIFICADO**

O objetivo da sessão que segue é mostrar como se torna um tema de importância fundamental para Wittgenstein apontar que o caminho adequado para favorecer a compreensão do funcionamento da linguagem está no esclarecimento acerca da dimensão pública e intersubjetiva do significado e no caráter igualmente intersubjetivo e “irrefletido” do seguir regras. Para tanto, como enfatizamos, faz-se necessário que a concepção mentalista de significado e do seguir regras seja combatida. O combate, por sua vez, é feito por meio da discussão sobre a possibilidade de uma linguagem privada. A oposição se estrutura dessa forma, pois o comprometimento com o paradigma mentalista apresenta um sério prejuízo à visualização e ao tratamento adequado de características fundamentais do significado e do seguir regras que apenas uma visão intersubjetiva e mais ampla favorece com maior propriedade.

### **5.1 Esboço Para uma Visão “Comunitarista” de Wittgenstein: A Colocação da Questão**

Neste ponto, tentaremos expor a questão a partir do que foi levantado na discussão prévia do trabalho. O que se trabalhou em termos de lições oriundas do argumento da linguagem privada, da discussão sobre o seguir regras e sobre o argumento kripkeano encontrará aqui uma síntese, tendo em vista as diretrizes de alguns autores que consideramos adequadas. Dessa forma, o todo anterior do trabalho buscará se articular conclusivamente neste último capítulo. Contudo, alguns pontos principais serão retomados.

Algumas questões importantes devem ser consideradas em uma exposição sobre o significado: a) o que determina o significado?; b) tratando-se de uma noção eminentemente normativa, como considerar a origem de sua normatividade?; c) a questão da normatividade requer que haja manutenção de certa regularidade ou estabilidade nos usos das palavras em relação aos usos passados e futuros que fazemos delas; d) e que a possibilidade de fazermos distinções valorativas (certo-errado) quanto aos nossos usos das palavras em vários contextos esteja aberta. Essas questões não são arbitrárias. São retiradas de observações de fatos apresentados pelo funcionamento ordinário da linguagem: em relação aos seus usos, consideramos que há aplicações corretas e incorretas dos termos, que os mesmos termos são

aplicados inúmeras vezes em contextos distintos e que a base para essas aplicações é usá-las corretamente de acordo com seus significados.

Dizer que o significado deve orientar normativamente nossas aplicações dos termos é explicá-lo de forma análoga a uma regra, a um mandamento. Eis a ideia do significado como uma noção *normativa*. Normatividade que, por sua vez, deve se estender também ao que é realizado por nós no que diz respeito a aplicações linguísticas futuras, em contextos diferentes, daí o seu caráter ao mesmo tempo *dinâmico*.<sup>108</sup>

Com base na ideia de significado, fazemos menção às formas de aplicação corretas dos termos da linguagem, mesmo em contextos distintos daqueles que já realizamos no passado. Garantimos a possibilidade de que as aplicações subsequentes sejam consideradas corretas ou incorretas, pois a ideia serve como uma orientação para a coerência das aplicações. Afinal, como explicar a dimensão *normativa* e ao mesmo tempo *dinâmica* do significado, visto que essas características lhe são inextrincáveis?

Diferentes visões alternativas podem ser dadas em resposta a isso. No entanto, podemos avaliá-las em relação ao material que nos é fornecido. De modo geral, há um problema, a saber, o da origem do significado e de sua normatividade, e duas respostas, conforme duas orientações filosóficas distintas, a serem aqui consideradas. Como estas duas visões filosóficas distintas consideram o significado (questão ‘a’), sem destruir o seu aspecto *normativo* (questão ‘b’) e ao mesmo tempo *dinâmico* (referente a ‘c’ e ‘d’)?

## 5.2 A Visão Combatida por Wittgenstein

A ideia de significado, alvo dos ataques de Wittgenstein, é a de que a tarefa normativa, coercitiva quanto aos usos dos termos da linguagem é exercida por uma figura de *significado objetificado*, podendo ser compreendido desde a forma de um conteúdo mental específico e individualizável, que venha à mente quando compreendemos uma palavra, até a feição de um objeto físico referente ao termo. Nessa imagem de significado, compreende-se, em grandes linhas, que tanto o objeto mental quanto o objeto físico estariam ligados à palavra por meio de uma definição ostensiva, ou mesmo por atos de reflexão ou interpretação individuais que tenham a tarefa de conectá-los. Esse conteúdo objetificado tendo também a função de projetar ações futuras de aplicação do mesmo termo. Mediante esse objeto compreenderíamos como elas possuem conteúdo e finalidade. Esta ideia está sob ataque na discussão de Wittgenstein sobre o seguir regras, de 139 a 202, e sobre a linguagem privada, de 243 a 315, das

---

<sup>108</sup> Característica nomeada por Williams (2002, p. 37).

*Investigações*. No entanto, a crítica de Wittgenstein nas passagens mencionadas é dirigida mais ao objeto de natureza mental do que ao objeto físico.

### 5.3 Conteúdos Mentais e Normatividade

Em relação a esta concepção semântica, sempre garantiremos e justificaremos o que fazemos a respeito dos usos dos termos recorrendo ao significado. O significado funciona como uma espécie de norma justificadora da ação de aplicação das palavras, que garante correção também em relação aos seus usos futuros. Sua instância está colocada num patamar superior à prática linguística, uma vez que contém em si, autonomamente, os elementos necessários à significatividade. Essa figura semântica dá conta da normatividade e da dinamicidade do significado através da atribuição de uma função normativa rígida a ela.

Ou seja, para dar conta dos tópicos acima mencionados (a, b, c e d), a orientação privatista endurece a visão normativa atribuída a um objeto semântico, para assim resolver a questão regularidade nos usos e manter aberta a possibilidade de nossas distinções valorativas em relação a eles. A aplicação das palavras será correta se realizar o que a regra (significado) estabelece. O significado é o objeto regulamentador do uso das palavras e contém em si o elemento dinâmico indispensável a ele: “determina exactamente”, ditando antecipadamente, “tanto lo que cae dentro de la extensión de cada término como lo que cae fuera de ella” (VALDEZ, 2008, p. 219).

Para a visão combatida, a explicação do elemento normativo e dinâmico do significado se dá no recurso a um conteúdo mental específico (imagem, processo, estado, reflexão, etc.) acessado por um ato intelectual. É dessa maneira que compreendemos o que devemos fazer com as palavras. O significado balizador dos usos dos termos será apenas acessível de forma privilegiada ao sujeito. Mas Wittgenstein questiona: como uma figura mental pode determinar e justificar o uso para uma palavra, estabelecer uma regra de aplicação que deve ser obedecida em todas as situações de aplicação daquela palavra? Essa ideia parece confusa. Como vimos no primeiro capítulo, nenhum conteúdo mental pode determinar um uso para a palavra, nem determinar antecipadamente seus usos futuros em diferentes contextos.<sup>109</sup> Não podemos encontrar no objeto mental qualquer indicação de que ele possa cumprir o papel normativo e dinâmico característico do significado.

A própria natureza da ideia de que algum conteúdo mental funcione como balizador do significado encontra problemas. Por exemplo, vejamos o caso de um ato de reflexão mental. A

---

<sup>109</sup> A crítica da imagem denotativa do significado está em 10 das *Investigações* (1995, p. 6).

discussão envolvendo o paradoxo da interpretação deve ser mencionada novamente, dado que ela tem a tarefa de demonstrar a imprecisão que pode estar envolvida no ato de compreensão ou interpretação de uma regra. Nela está implicado que uma interpretação, o ato mental em questão, não pode determinar o significado de uma palavra concedendo uma forma de agir. O argumento do paradoxo da interpretação tem como conclusão que as regras que um falante individual poderia seguir ao usar as palavras não podem determinar por si mesmas nenhuma aplicação, pois qualquer aplicação pode fazer concordar e discordar da regra. Ou seja, uma regra que se queira seguir está sujeita a várias interpretações, até mesmo contraditórias. Ao final, se qualquer conduta pode concordar com a regra ou discordar, então, como mostra o parágrafo 202, não haveria concordância nem desobediência à regra que se intenta seguir. Diz Valdez (2008, p. 221):

Las reglas que un hablante individual pudiera seguir al usar las palabras no pueden determinar por si mismas ninguna aplicación, pues cualquier aplicación puede hacerse concordar con la regla, de modo que, aun si fuese verdad que los hablantes nos guiásemos por reglas al usar las palabras, esto no explicaría el uso común, regular que hacemos de ellas.

Na nota de rodapé, a autora continua:

Por lo tanto, las reglas entendidas como instrucciones mentales que el hablante sigue al aplicar las palabras, poco sirven para explicar la normatividad del significado. (VALDEZ, 2008, p. 221).

Enfim, a discussão está voltada para as possibilidades e dificuldades às quais somos levados pela tentação que temos em estabelecer e compreender o paradigma normativo para aplicação dos termos da linguagem em termos de um objeto. Wittgenstein mostra que, na orientação mentalista, a própria possibilidade de fazer distinções quanto à correção ou incorreção dos usos das palavras desaparece. O conteúdo que deve ser explicado, isto é, a possibilidade de determinação de aplicações corretas e incorretas é eliminada. Também desaparece a dimensão *dinâmica* determinante das aplicações futuras desses termos. Cada aplicação linguística inspirada em uma regra, nos termos apresentados, pode concordar e discordar da mesma regra, fato que se repete ao infinito, não havendo a possibilidade de uma interpretação da regra que seja superior ou mais correta do que qualquer outra. A ideia de estabelecer o significado como um objeto e de que sua compreensão dependa de uma interpretação ou de um ato de reflexão individual nos leva a paradoxos e à má circularidade. Ela não é tão clara quanto parece ser.

Em resultado, o que se apresenta é um problema, pois é fato que comumente afirmamos que certas interpretações de regras são melhores do que outras. Estamos fazendo esse tipo de afirmação a todo momento. Será que ele não tem sentido algum? Enfim, como explicar o fato de que nós devemos saber que certas interpretações e aplicações das regras são mais adequadas do que outras? Por que eu devo considerar a interpretação que toma a figura de um cubo como um triângulo como não aceitável?

O diagnóstico fornecido por Wittgenstein para os problemas que comumente encontramos ao tentar responder essa questão é que estamos profundamente atrelados a uma concepção de linguagem deveras enganadora: não nos distanciamos da ideia de que o uso de uma sentença envolve também imaginar algo para cada palavra. Assim, compreendemos a linguagem de uma só forma, numa só direção: a de que ela é essencialmente descritivista e referencialista de objetos que estão associados aos termos como seu significado. Nessa visão, o significado é determinado pela denotação das palavras. “(1) In this picture of language we find the roots of the following idea: Every word has a meaning. This meaning is correlated with the word. It is the object for which the word stands” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 20).

Entendemos que as palavras estão para os objetos e que neles elas têm significado. Logo, devemos sempre buscar pelo objeto que está associado à palavra, isto é, pelo significado que está por trás dela determinando univocamente o seu sentido<sup>110</sup> e estabelecendo apriorística e nitidamente os limites para sua aplicação. O que acabamos de referir é o tipo de investigação filosófica oriunda dessa imagem de significado<sup>111</sup>.

O conteúdo dessa investigação filosófica do significado é a busca pelo objeto que está relacionado ao termo, geralmente fixado por um ato de ostensão privada ou externa, dependendo de qual seja a natureza desse objeto. É a busca por um objeto privilegiado que decreta a significatividade de um termo sob a condição de encontrar algo que cumpra o papel de objeto semântico. Dessa forma, estamos sempre tentados a dar uma determinação última para a definição do significado, que ocupa o papel de objeto semântico. É o superlativo filosófico mencionado por Wittgenstein em 192.<sup>112</sup> Referir os termos linguísticos a algum objeto é condição para a sua significatividade. Encontrar os referentes físicos ou mentais às palavras e usar expressões superlativas para definir estes objetos passa a ser, de alguma forma, a atividade filosófica por excelência.

---

<sup>110</sup> Nesse sentido, ver 3.23, 3.24, 3.251, 3.34 do *Tractatus* (2008, p 153 e 161).

<sup>111</sup> Sobre a ideia geradora de mistificação filosófica tratam 99 e 100 das *Investigações* (1995, p. 45).

<sup>112</sup> *Investigações* (1995, p. 77).

Na investigação filosófica, recorreremos a superconceitos, utilizados para denominar o objeto semântico que é postulado na origem da investigação. Essas superexpressões como “espírito”, “alma” e “intelecção privilegiada”, usadas para designar entidades privilegiadas, passam a “fazer a maior parte do trabalho filosófico” (WILLIAMS, 2002, p. 36) e trazem consigo, como predicado, o caráter de profundidade.

111: The problems arising through a misinterpretation of our forms of language have the character of *depth*. They are deep disquietudes; their roots are as deep in us as the forms of our language and their significance is as great as the importance of our language. – Let us ask ourselves: why do we feel a grammatical joke to be *deep*? (And that is what the depth of philosophy is). (WITTGENSTEIN, 1995, p. 47)

Com o objetivo de continuar mostrando como tendemos a compreender metafisicamente a natureza da linguagem, Wittgenstein menciona uma combinação de ideias enganosas que traz implicações prejudiciais à investigação filosófica. Elas nos levam a entender de forma idealizada o funcionamento da linguagem, como se ela se desse mediante a delimitação de regras rígidas.<sup>113</sup>

#### 5.4 A Sublimação do Funcionamento da Linguagem

O argumento da máquina como símbolo, em 193, serve como paralelo para ilustrar o caminho enganoso envolvido na *idealização* que fazemos da forma como a linguagem funciona. Dentre suas implicações, está a de nos levar para uma imagem ilusória do seguir regras e do significado, uma vez que está atrelada a uma concepção *idealizada* de ambos.<sup>114</sup> Ele serve para ilustrar uma tentação muito comum que temos de sublimar a lógica de nossa linguagem.

Isto pode ser mostrado quando pensamos analogamente em uma máquina imaginária, não sujeita aos percalços do funcionamento que são possíveis na prática. Somos levados a imaginar que todos os processos, passos e operações a serem realizados pela máquina durante seu funcionamento já estão, de alguma forma, realizados de antemão. Pensamos que a máquina ideal contém, antecipadamente, todos os passos de suas atividades já realizados, uma vez que ela não pode não funcionar em momento algum. Seu funcionamento ideal é tão certo, tão perfeito que podemos imaginar que todos os passos e todos os processos possíveis já estão dados. É como pegar o projeto da máquina, ou seja, a máquina ainda “no papel”, e imaginar o

<sup>113</sup> Reflexão presente em 84 das *Investigações* (1995, p. 39).

<sup>114</sup> Neste sentido, ver 193, 194, 197 e 198 das *Investigações* (1995, p. 77, 78 e 80).



seu funcionamento antes de ela ser montada. Os percalços e erros da prática não podem ser imaginados em sua totalidade, podendo levar-nos a pensar que a máquina-projeto tem contido nela, antecipadamente e de alguma forma intrigante, o funcionamento perfeito de todas as atividades que ela deve desempenhar, ao contrário da máquina real.

Da mesma forma, pensando o funcionamento da linguagem em proporções ideais, não sujeitas aos percalços da prática, somos levados a crer em coisas sem sentido. No que tange ao significado, por exemplo, aplicando a analogia da máquina, ele assume aquela versão hipostasiada de que, de alguma forma misteriosa, ele contenha em si todos os modos de aplicação das palavras, que traga em si todos os passos para o uso correto dos termos.

Como vimos, essa concepção está presa a uma espécie de idealismo para dar conta do aspecto normativo e dinâmico do significado. Nessa visão, o significado se torna a noção que explica antecipadamente todas as aplicações possíveis de uma palavra. É dessa forma que “se ha pensado, podemos dar cuenta del carácter normativo de la lógica y del significado” (VALDEZ, 2008, p. 225).

A ideia do significado como portador das normas de aplicações futuras dos termos é fruto de uma ilusão. Afinal, de que outra forma explicar, através da visão de Wittgenstein, a ideia de um objeto que é acessado mentalmente por um ato de reflexão, devido à sua natureza ideal e alheia à prática ordinária dos usos das palavras? Apelamos para o significado como para um elemento misterioso, separado da pragmática, que, de alguma forma, contém dentro de si o elemento dinâmico indispensável a ele.<sup>115</sup>

Wittgenstein diz que, “quando acreditamos ter encontrado na linguagem real a ordem ideal, ficamos descontentes com o que na vida ordinária se chama ‘proposição’, ‘palavra’. A imagem ideal da linguagem nos gera prejuízos, pois nos distancia de aceitar que “(98) our language ‘is in order as it is” (WITTGENSTEIN, 1995, p. 45), exercendo em nós a tentativa de afastar nossa atenção dos usos linguísticos da linguagem ordinária, através da *exigência* do ideal de perfeição e imutabilidade da linguagem.

(107) The more narrowly we examine actual language, the sharper becomes the conflict between it and our requirement. (For the crystalline purity of logic was, of course, not *a result of investigation*: it was a requirement.) The conflict becomes intolerable; the requirement is now in danger of becoming empty. – We have got on to slippery ice where there is no friction and so in a certain sense the conditions are ideal, but also, just because of that, we are unable to walk. We want to walk: so we need *friction*. Back to the rough ground! (WITTGENSTEIN, 1995, p. 46)

---

<sup>115</sup> Ponto trabalhado em 221 das *Investigações* (1995, p. 85).

Para ver como a linguagem realmente é e acompanhá-la em seu funcionamento real, devemos abandonar a ideia da pureza da linguagem.<sup>116</sup> O estudo filosófico da linguagem tomado pela “ilusión de la esencia” (RIVERA, 2006, p. 95), que nos afasta do atrito necessário com a realidade para que a investigação filosófica avance, leva-nos a equívocos, como a busca por supertermos filosóficos, objetos privilegiados e funções mágicas a serem desempenhadas por eles. Nada mais distante do problema de Wittgenstein, que é observar como a linguagem funciona, observando-a de dentro de nossas práticas linguísticas, nas aplicações que os utentes da linguagem fazem.<sup>117</sup> O foco de Wittgenstein é analisar a linguagem praticada ordinariamente, desde a perspectiva de seu funcionamento, por meio de seus usuários.

### 5.5 A Visão Defendida por Wittgenstein

Enfim, o que, senão uma figura denotativa da palavra, pode fornecer uma explicação para a o significado como uma noção normativa, mas que também dê conta de seu caráter ao mesmo tempo dinâmico? Valdez (2008, p. 219), depois de expor a reflexão de Wittgenstein, pergunta:

Pero, si el significado de una palabra no está determinado ni por la denotación de las palabras, ni por las ideas o imágenes mentales que el hablante asocia con las palabras que usa, ni por las condiciones o reglas de uso que supuestamente el hablante conoce y que supuestamente determinan una sola aplicación correcta, entonces, qué determina el significado?

Na crítica à ideia da possibilidade de estabelecer o significado através de uma interpretação ou de um ato de reflexão individual, a resposta que Wittgenstein oferece é que seguimos uma regra de forma irrefletida e não mediados por qualquer interpretação. Não a interpretamos primeiramente para depois segui-la, garantindo a correção de nosso ato de obediência. Há uma forma cega de obedecer à regra, conforme o treinamento em seguir uma prática comunitária que é marcada, impressa no indivíduo, em sua vida compartilhada com outras pessoas. Na verdade, é a dimensão irrefletida, automática do ensino em práticas sociais que está na base da atitude de seguir regras. É pelo ensino (adestramento) em práticas comunitárias que somos inseridos na atividade de seguir regras. Ou seja, “it is the social practice that constitutes the structure reflectively described as a rule” (WILLIAMS, 2002, p. 50).

---

<sup>116</sup> Defendendo este sentido está Valdez (2008, p. 220).

<sup>117</sup> Neste sentido fala Chabanchik (2008, p. 241) sobre o que concerne o foco e o objetivo de Wittgenstein.

Seguir regras é uma prática<sup>118</sup>, e isto quer dizer que, ao invés de termos de nos posicionar frente às várias reflexões ou interpretações que possamos fazer de uma regra antes de segui-la, buscando a mais adequada para a situação, a primazia no ato de seguir uma regra é verdadeiramente da ação.<sup>119</sup> Eu atuo em relação à regra de acordo com o ensino que me foi reiterado a reagir de certa forma a determinados mandamentos ou situações, e de acordo com a familiaridade originária com as regras. A interpretação jamais poderia determinar como seguir uma regra, pois cada interpretação é uma nova regra, um novo sinal a ser interpretado, como mostrou Wittgenstein (1995). O espaço entre a regra e a ação é preenchido pelo treinamento e não pela interpretação da regra. A ação tem primazia em relação à interpretação dentro do *contexto originário* de seguir uma regra.<sup>120</sup>

## 5.6 Regularidade

Fica estabelecido que o significado possui um elemento normativo e, ao mesmo tempo, dinâmico e que este papel não pode ser exercido por uma forma objetificada de significado, pelos próprios pressupostos que ela envolve: a busca de um referente privilegiado, a ilusão da perfeição e univocidade da linguagem e a dependência de um ato individual de reflexão, como uma interpretação ou um ato de intelecção para fixar ou acessar o significado. Mas como poderíamos buscar uma explicação para o aparecimento da normatividade? Em suas observações, Wittgenstein faz constante menção às práticas sociais e às *regularidades*<sup>121</sup> que, a partir daí, se estabelecem como modelos e padrões na vida da comunidade. Elas são as regularidades necessárias para que possamos empregar as palavras de certa forma e não de outra e estruturar usos característicos para elas.<sup>122</sup> Mas, pergunta no mesmo sentido Valdez (2008, p. 223), “como se alcanza la regularidad necesaria para que haya significado?” Podemos responder que é através de comportamentos comunitários que se

<sup>118</sup> A reflexão desse ponto está em 202 das *Investigações* (1995, p. 81).

<sup>119</sup> Neste sentido: Williams, 2002, p. 183 em diante.

<sup>120</sup> Questão trabalhada em 211, 212 e 219 das *Investigações* (1995, p. 84-85).

<sup>121</sup> A necessidade da regularidade está explicitada em 207 das *Investigações* (1995, p. 87).

<sup>122</sup> Para Williams (2010), o apelo à regularidade em Wittgenstein não implica em circularidade, como seria se fôssemos explicar “regra” em termos de regularidade e dizer que regularidades são especificadas em termos de proceder da mesma forma como um resultado do treinamento. Esta é uma regularidade que não implica já em regras de identidade, isto é, nas características que nós estamos buscando explicar em termos de regularidades. Explicar a normatividade em termos de regularidade é o fim da circularidade, justamente por remeter ao contexto fundamental de onde a normatividade aparece, que é a situação do aprendizado inicial. Diz ela: “Training in the use of norms is causally anchored in a way that is not possible on an interpretationist position. The condition for such training is that there be a regularity or custom in the use of the sign. [...] Causally effective training requires regularity in the world and self-regulation on the part of the agent. The requirement of regularity, as we have already suggested, faces the charge of circularity: ‘Then am I defining “order” and “rule” by means of regularity?’” Wittgenstein asks at *PI* 208”. (WILLIAMS, 2010, p. 360).

tornam paradigmáticos e que ficam disponíveis à forma de vida de uma comunidade. Eles formam o pano de fundo de concordância, acordo, que serve de base para o funcionamento da linguagem. Esse acordo é não reflexivo, no sentido não de necessitar de uma deliberação prévia dos indivíduos para que exista.

De um lado, quanto ao alcance da regularidade necessária para que haja significado (regularidade nas práticas), Valdez aponta que está presente em Wittgenstein, por um lado, a consideração da natureza humana “con sus capacidades, inclinaciones y reacciones naturales, preferencias y aversiones” (VALDEZ, 2008, p. 226). O gênero humano é portador de um modo de vida em que aparecem mecanismos que são caracterizados por inclinações, por determinadas maneiras comuns de reagir dentro de certas situações, que também são resultado de certas preferências e aversões, maneiras de posicionar-se frente a certas experiências. Assim também ocorre com outros animais. A respeito desse naturalismo da visão de Wittgenstein, Valdez (2008) salienta que estamos naturalmente inclinados a fazer certas coisas, a reagir de determinadas formas frente a certas situações e estímulos, revelando uma forma comum de agir e de se comportar frente às situações, fato fundamental para a estruturação gradual da forma de vida humana. Isto é, nós concordamos, coincidimos em muitos pontos fundamentais da nossa vida em grupo, baseados na expressão de nossa natureza. Diz ela:

Los humanos también coincidimos en la manera como reaccionamos naturalmente ante los gestos de los demás, ante las actitudes de estímulo, de aprobación y reprobación, de rechazo y aceptación. Estas maneras comunes de ser y de reaccionar son las que hacen posible el lenguaje. Nos permiten distinguir entre casos normales de proceder y casos anormales y, así, llegar a conocer ciertos casos de reaccionar frente a una orden o de seguir una instrucción como casos normales, y otros anormales. (VALDEZ, 2008, p. 227)

Há maneiras comuns de proceder, nas quais os humanos concordam fundamentalmente. Tal fato é fruto de seu comportamento natural. Essa é a forma como agimos na constituição das características essenciais da comunidade, que se faz numa prática de ação e expressão de preferências, aversões e não na forma intelectual ou reflexiva de agir. “En suma, los humanos tenemos inclinaciones naturales compartidas que nos permiten coincidir en la práctica” (VALDEZ, 2008, p. 228), e este fator é fundamental para o funcionamento da linguagem e o surgimento do significado como noção normativa.

Porém, dizer que a linguagem se estrutura sobre um pano de fundo de regularidade comportamental e concordância em juízos não significa dizer que os usos da linguagem devam, de saída, ser predeterminados rígida e logicamente em relação às práticas linguísticas,

independentemente dos novos contextos que surgem acerca da aplicação dos seus termos. Regularidade aqui não significa funcionar segundo regras rígidas preestabelecidas. A atividade dos usos dos termos é sempre contextualizada, pois a própria prática social é dinâmica. O significado das palavras não está predeterminado logicamente por uma instância anterior ou superior à *práxis* da linguagem. Ele não funciona mediante o estabelecimento antecipado de regras rígidas para as aplicações das palavras, *contendo* em si, na forma de um objeto que contém algo, suas aplicações futuras. Ao mesmo tempo, ele não está em poder da determinação deliberada de um ato de intelecção individual. Ele não está fundado em um ato de reflexão individual, pois sua matéria não é tarefa privada do indivíduo. Essa lição vale mesmo que o pretendamos como fruto de construção estritamente artificial, pois ainda estaremos construindo “do zero” uma linguagem artificial com base na competência linguística que temos previamente.

### 5.7 Normatividade, Coletividade e Aprendizado Inicial

O argumento da linguagem privada coloca fundamentalmente a impossibilidade de que dependa de um ato de ostensão interna ou externa<sup>123</sup>, ou mesmo de um ato de reflexão individual, a tarefa de estabelecer um critério para dar significado às palavras, para determinar seus usos futuros e estabelecer a possibilidade da comunicação intersubjetiva.<sup>124</sup> Ele é a crítica à ideia de que todo o material de que a linguagem necessita para funcionar com sentido seja encontrado intrinsecamente no indivíduo ou dele dependa exclusivamente, como fruto de suas capacidades mentais ou intelectivas. Ele combate a aproximação errada ao fenômeno linguístico e semântico feito pelo privatista. Nosso recurso a esse tipo de explicação é o apelo a um mecanismo profundamente enganoso para compreender a natureza do significado. A normatividade necessária aos usos da linguagem, que possibilite a correção dos usos da linguagem e a nossa avaliação desses usos, não pode ser salva dessa maneira.

Wittgenstein mostra que, em relação ao significado e ao funcionamento da linguagem, o indivíduo não tem toda a supremacia imaginada pela imagem privatista que ele combate. Ao contrário, é justamente o esposar dessa visão, focada radicalmente no indivíduo isolado, que nos faz desaperceber e mal considerar o que está realmente envolvido no funcionamento linguístico e no significado. A solução individualista para a questão do significado se torna

---

<sup>123</sup> Mesmo as definições podem ser interpretadas de muitas maneiras, não cabendo a ela nenhuma das duas tarefas: fazer a ligação entre um termo e seus referentes ou instruir alguém em como usar as palavras, orientando-o nas aplicações corretas e incorretas. Presente em 28 das *Investigações* (1995, p. 13-14).

<sup>124</sup> Sobre esta visão do argumento da linguagem privada encontramos Williams, 2002, p. 40.

insuficiente para a compreensão do elemento normativo e, ao mesmo tempo, dinâmico nele envolvido. Segundo Williams (2002), Wittgenstein mostra que “such matter-of-course behavior acquires its normative dimension in being shared with others to constitute an obvious way of judging and acting” (p. 7).

Nessa etapa da reflexão, o nosso mundo ordinário em suas práticas, juízos, crenças, surge como matéria-prima para a investigação filosófica da linguagem.

(254) What we ‘are tempted to say’ in such a case is, of course, not philosophy; but it is raw material. Thus, for example, what a mathematician is inclined to say about the objectivity and reality of mathematical facts, is not a philosophy of mathematics, but something for philosophical treatment. (WITTGENSTEIN, 1995, p. 91)

Wittgenstein pretende apontar para o pano de fundo necessário para que os usos da linguagem tenham sentido e para o fato de que há certas coisas fora de discussão, de modo que “without a background of certain agreement, there is logically no space for justification, doubt, challenge, or dispute” (WILLIAMS, 2002, p. 7). Eis o fato que está na base para a origem da distinção entre correto e incorreto em relação aos usos da linguagem.

É só dentro do pano de fundo do acordo em termos de práticas e juízos que dizem respeito à vida comum dos membros de uma comunidade que os diversos usos da linguagem podem fazer sentido. Dentre eles: levantar hipóteses, descrever, definir, justificar, nomear, hierarquizar usos, duvidar, etc. Todos esses usos da linguagem só farão sentido se forem usados com determinado propósito, ou seja, o de terem de cumprir um determinado *papel* dentro de um determinado contexto linguístico.

Tendo isso em mente, torna-se fundamental chamar atenção para algo mais quanto à tentativa de estabelecer o significado apelando para um ato de definição ostensiva, interpretação ou reflexão individual. Mesmo esta só faz sentido dentro do jogo de linguagem da definição do significado, onde passamos a escolher qual seria o candidato mais apto a realizar essa tarefa. Para conferir a algum objeto o papel normativo do significado, isto é, de definir aplicações, garantir correção ou incorreção na aplicação dos termos, possibilitando a valoração das aplicações, já estaremos fazendo uso do jogo de linguagem de conferir àquele objeto um papel semântico. Faremos uso do jogo de linguagem de definir o significado, isto é, de usar como paradigma um referente determinado que escolhemos (seja um objeto mental, um processo, um estado mental).

O significado não pode ser primordialmente dado por quaisquer desses candidatos, pois ele é questão dos usos e costumes comunitários. Sua origem está além de ser um ato



mental de reflexão individual. Ele é matéria do *papel* que determinados usos da linguagem cumprem em determinados contextos. A função do significado<sup>125</sup>, para ser exercida, requer que haja concordância prévia entre comportamentos e juízos das pessoas, a partir da qual pode haver a possibilidade de comportamentos e juízos desviantes e corretos, que, por sua vez, podem ser julgados (avaliados) *reflexivamente* como tais. Julgar condutas como *corretas* ou *incorretas* requer este pano de fundo de concordância em práticas, juízos e preferências fundamentais compartilhados na forma de vida da comunidade. Isto é, o uso da distinção normativa “correto-incorrecto” vem depois da distinção preferencial (natural) “gosto-não gosto”, “útil-não útil”, “agradável-desagradável” que está na base do estabelecimento da regularidade de comportamento no grupo.<sup>126</sup> Deve haver coordenação entre as práticas dos indivíduos, de forma que a concordância que ali aparece aponte para as regularidades essenciais que farão parte da vida normativa de um grupo social. Essa normatividade é construída coletivamente entre todos, estabelecendo-se gradualmente a partir de formas comumente aceitas de agir e avaliar ações.

Uma palavra se torna significativa apenas dentro de uma forma de uso que dela façamos conforme certas regras que somos ensinados a seguir. O ensino tem a função de nos introduzir nas formas possíveis de usos das palavras. Conforme Wittgenstein, em 441: “By nature and by a particular training, a particular education, we are disposed to give spontaneous expression to wishes in certain circumstances” (1995, p. 129). O adestramento é um pilar fundamental para a explicação dos fatores que favorecem o aparecimento da regularidade necessária às práticas e juízos da comunidade para que surja uma noção normativa como o significado. Para Valdez, trata-se do “adestramiento que todo hablante recibe de su propia comunidad lingüística, el cual es indispensable para poder participar en diversos juegos lingüísticos y, así, desplegar la forma de vida de los humanos” (2008, p. 226). Através do ensino, somos introduzidos nos usos das palavras, aprendendo a usá-las de determinada maneira e não de outras. Por essa razão, somos testados no aprendizado, testados numa forma prática de fazer coisas. O aprendizado é exercido com base nos usos e costumes

<sup>125</sup> Neste sentido, ver Williams, 2002, p. 51, defendendo uma visão funcional do significado em Wittgenstein.

<sup>126</sup> Williams fala sobre a influência de nossa natureza biológica na origem das nossas práticas sociais e a regularidade que há no mundo. O trecho é sobre a rigidez, regularidade necessária em nosso material empírico para que juízos e práticas possam se estabelecer: “The ‘material’ that is necessary for the scoring of a child or pupil, that is, for instilling the simple scales of colour or number or need, is our shared natural reactions, including most importantly our perceptual sensitivities to certain physical saliences in the world and our malleable behavior. This ‘common behavior of mankind’ (PI 206) is the material without which bedrock judgements of the obvious cannot be made. Training is the medium in which this common behavior, that is, our natural differential responses to the aspects of the environment, is exploited in teaching ‘judgements’ of normative similarity such that we share a background against which our language games of color or length or numerosity can be played” (WILLIAMS, 2010, p. 366).



cristalizados, nas práticas da comunidade que se tornaram paradigmáticas, disponíveis ao ensino dos futuros utentes competentes da linguagem como o que perpetua as características da forma de vida da comunidade.

O uso das palavras é sempre um uso regrado, atividade dirigida com base em um contexto específico de aplicação dos termos. Essas regras, no entanto, não aparecem explicitamente ao indivíduo desde o princípio. Elas aparecem, atingindo-o com o seu funcionamento. Isto é, não iniciamos a vida aprendendo significados por meio de conceitualizações, tematizando a aplicação de regras e usos das palavras.

Para salientar essa noção, Wittgenstein usa o termo “jogo de linguagem”. Assim, a aplicação dos termos é comandada pelo contexto em questão. Treinar a criança a aplicar palavras de acordo com o seu contexto é treiná-la em jogos de linguagem. O jogo de linguagem é uma prática, através da qual o iniciante aprenderá a *operar* a linguagem. Aprender a linguagem será equivalente a aplicar corretamente os termos, e não a fundamentar, teorizar o conhecimento da regra, dizendo “já aprendi”. Estamos aqui naquele contexto inicial e irreflexivo do seguir regras, referindo aquela instância básica da ação aludida no capítulo anterior. A efetividade ou não do uso é avaliada no modo prático de fazer uso das palavras. E, de saída, seguimos as regras *cegamente*, para usar as palavras de Wittgenstein.

Importante notar que, até então, esses são os primeiros contatos do aprendiz com práticas regradas. Ele ainda não domina as aplicações dos termos, de forma a sair da condição de aprendiz. Nesse contexto, ele está adquirindo o domínio inicial da linguagem. O caráter implícito mencionado, no qual as regras aparecem inicialmente, dão ênfase à prática de segui-las e treiná-las, com supervisão de algum utente competente da linguagem. Neste sentido, fala Williams (2010) sobre o campo do aprendiz:

For him, there are no concepts, no grammatical background, no articulated environment. The explanations he is given are by way of examples, encouragement and discouragement to which blindly he attempts to conform. The learning situation is thus fractured, in complementary ways, between the domain of the master who lives in a cognitively rich world and the cognitively impoverished domain of the novice. (p. 363)

In this situation, young members of the community are calibrated by the masters of language to judge in conformity with the community so that they will become capable of thinking and acting independently of the community. (p. 364)

O objetivo do treino é a normalização dos usos que o iniciante vai adquirindo, conformando-se a uma forma de vida específica de forma suficiente perante os demais. Em 23, Wittgenstein diz: “the *speaking* of language is part of an activity, or of a form of life”

(1995, p. 11). O iniciante está apenas se adequando à prática do jogo de linguagem que lhe é ensinado. Diz Chabanchik:

Hacemos todo esto sin dar razones, naturalmente, como producto do entrenamiento, del hábito y la costumbre que son los que, a fin de cuentas, introducen cierta regularidad en el uso de nuestras palabras y hacen posible el significado lingüístico. (CHABANCHIK, 2008, p. 231)

Assim, a prática de seguir regras vem primeiro, tornando evidente que o nosso ensino na aplicação dos termos não se dá de forma intelectualizada, através do ensino conceitual da aplicação de regras.<sup>127</sup>

Essa é uma explicação do porquê, numa ocasião de uso, não nos interessam as diversas possibilidades de aplicação de um termo ou qual a melhor interpretação para o termo, de forma a não nos levar a agir. Em algum momento, nós simplesmente agimos de alguma forma, sem recurso ao que poderia ser uma razão ou justificação para a ação. A prática inicial na qual o aprendiz está envolvido é a de *seguir* regras. Ela terá por objetivo obter a normalidade e a *regularidade* na nossa ação, harmonizando-a com os usos e comportamentos dos demais membros da comunidade.<sup>128</sup> Obter regularidade na prática inicial do futuro utente de seguir regras é essencial para o funcionamento da linguagem.

Here what would shape the behavior of the individual and provide the background against which the actions of the individual could be correct or incorrect is the individual's relation to his natural environment. An action is correct insofar as it contributes to the satisfaction of the individual's needs, all of which are related to her survival. If an action fails to contribute to the individual's well-being or survival, that action is incorrect. This "natural teleology does not require that the individual understand that what she does is correct nor does it require that she entertain hypothesis about what is most conducive to her survival. What matters is that some behaviors are adaptives and other's are not; and our private actor is one who changes her behavior when it fails to contribute to her survival or well-being. This sort of behavior human beings share with animals."(185-186) (WILLIAMS, 2002, p. 185-186).

Enfim, o ensino é baseado na regularidade das práticas comunitárias e também visará ao aprendizado dessa regularidade, para que ela seja reproduzida no comportamento do iniciante. A prática na qual o iniciante é treinado é aquela que, de alguma forma, "responde

<sup>127</sup> Reflexão presente em 206 das *Investigações* (1995, p. 82).

<sup>128</sup> Chabanchik usa "normalización" (2008, p. 242-243). Na página 246 (2008), ele diz: "Solo podremos reconocer el significado como una regularidad o normalidad, no como el cumplimiento o la satisfacción de condiciones que determinan fundamentalmente criterios de corrección".

mejor a sus intereses, a sus necesidades o inclinaciones naturales y que cumple una función especial en la forma de vida humana” (VALDEZ, 2008, p. 229).

Através do treinamento inicial, aprendemos a forma correta dos usos das palavras. Aprendemos as regras de usos que se tornaram disponíveis à forma de vida humana. Somos ensinados a ter reações particulares em relação a certos estímulos, a comportar-nos de certa forma em determinadas situações, conforme a regularidade fornecida pelo costume. Quer dizer que a adequação ao costume subjacente, conforme ele for espelhado no comportamento do aprendiz com certa regularidade, nos capacitará para afirmar se o aprendiz aprendeu ou não a seguir o ensinamento. Fazemos isso, confrontando os seus usos com aqueles nos quais foi inserido pelo treino. O treino tem por objetivo adequar um uso regular, estabilizado, na prática do iniciante, conforme as práticas aceitas e cristalizadas na forma de vida na qual ele é iniciado. Sendo assim, é o adestramento que está na origem da nossa aplicação corretas das palavras. Diz Valdez (2008, p. 229):

En la medida en que esas reacciones se repitan más o menos sistemáticamente, esto es, en la medida en que la conducta lingüística del aprendiz sea una conducta reiterada, estable, y que concuerde con un uso, una costumbre, de la comunidad, podremos decir que el aprendiz sigue la regla.

### **5.8 Regularidade e Práticas Comunitárias – A Prática Primordial de Seguir Regras**

Confundir a natureza da normatividade com a ilusão de que as regras contenham em si, de maneira antecipada, suas aplicações, é mal compreender que a regularidade que obtemos na prática de seguir regras, objetivo do adestramento primário que recebemos no seio de uma forma de vida, é fundamental para que haja o aparecimento de uma noção normativa como o significado. A natureza da força normativa das regras que aprendemos não pode ser fundamentada num superconceito, como uma idealização da ideia de regra, mas apenas pode ser descrita como algo adquirido através da forma de vida. A forma normativa advém do fato de que a forma de vida se revela numa prática conjunta, comunitária. Afinal, de que outra forma poderia surgir a força normativa, se houvesse a possibilidade de seguir uma regra privadamente? Como as regras privadas adquiririam força normativa para o próprio falante? Não seria possível. Mas isso não quer dizer que, mesmo no caso de uma experiência privada de seguir regras, bastaria a regularidade. Ainda faltaria o elemento comunitário. A regularidade num ato privado de seguir regras não poderia ter o mesmo efeito da regularidade que aparece numa prática comunitária de seguir regras.

A comunidade e suas práticas regulares cumprem o papel de uma instância original, fonte da força normativa da prática do indivíduo. Ele, por si só, não tem os elementos necessários para que sua prática isolada seja normativa, sequer para ele mesmo.

What provides the background structure within which rules can “guide” the individual is social practice. Through the practice of the community, constraints are imposed upon the individual through the process of learning, and space is made for distinguishing correct and incorrect behavior of the individual. (WILLIAMS, 2002, p. 185).

Já nascemos determinados por uma situação biológica e contextual no mundo, estamos desde sempre imersos em uma prática linguística regular que aos poucos vamos conhecendo. Essa prática linguística, por sua vez, é parte de uma forma de vida, moldada a partir de características naturais da espécie, na qual nos inserimos através da aprendizagem dos jogos de linguagem fundamentais. Da mesma maneira como o conteúdo normativo da ação no qual o aprendiz é inserido não aparece tematizado nesse contexto natural de ensino, como mencionamos acima, também a forma de vida, que se expressa nessas regras, não aparece de forma explícita ao aprendiz.<sup>129</sup> A detentora das regras dos jogos de linguagem, isto é, a forma de vida à qual eles dão expressão, não está em plano evidente e perceptível ao aprendiz. Mas, como ocorre com as práticas normativas, de forma não tematizada, ele se insere nessa forma de vida. Tornar-se-á um membro da comunidade em questão, pela assimilação, através da aprendizagem nos jogos de linguagem, da forma de vida que esses jogos constituem.

A forma de vida faz parte do contexto com o qual já temos alguma familiaridade desde que nascemos, no entanto, de forma não temática. Como não é temática, o que observamos inicialmente são apenas comportamentos, expressões, as quais, em seguida, buscaremos seguir.

De qualquer modo, a forma de vida na qual nos inserimos, através da iniciação nos jogos de linguagem, e as regras nas quais somos iniciados, apenas aparecerão como conteúdo de uma atitude reflexiva posteriormente, depois do domínio básico de algumas práticas básicas, como o que é seguir regras, nomear, dizer que “algo é X”, dizer que “estou fazendo X” etc. Isto é, só posteriormente poderemos tematizar reflexivamente a atividade de seguir regras e a forma de vida na qual estamos inseridos. Como objetos dessa reflexão, estarão enunciados metalinguísticos, isto é, atividades de pensamento mais abstratas. Só nesse contexto posterior poderemos reconhecer as regras e a normatividade como tais, não mais como prática, como inicialmente, mas como conteúdo de reflexão. Questões como o conteúdo

---

<sup>129</sup> Nesse sentido, ver Chabanchik (2008, p. 248).

normativo das ações, e mesmo a justificação dos nossos usos linguísticos como atividades regradas passam a ter lugar em nossa preocupação.

Chamar a atenção para esses dois contextos de aprendizagem é importante a fim de mostrar que a prática inicial de seguir regras, de aplicar a linguagem, de seguir comportamentos não pode, ela mesma, ser justificada mediante um apelo a algo anterior à própria prática. Um conceito não pode ocupar o papel inicial de seguir regras, desempenhado, pura e simplesmente, pela prática de seguir regras: “no puede responderse por que seguimos las reglas que seguimos, a lo sumo podemos aspirar a describir como es que llegamos a dichas reglas” (CHABANCHIK, 2008, p. 249). Ou seja, o limite das justificações será aquele contexto inicial, onde a atividade de seguir regras e aprender um jogo de linguagem se apresenta de forma não tematizada, sendo exercida sem auxílio conceitual algum, pela mera prática de segui-las. Conforme Williams (2010, p. 369):

The learning situation is not an epistemic context but one of calibration and norm setting. Bedrock judgements do not stand in need of justification in the way that a theory or hypothesis does. The question of justification arises neither for the master of the practice nor for the novice. The pupil learning colours or the natural number sequence, for example, does not need to justify his claim that ‘this is red’ or that ‘6’ follows ‘5’; he only needs to get it right. Getting it right does not involve having a justification, that is, an independent proof of correctness or evidence for acceptability of the judgement. The master’s judgement of how to carry on *is* the standard for correctness for the pupil, but it is not the justification. Nor need the master have any justification independently of his own judgement in the situation. The master no more than the novice has a proof for ‘6’ follow ‘5’, or why enjoying something just is a good reason for doing it, or why setting the table for two shows that you expect another to dinner.

Reconhecemos o conteúdo normativo que está por trás das ações que praticamos. Diz Chabanchik (2008, p. 249):

Es con la adquisición concreta de ciertos juegos de lenguaje que se alcanza el núcleo de cualquier forma de vida: la capacidad de justificar los usos lingüísticos como aplicaciones de reglas. Así, devenir un hablante es acceder a una práctica regular, normalizada, lo que implica reconocer la naturaleza normativa de las reglas que fundan dicha práctica.

Como resultado da visão de Wittgenstein, resta dizer, com Valdez (2008, p. 225), que

el significado que hay no se parece en casi nada a lo que tradicionalmente se ha considerado que es el significado; esto es, no es una idea platónica, ni una esencia formal aristotélica, ni una regla lógica en la mente del hablante

competente, ni un sentido objetivo fregeano, ni ninguna especie de “rieles al infinito”.

O significado linguístico é o modo como a palavra é *usada* dentro dos contextos linguísticos que são gerados intersubjetivamente. Mas antes de a palavra ser usada, já há uma prática regular que a permite. O significado não é um “o que”, ou seja, um objeto privilegiado qualquer, mas um “como”, isto é, um papel a ser desempenhado por práticas e pelos termos, unicamente dentro de certos contextos pré-estruturados. Ele não é um objeto normativo, mas uma função normativa, um papel normativo a ser desempenhado por práticas comunitárias e pelos usos da linguagem em certas situações.

Wittgenstein está apontando para a dimensão social e coletiva da linguagem e do significado. Essa dimensão é primordialmente prática. Para tanto, as palavras que passam a ter lugar fundamental para a concepção wittgensteiniana da significatividade são: concordância, coordenação, contexto, isto é, termos de conotação associada à vida compartilhada, que fazem referência a um modo de vida intersubjetiva. Eles são elementos-chave constitutivos da prática linguística, aos quais, na visão pragmática, contextualista<sup>130</sup> e plural da significatividade, defendida por Wittgenstein, deve ser dada atenção fundamental.

Através da descrição da nossa prática linguística cotidiana, Wittgenstein percebe que a atividade da linguagem não envolve, para seu funcionamento e existência, a supremacia da mente e da inteligência individuais. Ela não é uma atividade reflexiva à qual seja imprescindível a habilidade intelectual ou racional do agente. O fato de as palavras não terem um conteúdo normativo predefinido logicamente, como queria o paradigma referencialista, é uma consequência “inevitable de la naturaleza social de las reglas e de uso de las palabras” (VALDEZ, 2008, p. 221), pois:

[...] el hecho de que la aplicación correcta de las palabras no esté lógicamente definida o que los conceptos tengan bordes borrosos, no hace inútiles a las palabras ni a los conceptos, sino que, por el contrario, es lo que nos permite usarlos y aplicarlos a muy diversas situaciones; serían bastante inútiles si tuvieran bordes totalmente definidos. (VALDEZ, 2008, p. 221)

O significado só pode se estabelecer sob um pano de fundo de concordância irrefletida em práticas e juízos componentes de um modo de vida levado pela comunidade. A dimensão coletiva do significado vem primeiro, requerendo coordenação de comportamentos, certa regularidade e, ao mesmo tempo, concordância entre juízos básicos que vão se fazendo

---

<sup>130</sup> Neste sentido está Williams, 2002, p. 50, caracterizando a visão de Wittgenstein sobre o significado de contextualista.

paradigmáticos. O ato reflexivo de atribuição de significado por um ato mental do indivíduo é sempre, logicamente, derivado dessa instância fundamental, como vimos. Não está em seu poder atuar nessa dimensão originária.

“Forma de vida” expressa este acordo prévio (*agreement*) existente em uma comunidade. Assim, a fonte de correção é independente de cada falante.<sup>131</sup> O que o falante adquire, e não funda, no contexto de aprendizagem inicial, o contexto natural, é apenas o comportamento normativo. A comunidade, por sua vez, “no es un hecho de la práctica ya normalizada, sino, una exigência inscripta em la forma de vida compartida, que conforma por igual a todos los hablantes” (CHABANCHIK, 2008, p. 253). Williams (2010) caracteriza a inserção nessa forma de vida através do treinamento como um vir a compartilhar um senso do óbvio com os praticantes competentes da comunidade.<sup>132</sup>

Tentar, como o privatista, compreender o modo de funcionamento da linguagem obnubilando essa instância originária faz com que ele compreenda mal o elemento dinâmico envolvido no funcionamento da linguagem e do significado. Ele compreende mal a dimensão comunitária do seguir regras, nesse sentido prático e não no sentido kripkeano, envolto em um contexto de ceticismo.

Postular o significado como uma entidade mental privilegiada, autônoma, livre dos percalços e oscilações a que estão sujeitos os usos da linguagem é uma ilusão filosófica. Com a exclusão da pragmática para resolver a questão da normatividade do significado, o seu caráter dinâmico não se torna evidente, pois ele é sempre uma questão de interação entre pessoas, de práticas compartilhadas, como se dedica a mostrar Wittgenstein. “Nothing carries its significance within itself” (WILLIAMS, 2002, p. 55-56).

---

<sup>131</sup> É o que Chabanchik chama “a condição de independência”. “Lo que la condición (de independência) pide em forma más precisa es que la determinación del significado no dependa exclusivamente del juicio de um hablante considerado aisladamente, esto es, sin relación com el juicio de la comunidad o, so los hubiera, con “los hechos el significado”, cualquiera sea la forma em que éstos sean a su vez concebidos” (CHABANCHIK, 2008, p. 252).

<sup>132</sup> A inserção nesta forma de vida, através do treinamento Williams (2010) caracteriza como um vir a compartilhar com os praticantes competentes da comunidade de um mesmo senso do óbvio. Diz ela: “Learning bedrock practices is coming to share a sense of the obvious with the practitioners of the practice without which, as we have seen in two cases thus far, the problem of normative similarity cannot be answered. Initiate learning is acquiring the norms that enable one to make moves in the logical space of reasons where justification *is* at issue”. (p. 369). Em seguida: “Questions of knowledge and justification can only arise against the background of that which is fully taken for granted. That is provided by bedrock practices, practices of calibration that constitute our shared sense of the obvious and so our form of life” (p. 370).



## 5.9 Conclusão

O alvo da crítica de Wittgenstein é a tradição privatista na tentativa de explicar o funcionamento da linguagem a partir da consciência individual, isto é, tomando-a como ponto de partida para abordar o funcionamento intersubjetivo da linguagem. A visão privatista buscou explicar o privilégio da consciência subjetiva como condição de possibilidade para as relações intersubjetivas. Nesse sentido, a visão da linguagem como resultado de interação e comportamentos compartilhados em grupos, das pessoas compartilhando uma vida e um mundo comum, desaparece, já que ela é sempre fruto de um ato primordial da consciência individual. O resultado é o grande desfavorecimento e enfraquecimento da visão intersubjetiva da linguagem.

O funcionamento normativo e dinâmico da linguagem é melhor explicado através da visão intersubjetiva. Williams aponta que ali está a “the bedrock certainty that is logically required for an action” (WILLIAMS, 2002, p. 7-8). Os usos e práticas da comunidade requerem certa regularidade que, por si, está na base para o estabelecimento da normatividade. O *background* para o funcionamento da significatividade está em práticas e juízos compartilhados que funcionem regularmente. É a partir daí que há a possibilidade de que juízos e ações normativamente organizados possam ser feitos. Este é o pano de fundo diante do qual as práticas comportamentais e linguísticas mais básicas encontram condições de se estruturar. São elas que formam o modo básico de viver da comunidade, seu conteúdo e propriedades, e são sempre oriundas do que aparece como preferências de grupo.

É só posteriormente que descreveremos *reflexivamente* essas atividades como “seguir regras”, “comportar-se de determinada forma”, “justificar ações”, liberando o uso para “hierarquizar propriedades”, etc. (WILLIAMS, 2002, p. 180). É só aí que essas atividades podem fazer sentido. A aplicação correta ou incorreta de termos da linguagem e o comportamento correto ou incorreto requerem uma regularidade preestabelecida. A normatividade, dessa forma, estrutura-se diante de um pano de fundo prático em que a atividade de determinar a aplicação correta ou incorreta dos termos da linguagem e dos comportamentos comunitários possa fazer sentido.

## 6 CONCLUSÃO

Depois de trabalhar o argumento da linguagem privada e suas principais lições para uma investigação sobre o significado, buscamos revisitar a posição de Kripke com o objetivo de confrontá-la com o entendimento de outros intérpretes de Wittgenstein e também salientar questões importantes que ele levanta, como a visão comunitarista sobre o ALP, tomando-a como problema a ser desenvolvido. Esse ponto é uma significativa contribuição de Kripke à leitura das *Investigações*. Como mostramos, a questão que permanece é se Kripke realmente o desenvolveu levando em conta as lições dadas por Wittgenstein.

Nesse sentido, confrontando-a com leituras de estudiosos que estariam mais afeitas à do próprio Wittgenstein, vimos que ela é passível de questionamentos. O lado da interpretação que buscamos enfatizar é o que trata do aspecto irreflexivo do significado, no sentido de defendê-lo fundamentalmente como uma prática. Esse lado se evidenciou a nós a partir de intérpretes que buscaram considerar dois contextos distintos em que se desenvolve a prática dos jogos de linguagem em Wittgenstein. Isso possibilitou tomar a interpretação kripkeana como não apropriada. Ela não diferencia esses contextos, oferecendo a ela um caráter intelectualista e deveras sofisticado para compreender essa dimensão originária e radical do significado e do seguir regras, que se revelou numa discussão sobre um suposto ceticismo de Wittgenstein.

Fazendo *jus* à importância do problema do comunitarismo levantado por Kripke, esse ponto se torna mais adequado se lido conforme essas considerações e não tanto segundo as kripkeanas. O comunitarismo cético de Kripke gera uma abordagem interessante sobre o problema do significado e do seguir regras em Wittgenstein.

A leitura de Kripke começa a distanciar-se das lições do argumento da linguagem privada a partir do momento em que ele adiciona o elemento cético ao componente geral dessa compreensão de Wittgenstein sobre a linguagem e o significado. Esse movimento necessariamente coloca a posição do próprio Wittgenstein num nível abstrato demais em termos de discussão filosófica, fazendo-a perder muito de sua radicalidade. Parece-nos que as leituras que buscaram explorar a evidência de um componente naturalista em Wittgenstein fizeram-na aparecer.

Kripke assume um viés distante do nível “*bedrock*”, para o qual Wittgenstein pretende de chamar a atenção. É justamente em atenção a esse ponto que buscamos ler o que seria uma posição comunitarista em Wittgenstein.

Foi possível perceber que a visão trabalhada no argumento da linguagem privada e na questão do seguir regras, na verdade, chama a atenção para o aspecto dinâmico e irreflexivo do significado, dando ênfase fundamental ao componente intersubjetivo que envolve comportamentos, contextualidade, em atenção à arena pública na qual ocorrem as diversas interações que estão na base da estrutura da vida social.

Se for apenas o agir contextualizado que revela o significado do que fazemos, este agir é sempre relacionado aos usos que se estruturam comunitariamente e que se tornaram disponíveis ao agir dos demais. Ele é uma prática contextualizada em relação a usos e costumes paradigmáticos, constituintes de uma forma de vida própria, nos quais os indivíduos são desde sempre treinados a obedecer automaticamente. No entanto, podemos compreender seu funcionamento normativo desde antes da prática linguística propriamente dita, percebendo-o mesmo onde há apenas uma prática intersubjetiva consuetudinária vigendo.

Como lição fundamental de Wittgenstein fica que, por ser uma prática normativa, o significado necessita de interações, coordenação de comportamentos, da formação de uma prática comunitária. E o seu elemento dinâmico não pode ser fruto do trabalho de um só; é necessário haver uma comunidade de pessoas. Devemos mencionar que esse ponto aparece também na leitura de Kripke.

Conforme Chabanchik (2008), abrindo caminho para a problemática que buscamos tratar:

Hay cierto consenso en que habría afirmado con esto que no es posible seguir una regla más que siendo miembro de una comunidad que sigue reglas. De acuerdo con esta lectura hay un vínculo conceptual entre las condiciones de ser miembro de una comunidad, seguir reglas y tener lenguaje. Está fuera de toda controversia que Wittgenstein afirma que de hecho los seres humanos accedemos al lenguaje público al incorporarnos una práctica pública. (CHABANCHIK, 2008, p. 250)

A partir disso, todavia, surgiram os problemas que tentamos abordar aqui, a saber: Wittgenstein realmente defendeu um ceticismo a respeito do significado? Com a negativa a esta primeira questão, perguntou-se qual seria propriamente a visão comunitária de Wittgenstein sobre o assunto, a partir do estudo de seu argumento da linguagem privada.

Ficou claro a partir daí que o significado de uma ação ou de uma palavra é algo sempre *atualizado* pelo sujeito conforme as possibilidades que lhe estão disponíveis. O indivíduo não inventa ou instaura isolada e reflexivamente a possibilidade para o significado. Williams diz que “The individual in isolation hasn’t the cognitive and epistemic resources to provide this bedrock for herself” (WILLIAMS, 2002, p. 8). O que ele pode fazer é, no

máximo, com a possibilidade do sentido já instaurada, observar reflexivamente uma ação realizada dentro de um contexto estruturado. “The meaning of what we do does not lie wholly within the individual’s power to determine; indeed it mostly lies outside the individual’s power” (WILLIAMS, 2002, p. 187), como se ele pudesse alterar a base da significatividade das coisas com base em sua atividade intelectual. Ele se mostra diretamente na *ação*, podendo se originar de um conjunto de interações que se estabelecem comunitariamente.

Além disso, com a discussão sobre o significado que tratamos aqui a partir do ponto de vista do comunitarismo, percebemos como ela tem na questão da normatividade um tema central. No entanto, um maior aprofundamento nessa vinculação não foi realizado devido aos limites do texto. Mas notamos que, investigada a partir desta perspectiva, ela faz aparecer os elementos intersubjetivos, relacionais e naturais essenciais para uma visão comunitarista do significado. Enfim, a partir da discussão sobre a semântica, pudemos visualizar na questão da normatividade um ponto importante para a continuidade do estudo que acabamos de expor.

## REFERÊNCIAS

BAKER, Gordon; HACKER, P. M. S. *Scepticism, rules and language*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

BARBOSA FILHO, Balthazar. Nota sobre o conceito de jogo-de-linguagem nas 'Investigações' de Wittgenstein. *ITA Humanidades*, Brasília, DF, v. 9, p. 75-104, 1973,

BLOOR, David. *Wittgenstein, rules and institutions*. Routledge: London, 2002.

BOGHOSSIAN, Paul. A. The rule-following considerations. In: MILLER, Alexander; WRIGHT, Crispin (Ed.). *Rule-following and meaning*. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2002.

BRENNER, William H. *Wittgenstein's philosophical investigations*. New York: State University of New York Press, 1999.

BRITO, Adriano Naves de. *A moral e os valores numa perspectiva naturalizada e evolucionista*. 2011. Não publicado.

\_\_\_\_\_. *Nomes próprios: semântica e ontologia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.

BURGE, Tyler. Sinning against Frege. *Philosophical Review*, Durham, NC, v. 88, p. 398-432, 1979.

CHABANCHIK, Samuel Manuel. Facticidad del significado y exigencia comunitaria en la filosofía del último Wittgenstein. In: MORENO, Kuis Fernández (Org.). *Para leer a Wittgenstein: lenguaje y pensamiento*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2008. p. 233-253.

GLOCK, Hans. *Meaning, rules and conventions*. Posted at the Zurich Open Repository na Archive. University of Zurich, 2008. Disponível em: <[www.zora.uzh.ch/6598/2/Glock\\_Routledge\\_2008v.pdf](http://www.zora.uzh.ch/6598/2/Glock_Routledge_2008v.pdf)>.. Acesso em: 17 jan. 2011.

\_\_\_\_\_. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

HACKER, P. M. S. *Insight and illusion*. Themes in the philosophy of Wittgenstein. Ed. rev. New York: Oxford Press, 1986.

HANFLING, Oswald. *Wittgenstein and the human form of life*. London/New York: Routledge, 2002.

JOURDAN, Camila. *O argumento da linguagem privada*. Disponível em: <[www.filosofiadamente.org/images/stories/texts/language.doc](http://www.filosofiadamente.org/images/stories/texts/language.doc)>. Acesso em: 11 nov. 2010.

KRIPKE, Saul. *Wittgenstein on rules and private language*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

MCDONOUGH, Richard. Wittgenstein's refutation of meaning scepticism. In: PUHL, Klaus (Ed.). *Meaning and scepticism*. Berlin/New York: W. de Gruyter, 1991. p. 70-92.

MCDOWELL, John. Wittgenstein on following a rule. In: MILLER, Alexander; WRIGHT, Crispin (Ed.). *Rule-following and meaning*. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2002. p. 45-80.

MILLIKAN, Rut Garret. Truth rules, hoverflies, and the Kripke-Wittgenstein paradox. In: MILLER, Alexander; WRIGHT, Crispin (Ed.). *Rule-following and meaning*. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2002. p. 209-233.

QUINE, Willard van Orman. Two dogmas of empiricism. In: \_\_\_\_\_. *From a logical point of view*. Massachusetts: Harvard University Press 1999. p. 20-46.

\_\_\_\_\_. *Word and object*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1960.

RIVERA, Silvia. *Ludwig Wittgenstein. Entre paradojas y aporías*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

TUGENDHAT, Ernst. Wittgenstein I: a impossibilidade de uma linguagem privada. Tradução de Plínio Junqueira Smith. *Novos Estudos, CEPBRAP*, São Paulo, n. 33, jul.. p. 249-266, 1992.

VALDEZ, Margarita M. Una interpretación no escéptica del argumento sobre seguir una regla. In: *Para leer a Wittgenstein: language y pensamiento*. MORENO, Kuis Fernández (Org.). Madrid: Biblioteca Nueva, 2008. p. 217-231.

WILLIAMS, Meredith. *Wittgenstein, mind and meaning: towards a social conception of mind*. New York: Routledge, 2002.

\_\_\_\_\_. Normative naturalism. *International Journal of Philosophical Studies*, London, v. 18. n. 3, p. 355-375, 2010.

WILSON, George. Kripke on Wittgenstein on normativity. In: MILLER, Alexander; WRIGHT, Crispin (Ed.). *Rule-following and meaning*. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2002. p. 234-259.

WITTGENSTEIN. *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell Publishers, 1995.

\_\_\_\_\_. *Conferencia sobre ética*. Madrid: Gredos, 2010.

\_\_\_\_\_. *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

ZILHÃO, Antonio. *Linguagem da filosofia e filosofia da linguagem: estudos sobre Wittgenstein*. Lisboa: Colibri, 1993.

#### OBRAS CONSULTADAS

FOGELIN, Robert. *Wittgenstein*. 2. ed. London: Routledge, 2002.

GRAYLING, A. C. *Wittgenstein*. São Paulo: Loyola, 2002.

MACHADO, Alexandre Noronha. *Lógica e forma de vida. Wittgenstein e a natureza da lógica e da filosofia*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

TUGENDHAT, E. Wittgenstein II: a saída da Campânula. Tradução de Plínio Junqueira Smith. *Novos Estudos, CEPBRAP*, São Paulo, n. 32, mar. p. 47-63, 1992.

WILLIAMS, Meredith. Blind obedience: rules, community and the individual. In: PUHL, Klaus (Ed.). *Meaning and scepticism*. Berlin/New York: W. de Gruyter, 1991.

\_\_\_\_\_. *The social bases of normativity in Wittgenstein and Brandon*. Disponível em: <<https://jshare.johnshopkins.edu/mwilli2020/public.html/social%20Basis%20of%20Normativity%20in%20Wittgenstein%20and%20Brandon.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2011.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Untersuchungen*. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1977.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.